



Jornalismo on-line e os comentários dos leitores: interatividade, moderação e deliberação na mídia G1

Maria Cristina Rabello Lebre

**Dissertação de Mestrado em Cultura Contemporânea e Novas
Tecnologias**

Junho/2020

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação,
realizada sob a orientação científica da
Professora Doutora Marisa Torres da Silva.

“Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor. Estes três, porém o maior deles é o amor. ”

1Coríntios 13:13

Agradecimentos

A Deus, na pessoa do Senhor Jesus Cristo, o caminho, a verdade e a vida.

Aos meus pais, *in memoriam*, que me transmitiram o amor e a base para que eu me tornasse uma cidadã, mãe e profissional íntegra.

Às minhas filhas e meus netos, descendência bendita, e também ao meu genro, mais um filho que Deus me deu.

Ao meu irmão e minha cunhada, pela ajuda na adaptação a Portugal.

À minha orientadora Marisa Torres da Silva, por sua atenção, presteza, competência e estímulo.

Ao professor Glauco Bienenstein, um companheiro nesta jornada, que me aguentou e me deu o suporte necessário para vencer este desafio.

À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que me deu a oportunidade deste mestrado.

A todos os professores da FCSH, pelo estímulo e competência, em especial a professora Cristina Ponte.

Aos colegas e amigos portugueses e brasileiros que fiz nesse tempo.

À vida, que me motivou a chegar até aqui.

Resumo

O objetivo central deste estudo foi investigar e analisar o conteúdo dos comentários dos leitores do site de notícias G1. O corpus foi feito em dez matérias da seção Policial, observado um número pré-determinado de comentários de personagens reais e fictícios, a interatividade praticada por eles tanto com o site como entre si e as chances de que comentários on-line possam ser potenciais participantes de uma esfera pública virtual. A metodologia aplicada se baseou em um modo indutivo, segundo as teorias de análise de conteúdo de Laurence Bardin e Mariette Bengtsson, e teve como objetivo investigar a hipótese de deliberação democrática nas narrativas presentes nos comentários dos leitores da mídia jornalismo on-line, buscando enriquecer o acervo de investigações sobre o tema. Os resultados demonstraram a apresentação dos comentaristas feita, maciçamente, na forma de anonimato, com baixo índice de interatividade e discurso eminentemente emocional, caracterizando poucas chances de participação em uma esfera pública virtual como elemento virtuoso para o debate deliberativo. Não obstante as conclusões alcançadas, entende-se que as formas de apresentação dos comentaristas, bem como o conteúdo analisado, demonstram a dinâmica da motivação, engajamento e interatividade de um público ávido por participar do debate político no meio digital. Nesse sentido tem-se como imperativa a continuidade das pesquisas sobre o jornalismo on-line, o cidadão politicamente ativo na Internet e a problematização das questões econômicas, sociais e políticas que envolvem a comunicação digital e o jornalismo participativo.

Palavras-chave: jornalismo on-line; comentários dos leitores; democracia deliberativa; esfera pública

Abstract

The main objective of this study was to investigate and analyze the content of the comments of readers of the G1 news site. The corpus was made up of ten articles in the Police section, observing a predetermined number of comments from real and fictional characters, the interactivity they practice both with the website and with each other and the chances that online comments may be potential participants of a virtual public sphere. The applied methodology was based on an inductive mode, according to the theories of content analysis by Laurence Bardin and Mariette Bengtsson, and aimed to investigate the hypothesis of democratic deliberation in the narratives present in the comments of the readers of online media journalism, seeking the enrichment of the collection of investigations on the topic. The results demonstrated the presentation of the commentators made, massively, in the form of anonymity, with low index of interactivity and eminently emotional speech, characterizing little chances of participation in a virtual public sphere as a virtuous element for the deliberative debate. Despite the conclusions reached, it is understood that the commentators' presentation forms, as well as the analyzed content, demonstrate the dynamics of motivation, engagement and interactivity of an audience eager to participate in the political debate in the digital environment. In this sense, it is imperative to continue research on online journalism, the politically active citizen on the Internet and to problematize the economic, social and political issues that involve digital communication and participatory journalism.

Keywords: online journalism; reader comments; deliberative democracy; public sphere

Lista de Figuras

Figura 1 - Comentários por gênero	106
Figura 2 - Identificação por foto	106
Figura 3 - Comentários interativos	107
Figura 4 - Comentários agressivos	107
Figura 5 - Comentários ofensivos (<i>flaming</i>)	107
Figura 6 - Comentários que colaboram para o debate público	108
Figura 7 - Comentários com viés político	108
Figura 8 - Mais de um comentário por pessoa	108
Figura 9 - Porcentagem dos comentários com critérios qualitativos	109
Figura 10 - Porcentagem de palavras plenas por classe gramatical	130
Figura 11 - Porcentagem de palavras plenas com relação ao total de ocorrências	131
Figura 12 - Substantivos mais frequentes	131
Figura 13 - Adjetivos mais frequentes	131
Figura 14 - Verbos mais frequentes	132
Figura 15 - Palavras instrumento mais frequentes	132

Lista das peças analisadas

- 1- Miliciano Adriano da Nóbrega morre em confronto com policiais na Bahia – 09.02.20
- em <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/02/09/miliciano-adriano-nobrega-morre-em-confronto-com-policiais-na-bahia.ghtml> - comentários retirados
- 2- Assassinato da família em São Bernardo SP- 06.02.20 – em
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/02/06/filha-de-familia-assassinada-no-abc-paulista-e-companheira-confessam-participacao-em-roubo-a-casa.ghtml> -
comentários retirados
- 3- Dupla suspeita de cometer assalto é atropelada durante tentativa de fuga – 06.09.19 –
em <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/09/06/dupla-suspeita-de-cometer-assalto-e-atropelada-durante-tentativa-de-fuga-veja-video.ghtml> - comentários ativos
- 4- Filho de Flordelis diz que ela foi a mentora do assassinato do pastor – 21.08.19 - em
<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/21/filho-de-flordelis-diz-que-ela-foi-mentora-intelectual-da-morte-do-marido-o-pastor-anderson.ghtml> -
comentários retirados
- 5- Polícia realiza operação na Cidade de Deus na manhã desta quarta – 11.09.19 - em
<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/11/policia-realiza-operacao-na-cidade-de-deus-na-manha-desta-quarta.ghtml> - comentários ativos
- 6- Vídeo mostra homens sendo presos em flagrante enquanto fazem live na Internet para
comemorar assalto – 26.10.19 - em
<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/10/26/video-mostra-homens-sendo-presos-em-flagrante-enquanto-comemoram-assalto-em-live-na-internet-diz-policia.ghtml> comentários ativos
- 7- Milícia em Itaboraí – 05.07.19 - em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/05/milicia-e-implacavel-ate-dentro-de-casa-audio-mostra-miliciana-dando-bronca-no-filho-que-desiste-de-missao.ghtml> - comentários ativos
- 8- Sequestro de ônibus na Ponte Rio-Niterói – 22.08.19 - em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/22/imagens-de-sequestro-em-onibus-mostram-momento-em-que-criminoso-e-agressivo-com-passageiros.ghtml> - alguns comentários ativos
- 9- Tiroteio na Avenida Brasil – 30.01.20 - em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/01/30/dois-suspeitos-sao-baleados-e-outros-dois-sao-presos-em-tiroteio-na-av-brasil-na-zona-norte-do-rio.ghtml> - comentários ativos

10- Justiça solta detentos por causa da pandemia do novo coronavírus – 22.03.20 - em <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/03/22/justica-manda-soltar-mais-de-1-mil-detentos-em-sc-por-causa-da-pandemia-do-novo-coronavirus.ghtml> -
comentários ativos

Sumário

1 Introdução	12
2 O Jornalismo Participativo	14
2.1 Os conceitos em torno do jornalismo participativo	22
2.2 Outros conceitos dentro do jornalismo participativo	26
2.3. Os modelos de participação dos utilizadores	32
2.4 O jornalismo participativo produzido por utilizadores.....	33
3 Participação e Interatividade on-line: novas formas de produzir e divulgar notícias	36
3.1 Poder e democracia participativa	40
3.2 Participação e interatividade	48
3.2.1 <i>Engajamento e interatividade</i>	53
4 Internet E Democracia Deliberativa: Questionando Uma Nova Esfera Pública	61
4.1 O conceito de esfera pública e sua atividade no meio digital	66
4.2 Democracia deliberativa e suas condições	83
5 Da Pesquisa e seus Resultados	96
5.1 Organização da pesquisa	103
5.2 Perfil do G1 e a política de moderação dos comentários	104
5.3 Tratamento dos dados.....	105
5.4 Apresentação dos dados coletados	108
5.4.1 <i>Da análise quantitativa do conteúdo trabalhado</i>	108
5.4.2 <i>Da análise qualitativa do conteúdo trabalhado</i>	112
5.5 Resultados e hipóteses decorrentes da análise quantitativa	129
5.6 Análise qualitativa e suas inferências.....	133
5.6.1 <i>Variáveis empíricas – palavras-instrumento e palavras plenas</i>	133
5.6.2 <i>Do tratamento dos dados para uma análise qualitativa do conteúdo trabalhado</i>	
5.6.3 <i>Marcadores construídos</i>	141

6 Considerações Finais.....	142
7 Referências Bibliográficas	147

1 Introdução

O ciberespaço apresenta uma dinâmica rica e complexa tanto do ponto de vista social quanto político. A evolução da Internet como ferramenta de comunicação e informação tem sido ultra veloz e transformou completamente as relações sociais, entre outras miríades de consequências. As perspectivas de análises da dinâmica relacional dentro do universo virtual que a era contemporânea contempla são inesgotáveis. Vivemos dentro de um ecrã onde, conectados quase que 24 horas por dia, transformamos ininterruptamente as relações humanas em todos os sentidos. Longe da obrigatoriedade de interação física, o indivíduo se permite ampliar a visão de mundo pós-moderno por meio da comunicação virtual. A ele é permitido dizer o que pensa sem se apresentar, a ele é facultada a exibição de seu eu real. Antes, a ele é liberado um modo de ser e de dizer que, não raro, está distante de seu verdadeiro sujeito. É a era da pós-verdade, frequentada por um sujeito pós-moderno e a partir de uma ferramenta dialética que impõe, ao mesmo tempo, a presença e a distância. Apesar de ser a verdade algo intangível, fato é que o personagem digital possui a prerrogativa de se esconder atrás de máscaras representativas de personagens fictícios. Este, sem dúvida, se traduz em um universo extremamente rico em demanda por pesquisas.

A partir de tais observações e questionamentos, esta pesquisa se propõe a analisar, de uma forma empírica e simples, as características do leitor on-line a partir de seus comentários em um portal de notícias de ampla audiência no Brasil e em todo o mundo. O jornalismo on-line traz para o público uma característica de interatividade quase que instantânea. O leitor-utilizador, além de receptor de informação, é também um produtor de conteúdo e notícia. O jornalista digital, hoje, trabalha quase que conjuntamente com seu público, enquanto que este mesmo público dá voz à notícia, através de seus comentários e do diálogo que, muitas vezes, se estabelece entre os comentaristas de uma mesma publicação. Nesse contexto outra função se apresenta como de fundamental relevância: a necessidade do estabelecimento de regras que regulem o cenário dos comentários on-line. Longe de reivindicar uma característica de instrumento de censura, a moderação se coloca como medida imperativa em um universo que inclui pessoas das mais variadas culturas e pensamentos, na busca por um espaço livre, ético e respeitoso, e onde as opiniões considerem, positivamente, a diversidade.

Nesse sentido o presente estudo tenciona elencar elementos demonstrativos do engajamento, da interação e da participação dos comentários on-line na mídia G1, buscando responder a questões pertinentes à utilização desta plataforma por seus leitores-comentaristas,

e na tentativa de avaliar o perfil do público inserido nesse contexto em uma perspectiva da comunicação digital contemporânea. De que forma os comentaristas estão interagindo entre si e com a mídia G1? Que nível de moderação pode estar sendo implementado neste site de notícias, a partir da observação do conteúdo dos comentários? E quais as possibilidades de que os comentários on-line do G1 possam contribuir para a instituição e a dinamização de uma esfera pública virtual? Quais as narrativas visuais e verbais utilizadas por esses comentaristas para se colocarem como cidadãos politicamente participativos dentro do ciberespaço?

Assim a pesquisa tenta ainda refletir sobre a hipótese de aplicação da teoria democrática deliberativa de Habermas, a partir da análise do conteúdo dos comentários focalizados e invocando as investigações do próprio Habermas e de pesquisadores reconhecidos no universo das ciências da comunicação na mídia digital como Nico Carpentier, Zizi Papacharissi, Peter Dahlgren e Lincoln Dahlberg, entre outros.

A revisão da literatura sustenta os conceitos de jornalismo participativo que hoje se observa em pleno desenvolvimento no âmbito virtual, da participação e interatividade na Internet e da democracia deliberativa e esfera pública preconizadas por Habermas e discutidas por um sem número de pensadores e estudiosos.

A pesquisa empírica envolve uma amostra de comentários dos leitores do G1 na seção de Violência, a partir da qual desenvolveu-se uma análise da forma de apresentação dos comentaristas, da interação entre eles e com o veículo e do conteúdo das narrativas correntes, buscando uma visão mais concreta das possibilidades de entendimento dos comentários on-line como elementos passíveis de compor a esfera pública de debates, participação e tomada de decisão dentro de um plano de democracia deliberativa contemporânea.

Nesse sentido a investigação busca inserir-se em um contexto de pesquisas abrangentes sobre a presença e o conteúdo da participação do público nos sites de notícias, enriquecendo o acervo de estudos sobre a matéria e recomendando a continuidade da pesquisa em comunicação digital como uma das principais temáticas atuais no âmbito das ciências da comunicação.

2 O Jornalismo Participativo

A ideia de participação é, justamente, descentralizar a emissão, oportunizando que mais vozes tenham vez no espaço público.¹

O avanço da tecnologia vem contribuindo sobremaneira para a massificação da informação. O mundo digital provê hoje, aos consumidores de notícias, possibilidades maiores de decidirem quando e onde obter informações (Borger, 2016, p.20). Como consequência observa-se um público mais interativo nas diversas esferas da comunicação on-line e com possibilidades maiores de se inserir como agente ativo nos processos políticos, econômicos e sociais da era atual. Gurevitch, Coleman e Blumler (2009, p.168) dizem que as audiências vêm se tornando mais frequentes após o advento da Internet, e os produtores de notícias já não podem mais operar dentro de um território exclusivo. Nesse sentido temos como prerrogativas o fato de ser a Internet um campo onde a liberdade de expressão encontra lugar. Borger (op.cit, p. 17) defende que a venerável profissão do jornalismo se encontra em um raro momento da história em que, pela primeira vez, sua hegemonia como guardião das notícias está ameaçada não apenas por novas tecnologias e concorrentes, mas, potencialmente, pela audiência a que serve. Nesse sentido Hermida (2011, p. 189) lembra que a audiência não mais pode ser chamada de leitores ou espectadores, mas que hoje ela é tratada como “usuários”. Neste estudo preferimos chamar tal público de “utilizadores” ou “comentaristas”, na medida em que ele interage de forma ativa no processo jornalístico.

Silva (2013, p. 2) sugere que a Internet possui em sua essência potencial para o desenvolvimento da democracia e a revitalização da comunicação política, ainda que esse mesmo potencial seja enfraquecido por uma carência de estrutura que estimule a manutenção de tal patamar. De todo o modo é mister destacar as transformações pelas quais passa a comunicação tradicional em face da evolução das tecnologias digitais (Ibid, p. 2). Monaghan & Tunney (2010, p. 1) lançam a hipótese de uma nova forma de cidadania via webjornalismo:

Com o surgimento dos blogs e do jornalismo cidadão, é comum observar que a mídia participativa interativa está transformando a relação entre a mídia profissional tradicional e seu público. Uma suposição atual e popular é que o fluxo tradicional de informações da mídia para o cidadão está sendo reformado em um diálogo democrático entre os membros de uma comunidade.

¹ Fonseca & Lindemann, 2007

De fato, o desenvolvimento tecnológico avança em velocidade extremamente célere, barateando os gadgets e, dessa forma, viabilizando-os a massas cada vez mais significativas. Primo e Träsel (2006, p. 4) apontam como facilitadores do acesso à Internet a multiplicação de serviços e pontos de acesso gratuito em lanchonetes, praças e centros comerciais que disponibilizam a conexão sem fio (Wi-fi); a popularização das câmeras nos telemóveis, permitindo o registro de imagens; as tecnologias de transmissão on-line, que possibilitam a veiculação de acontecimentos em direto na rede; e os blogs, sites e tecnologias facilitadoras da interferência de internautas nos processos de comunicação, que também contribuem para a participação de utilizadores na produção, veiculação e debate em torno de fatos noticiosos.

Na medida em que se amplia o acesso à informação, e crescem as possibilidades de alcance da população à notícia e ao conhecimento dos processos atuais, multiplicam-se, do mesmo modo, a interação do público e o eco das vozes outrora silenciadas pelos muros das supremacias das elites. Hermida (2011, p.16) concorda que o potencial de participação oferecido pela Internet permite uma mudança fundamental nos modelos tradicionais de se fazer jornalismo, na medida em que ela traz novas vozes para a mídia. Quandt (2011, p. 174) entende que, do ponto de vista teórico, a integração da entrada do utilizador no processo de produção do jornalismo pode ser correlacionado à crescente complexidade comunicativa da sociedade. Para o autor, “o futuro do jornalismo será decidido nesse processo dinâmico de mudança síncrona e preservação estrutural.”

No sentido do desenvolvimento de um lugar de fala democrático a esfera virtual acompanha as sociedades pós-modernas, aculturadas em um pensamento livre dos ideais do Iluminismo. Politicamente tem-se a Internet como espaço para a manifestação popular e a cooperação voluntária, ao mesmo tempo em que ela se auto delinea a partir de curvas que desenham um amplo universo voltado para a comercialização, uma vez que se constitui em vasto domínio (Silva, 2013, p. 2).

Primo (2011, p.2) diz que o jornalismo se transforma dentro do contexto do ciberespaço, e que esse processo se dá por meio da potencialização da comunicação e de movimentos de interação em rede. Singer et.al. (2011, p.2) consideram a comunicação acontecendo entre pessoas dentro e fora de uma redação de jornal, o que caracteriza uma participação mútua em processos contínuos de criação de sites de notícias e na construção de comunidades multifacetadas.

Fato é que o jornalismo, hoje, pode ser classificado como uma via de mão dupla, onde produtores e consumidores de notícia interagem simultaneamente, e onde o público colabora para a própria produção de conteúdo. Ziller (2011, p. 55) explica que “a partir da sobreposição crescente dos lugares de produtor e usuário, Bruns (2008) propõe o conceito de *produsage*, identificando o sujeito que interage com tais fluxos como um *producer*. ” Bruns (2008, p.2) cunhou o termo “*produsage*” para se referir à desfocagem da linha entre o produtor e o consumidor de informação. O autor chama a atenção para as comunidades envolvidas na criação colaborativa e na extensão de informações, no desaparecimento do papel estanque do consumidor e do usuário final e na observação de que as distinções entre produtores e usuários de conteúdo se transformaram em insignificância comparativa.

No tocante ao jornalismo participativo a Internet desponta como plataforma de amplo espectro na função mediadora entre produtor e receptor de notícia. Jornais e revistas on-line abrem-se para a participação do público, obedecendo a uma tendência irreversível, enquanto crescem espaços virtuais como blogs e fóruns on-line, (Holanda et. Al, 2008, p. 57) no sentido de ampliar as vozes de uma massa ávida por participar do debate público e favorecida por condições tecnológicas em contínua evolução. Para Primo e Träsel (2006, p.4) “as tecnologias digitais têm servido como motivador para uma maior interferência popular no processo noticioso”.

Importa destacar o pensamento de Shirky (2008, p. 106) sobre a dinâmica da comunicação contemporânea e a participação popular nesse processo:

Estamos vivendo no meio do maior aumento na capacidade expressiva da história da raça humana. Mais pessoas podem comunicar mais coisas para mais pessoas do que jamais foi possível no passado, e o tamanho e a velocidade desse aumento, de menos de um milhão de participantes para mais de um bilhão em uma geração, torna a mudança sem precedentes, mesmo considerada em segundo plano de revoluções anteriores em ferramentas de comunicação.

As pesquisas sobre jornalismo participativo e comentários dos leitores, seja on-line ou off-line, se sucedem, e apresenta-se uma crescente demanda por mais investigações nesse campo. Com isso, este estudo pretende se unir a outras análises relativas ao tema e colaborar para o fomento do acervo sobre pesquisas em comunicação, não somente desde a invenção da imprensa como, e mais ainda, nos dias de hoje, quando as condições de participação do público vêm sendo facilitadas pelo desenvolvimento tecnológico. De acordo com Holanda et.al. (2008, p.68) é importante continuar a analisar o jornalismo tradicional em interação com os estudos

sobre o jornalismo participativo, considerando que as relações históricas entre os dois são fundamentais para a compreensão do fenômeno em questão.

O jornalismo participativo pressupõe a interação do público com a notícia. Tal prática se dá, de forma frequente, por meio de blogs, fóruns on-line e comentários de leitores em sítios de notícias. O jornalismo participativo é concebido, assim, como a união de comunidades criadas em rede partilhando interesses comuns (Ibid, p.58).

Primo e Träsel (2006, p.10) partem do princípio de que tanto a leitura de um jornal físico quanto a audiência de um telejornal se constituem em processos interativos. No que se refere ao webjornalismo, dizem os autores, “a simples navegação por entre as páginas digitais do site já é um processo interativo. (...). Curiosamente, navegação hipertextual e enquetes são o que bastam para um periódico promover sua dita ‘interatividade.’ ” O pensamento dos autores se completa com o de Canavilhas (2001, p. 3), para quem o webjornalismo consiste em um meio onde a notícia não existe como um fim em si mesma, mas funciona “apenas como ‘o tiro de partida’ para uma discussão com os leitores”.

Outras correntes de pensamento encaram o webjornalismo de forma mais cética no que se refere à influência do público, afirmando que o processo de produção de notícia ainda está longe de ser submetido ao poderio popular. Embora reconheçam o desenvolvimento das condições tecnológicas de comunicação entre quem produz e quem consome notícia, acreditam que este diálogo ainda está longe de se caracterizar como um movimento horizontalizado. Assim analisa Silveira (2009, p.11):

(...) a abertura de novas formas de interação entre público e jornalistas nem sempre representa uma relação dialógica ou um processo de interação mútuo. As relações de poder existentes fora da rede são também transpostas para o mundo on-line. Os níveis de decisão que envolvem a publicação, a angulação, a edição e seleção do conteúdo ainda permanecem na redação do jornal on-line. Assim, a participação e interação do leitor seguem determinadas, filtradas e monitoradas por jornalistas profissionais.

Papacharissi (2009, p. 11) entende haver um contraponto entre a participação pública e o sentido do lucro presente a toda a atividade virtual. A autora considera que a comercialização transformou a Internet em um multishopping on-line, o que seguramente compromete o debate político e cívico do grande público utilizador.

O sentido político da ascensão da informação ao público é analisado por Vimieiro (2012, p.13), que ressalta a relação entre produtores e consumidores de cultura tratada por inúmeros estudiosos:

nessa relação, entre uma elite que “tem voz” e pode produzir e uma maioria marginalizada que consome, esses últimos sempre foram também constrangidos a obedecerem às lógicas de sentido atribuídas pelo autor/possuidor dos meios. E nossas sociedades são sociedades que, poderíamos dizer, ainda hoje constroem as pessoas comuns, destituídas de acesso aos espaços de fala, a obedecerem a certas lógicas de sentido, determinadas por grupos limitados de falantes. Uma elite de produtores, nesses termos.

O aspecto político é pensado por vários autores como deliberativo da engrenagem do jornalismo em um contexto de democratização das sociedades interligadas tecnologicamente pela Internet. Enzensberger (1978, p. 45) entende que a polarização entre emissor e receptor “está baseada na contradição essencial entre as classes dominantes e as dominadas (isto é, entre o capital e a burocracia monopolistas de um lado, e as massas dependentes do outro).” Nesse sentido, ideologia e política se encontram hoje, no espaço virtual, como figuras determinantes das manifestações recorrentes na geração e veiculação de notícias por parte do público. Primo e Träsel (2006, p.6) lembram a insatisfação de amplas camadas populares com o jornalismo que se apresenta na atualidade:

Ativistas à direita e à esquerda tradicionalmente denunciam a suposta parcialidade e comprometimento da mídia com interesses comerciais. Leitores especialistas em determinado campo, por outro lado, irritam-se com as imprecisões ou erros flagrantes contidos em reportagens. Até agora, estes grupos tinham apenas o instrumento das cartas, telefones ou publicações caseiras para expressar suas opiniões ou publicar matérias como pensam que estas devam ser. Hoje, podem empreender esforços individuais ou coletivos para produzir suas próprias informações.

A pensar-se no aspecto político do processo de produção de notícias, há que se estudar amiúde a relação intrínseca que hoje se estabelece no âmbito do espaço virtual. Singer et.al. (2011, p.3) ressaltam o papel do jornalista como agente democrático de informação ao público, e os fundamentos dessa prerrogativa no âmbito de uma comunicação compartilhada. Borger (2016, p. 48), em sua pesquisa sobre como o jornalismo participativo vem sendo tratado na perspectiva acadêmica, salienta a verificação de uma convicção geral e fundamental de que o jornalismo participativo oferece potencialmente novas oportunidades democráticas. A autora constata que a maioria dos pesquisadores concorda com a ideia de que o jornalismo participativo abriga o potencial de democratizar o jornalismo e a sociedade em geral, e que a participação da audiência pode resultar em um melhor jornalismo tanto para a atividade e quanto para as sociedades. Nesse sentido acredita-se valer a pena o engajamento na elaboração de um ideal participativo para o futuro do jornalismo. “Em poucas palavras”, diz Borger, “os estudiosos encaram o jornalismo como uma conversa igualitária entre profissionais e cidadãos.” (Ibid., p. 49)

Embora a produção convencional de notícias ainda possa ser, majoritariamente, realizada pelo *mainstream*, fato é que os modelos interativos se multiplicam na esfera digital, influenciando direta e indiretamente a forma de fazer e distribuir notícia. Como dizem Singer et.al. (2011, p.3), no momento em que o jornalismo se torna participativo, o volume de informações a circular nos diversos meios comunicativos atinge níveis de inundação.

Holanda et.al (2008, p. 61) destacam os blogs com um dos mais atuantes e propulsores canais digitais a formularem o jornalismo participativo. Por meio de blogs todo e qualquer cidadão participa do debate público criando e/ou compartilhando histórias, narrativas e notícias. Em 2008, com pouco mais de uma década, a média era de 120 mil novos blogs por dia, ainda que muitos não por longo tempo. Segundo o site tipografos.net, pesquisas divulgadas em 2012 revelaram que a cada meio segundo um blog era criado, e que a comunidade virtual já abrigava mais de 120 milhões de blogs.

De todo o modo podemos afirmar, a partir dos estudos até agora desenvolvidos, que estamos diante de um público contestador da posição passiva de consumidor de notícias ou cultura, e que se lança em espaços físicos e virtuais como produtor de conteúdo. O conceito de cultura participativa envolve a dinâmica de um público que não se contenta em ser mero receptor, mas que anseia por participar e mesmo produzir conteúdo. Vimieiro (2012, p.8) define a cultura participativa como “um conjunto de práticas em que as audiências não se comportam apenas como “receptores” ou “consumidores”, mas em que elas trocam de posição e se transformam em produtores.”

Não obstante a história mostrar que a interação do público com a mídia jornalística é uma prática sempre existente na comunicação, em maior ou menor escala, pesquisas comprovam uma maior facilidade de acesso do público às notícias publicadas em todos os canais de comunicação jornalística, particularmente no que diz respeito à mídia digital. Silva (2013, p. 2) corrobora a afirmação de que, ainda que a participação do público não seja um fenômeno novo, o surgimento de novos modos de participação disponibilizados pelas novas tecnologias de ponta tem promovido um salto em direção à promoção da comunicação do público com os canais de notícias, tanto os tradicionais quanto os novos, surgidos com a Internet. Tal evidência poderia apontar um aumento também da quantidade de comentários publicados. Porém, dados sobre a proporcionalidade de leitores atuais em relação aos leitores de séculos atrás ainda não estão completamente disponíveis. O que se verifica é que as condições estruturais para a participação em notícias da atualidade, particularmente as veiculadas em ambiente on-line, são amplamente vantajosas para o público se manifestar sobre

o que lhe é informado. Nesse sentido Quandt (2011, p.175) entende que o desenvolvimento tecnológico que ora permite o fomento do jornalismo participativo é irreversível, bem como os aspectos sociais e comunicativos decorrentes.

Com efeito, dizem Primo e Träsel (2006, p. 9)

novas formas de participação vêm sendo oferecidas no webjornalismo, chegando ao limite de ampla e irrestrita redação e edição por parte de qualquer pessoa com acesso à rede. Abre-se, assim, espaço para a interação mútua (..), na qual o desenvolvimento do processo interativo é negociado entre os participantes. Neste caso, o relacionamento desenvolvido entre os interagentes tem um impacto recursivo sobre a interação, seus participantes e produtos.

Ainda que essa interação já aconteça há séculos, como mostra o autor Bill Reader em sua pesquisa sobre o feedback das audiências nas novas mídias, importa avançar nos estudos sobre a matéria. O autor considera a pesquisa de suma importância para uma compreensão maior da essência do homem moderno e pós-moderno, e ressalta que jornalistas e estudiosos da comunicação ainda produzem muito mais trabalhos com foco na história do jornalismo do que no feedback das audiências. (Reader, 2015, p. 17)

Reader ressalta que no século XVII leitores já interagiam com os jornais por meio das cartas de leitores, e que muitos daqueles que as escreviam já se utilizavam de apelidos como forma de preservarem o anonimato e, assim, garantirem uma forma de liberdade de se expressar (Ibid., p. 10). O autor afirma que

O que muitos estudiosos do século 21 chamam de “jornalismo participativo” e definido como “o ato de um cidadão, ou grupo de cidadãos, desempenhando um papel ativo no processo de coletar, relatar, analisar e disseminar notícias e informações” não é realmente nada novo. De fato, o jornalismo participativo antecede a Internet em mais de quatro séculos, começando com os “livros de notícias” da Europa dos séculos XVI e XVII. (Ibid., p.37)

De acordo com o pesquisador, os chamados “*newsbooks*” da Europa do século XVII se evidenciam como os primeiros canais de notícias a permitirem a participação de leitores através de suas próprias matérias e cartas opinativas. Dessa forma os *newsbooks* e jornais europeus daquele tempo proporcionaram as primeiras tentativas de se fazer um “jornalismo de cidadão”, ou um jornalismo participativo (Ibid., p. 38).

Existem, entretanto, controvérsias no que se refere ao termo “jornalismo participativo” poder ser aplicado a outros tempos antes do webjornalismo. Borger (2016, p. 16) considera que as experiências e discussões sobre jornalismo participativo ilustram que, aparentemente, o tipo de participação em análise nos níveis atuais pode ser considerado essencialmente novo e

diferente das formas de participação do público que há muito fazem parte do jornalismo. Para a autora as cartas ao editor, embora possam ser vistas como forma de participação do público, parecem não ter chamado tanta atenção quanto o jornalismo participativo que vemos ocorrer nos últimos 15 anos.

Reader (2015, p. 35) ressalta que o feedback dado pelo público faz parte da tradição histórica do jornalismo enquanto mídia e se mantém como realidade viva dentro de suas práticas contemporâneas. O feedback do público, seja através de cartas ou de comentários on-line na atualidade, corrobora a demanda pelo lugar de fala de sujeitos enquanto vozes vivas e diretamente atingidas pelos processos sócio-políticos e econômicos de cada época. Importa aí salientar o papel do jornalismo participativo como modo de expressão popular dentro do contexto do espaço virtual, de onde emerge uma sociedade conectada e participante do debate público (Correa & Madureira, 2010, p. 164).

O conceito de liberdade de imprensa, pode-se afirmar, está atrelado ao feedback do público aos meios de comunicação e, conseqüentemente, ao conceito de jornalismo participativo. Não somente a liberdade de noticiar se faz imperativa, desde que obedecendo os princípios de veracidade e imparcialidade, como também faz parte dos valores democráticos a liberdade do leitor de se expressar e manifestar suas opiniões enquanto partícipe do exercício de cidadania. Nesse sentido Reader (op. cit., p. 54) conta que

Não é exagero argumentar que o próprio conceito de “liberdade de imprensa” foi exemplificado e duramente conquistado através da publicação de uma miríade de cartas em jornais durante os séculos XVII e XVIII. Expandir o direito de publicar ideias para o “capite censi” foi, e continua a ser, um desafio cultural complicado e difícil.

Tais constatações mostram que a demanda pela participação e a emissão de opiniões com relação a uma série de temas pertinentes à vida humana sempre existiu, ainda que a maioria não se manifestasse. Nesse sentido pesquisas atuais demonstram o receio de grande percentual de leitores de notícias em exporem seus pontos de vista, seja por medo de fomentar conflitos, seja por não se julgarem suficientemente conhecedores da matéria (Stroud, Van Duyn e Peacock, 2016, p.12).

De Certeau (1984, p. 271-72) diz que “longe de serem escritores, leitores são viajantes; circulam nas terras alheias, nômades caçando por conta própria através dos campos que não escreveram”. A analogia, ainda que poética, dispensa uma visão parcial ao leitor-comentarista. Uma análise mais democrática e ampla mostra esse ator como influenciador fundamental dos

processos emergentes na rede de informação digital. O jornalismo participativo é, nesse sentido, um fenômeno de alcance integral às sociedades pós-modernas.

Hermida (2011, p.184) acredita que o jornalismo se desenvolveu como uma profissão na qual profissionais qualificados utilizam suas competências para criar produtos acabados, como as notícias-história ou o jornal impresso. A Internet, por outro lado, disponibiliza mecanismos que facilitam o conhecimento coletivo e participativo. Com isso o autor defende que, hoje, jornalistas procuram equilibrar pressões conflitantes à medida que incorporam o público para o trabalho da redação.

Com efeito, o futuro do jornalismo tradicional encerra questões inúmeras e o cenário ainda se configura nebuloso. Quandt (2011, p. 175) reflete sobre o tema crendo que se pode conseguir preservar parte ou toda a integridade desse jornalismo desde que ele encontre um meio de adaptar-se à nova situação sem desestabilizar o núcleo de sua existência ou comprometer sua função na sociedade.

2.1 Os conceitos em torno do jornalismo participativo

O espaço digital pressupõe formas de jornalismo participativo inovadoras dentro dos processos de inclusão popular nos modelos interativos. Bowman e Willis (2003, p.9) definem o conceito de jornalismo participativo como

o ato de um cidadão ou grupo de cidadãos que têm um papel ativo no processo de recolha, análise, produção e distribuição de notícias e informações. O objetivo desta participação é oferecer a informação independente, fidedigna, variada, precisa e relevante que uma democracia requer.

Hermida (2011, p.15) adota o termo “jornalismo participativo” para descrever a atividade de capturar os processos e efeitos das contribuições de cidadãos comuns em reunir, selecionar, publicar, distribuir, comentar e publicamente discutir notícias contidas em peças de mídia institucional como os sites de jornais. É quando indivíduos e organizações passam a realizar funções de comunicação antes controladas somente pela grande mídia (p.24).

Para Corrêa e Madureira (2010, p. 158), o jornalismo participativo “parte do princípio que qualquer cidadão é um jornalista em potencial, e pode contribuir para a construção do noticiário.” De acordo com Primo e Träsel (2006, p.10), por jornalismo participativo entende-se “as práticas desenvolvidas entre secções ou na totalidade de um periódico noticioso na Web, onde a fronteira entre produção e leitura de notícias não pode ser claramente demarcada ou não existe”. Quandt (2011, p.160) compara o papel do jornalismo com o do jornalismo

participativo, afirmando que o jornalismo se traduz em um modo estruturado e organizado de comunicação pública, e isso significa que está intimamente ligado à evolução da sociedade. Assim, o autor sugere que o mesmo pode ser dito do jornalismo participativo, sendo este uma forma de comunicação do público para o público.

Mas quando foi cunhado o termo “jornalismo participativo”? Borger (2016, p. 44), em sua pesquisa, constatou que antes de 2003, embora não se usasse exatamente o termo, já havia estudos sobre interatividade no jornalismo, e que é possível dizer que a Internet colaborou, efetivamente, para que a expressão fosse adotada. A autora decide então marcar o ano de 1995 como o ponto de partida para a utilização do termo, após verificar que publicações sobre interatividade em jornalismo começaram a aparecer nesse período.

As variáveis do jornalismo participativo incluem o jornalismo cidadão, quando o cidadão participa da recolha, análise e divulgação de notícias, (Correia, 2010, p.88), o jornalismo “*open source*”, o jornalismo cívico e o jornalismo colaborativo. Segundo Couceiro (2009, p. 177), o jornalismo cívico, movimento que surgiu nos EUA em finais dos anos 80, pressupõe uma oposição à preconizada neutralidade e objetividade do jornalismo, abrindo-se em direção aos problemas das populações e suas possibilidades de debate e luta por soluções. De todo o modo a posição ativa do público é o princípio básico das variantes do jornalismo participativo, onde o cidadão ou uma comunidade envolvem-se na disseminação e discussão dos temas tratados em notícias (Correia, op.cit., p.88). Rodrigues (2008, p. 3) ressalta que, ainda que haja diferenças entre os termos e definições das formas de exercer a atividade jornalística, o jornalismo participativo, o jornalismo cidadão e o jornalismo colaborativo evidenciam-se como intervenções ativas feitas pelos que tradicionalmente sempre se caracterizaram como receptores passivos de notícias.

Sem pretender aqui nos aprofundarmos em cada uma das sutis discordâncias entre as modalidades, atemo-nos à conceituação global do jornalismo participativo, e ao fato de que ele se destaca ainda mais na esfera virtual como um modo de expressividade popular em alternativa à mídia tradicional e de massa, impondo à essa concorrência significativa e mesmo ameaçando a até então liderança dos principais mediadores de notícias.

Hermida, (2011, p.31) ressalta que o jornalismo participativo não é simplesmente um processo impulsionado pela tecnologia. Pelo contrário, ele resulta de interações complexas envolvendo a cultura profissional do jornalismo, a compreensão da Internet por parte de jornalistas e usuários e as expectativas sobre o potencial da tecnologia. O autor usa o termo

“jornalismo participativo” para descrever como as principais organizações de mídia têm procurado integrar o público nas versões on-line de suas publicações impressas (p.189).

Importa ainda destacar o modelo de “*open source journalism*.” Esse modo de produção de notícia pressupõe, como o próprio nome diz, formas de interação abertas a comentários e a incursões na própria maneira de produzir notícia. Segundo Brambilla (2005, p. 9) “no jornalismo *open source* o sujeito que lê é o mesmo que escreve as notícias, compartilhando responsabilidades e tendo no envolvimento pessoal sua principal moeda de troca.” De acordo com Holanda et.al. (2008, p.66)

A tradução mais comum para o português é jornalismo de código aberto. Porém, em Silva Jr. (2004), temos a designação jornalismo de “fonte aberta”, buscando, além da relação com o software, pôr em relevo o papel desempenhado pelo objeto em questão num contexto de abertura dos canais de publicação para as entidades e grupos que costumavam ser apenas fontes primárias do jornalismo. Fonseca e Lindemann (2007, p. 87) destacam o rompimento do modelo vertical de jornalismo, em que o leitor é mero consumidor de notícias produzidas por profissionais da comunicação, e a inauguração de um jornalismo horizontal, livre e colaborativo.

Em meio a um contexto de produção de notícias por parte da mídia tradicional, dominante e nem sempre confiável, o jornalismo participativo vem corrigir alguns dos equívocos pertinentes a um sistema de divulgação comprometido com outros valores além da informação essencialmente imparcial e verídica. Nesse sentido Aroso (2013, p. 4) identifica aspectos positivos do jornalismo participativo em relação à grande mídia:

- Não comprometimento com agendas políticas;
- Liberdade em relação aos interesses das elites dominantes;
- Possibilidade de uma cobertura mais completa dos acontecimentos;
- Interação maior com o público; e
- Confiança maior do público com relação ao veículo de informação.

Para Bowman e Willis (2003, p.9), o jornalismo participativo envolve a ação de um cidadão ou de um grupo social no sentido de produzir notícias com base em processos de coleta e análise de informações sobre fatos noticiosos. Os autores apontam como objetivo central da prática de jornalismo participativo a provisão de informações que primem pela independência no que se refere a compromissos econômicos que direcionam a grande mídia, e que sejam úteis para as comunidades variadas a quem se destinam, nos diversos âmbitos da vida em sociedade, ecoando as vozes da democracia no ciberespaço.

Fonseca e Lindemann (2007, p. 87) denominam o “quarto jornalismo” à fase que começa nos anos 70 e continua até os dias de hoje, caracterizando-se pela inserção das “tecnologias digitais e suas possibilidades de interação, multimidialidade, variedade de noticiários e velocidade. Paralelamente, ocorrem crises de credibilidade, de circulação e de profissionalismo. ” Nesse sentido Rodrigues (2008) aponta, no jornalismo participativo, fragilidades que podem, eventualmente, comprometer a credibilidade das notícias, a exemplo das fontes anônimas e das temíveis especulações.

Outro perigo do jornalismo participativo diz respeito à produção de informação por parte de pessoas amadoras no sentido da formação técnica do fazer jornalístico, dando margem às indesejáveis notícias falsas, tendenciosas e por vezes até mesmo ofensivas. Todos esses equívocos podem afetar a credibilidade da notícia veiculada e confundir a comunidade a quem o veículo se destina.

A qualidade da informação também é fator importante, em se tratando de produtores de notícias sem formação profissional, sem a qualificação necessária para observar métodos, códigos e valores específicos do jornalismo, o que pode resultar em notícias vazias, com carência de exatidão, agressivas ou ofensivas. Aroso (2013, p. 5) segue afirmando que “além disso, a credibilidade informativa também está em causa: sem qualquer controle da informação, é difícil saber o que é verdadeiramente notícia e não mera opinião ou especulação. ” Nesse sentido Moretzohn (2006) reafirma a imperiosidade de que o jornalismo profissional volte a gozar o status de “quarto poder”, ainda que se precise desmistificar esse conceito para mostrar o caráter político da mediação. A autora chama a atenção para a prerrogativa exclusiva do jornalista de ter acesso a fontes e roteiros dos diversos agentes públicos implicados em notícias, de modo a que não se confunda a participação do cidadão comum como fonte, ou seja, é ele alguém que contribui para a construção da matéria com vídeos, fotografias e depoimentos, mas não se pode atribuir a ele o mesmo respaldo de um profissional da produção e veiculação de fatos noticiosos.

Mielniczuk & Silveira (2008, p. 3) chamam a atenção para a potencialização que a Internet trouxe aos espaços de fala populares dentro das notícias veiculadas nessa plataforma digital. As autoras trabalham com o pensamento de Marcos Palacios sobre as características do webjornalismo, sendo uma delas a potencialização da interatividade no ciberespaço. Nesse sentido a Internet se traduz em um cosmo onde os indivíduos são chamados de utilizadores, e mais que isso, são identificados como interagentes, ou “aquele que age com o outro. ” (Primo,

2003, p.8). Os interagentes não apenas recebem informação, mas também a geram, e discutem conteúdos produzidos pelos profissionais do *mainstream*.

Dentro desse contexto, Mielniczuk & Silveira (2008, p. 6) salientam:

Pode-se dizer que as redes de computadores potencializaram a comunicação plurilateral. Partindo deste pressuposto e de uma postura mais ativa do leitor, temos o fim das figuras isoladas do emissor e do receptor na rede. Aquele que um dia assumiu o papel de receptor da mensagem também será emissor e vice-versa. No modelo de comunicação em rede não temos posições definidas e isoladas no que diz respeito aos agentes deste processo. Sendo assim, não se pode definir de maneira fechada que sujeito A ou B são emissor e receptor, porque ambos têm seus papéis misturados e ampliados, A e B são agentes ativos da web.

2.2 Outros conceitos dentro do jornalismo participativo

O conceito de *gatewatching* também se apresenta como modelo interativo no âmbito digital. Por meio do *gatewatching* modos de produção de notícias são filtrados e avaliados de acordo com opiniões de observadores, no sentido de reconfigurá-los de modo a satisfazer públicos-alvo (Holanda et.al, 2008, p. 59). É quando o utilizador sai da posição passiva de receptor e assume duas funções posteriores: a função de selecionador e a de produtor de informação e notícia (2011, p.55).

Dessa forma o jornalismo participativo de hoje se relaciona com o processo de *gatewatching* ou, como dizem Corrêa & Madureira, (2010, p. 167) “de seleção de conteúdos relevantes para determinados públicos, e como a Internet transformou este processo, antes completamente a cargo do jornalista, em um processo coletivo. ”

Bruns (2005) refere-se ao *gatewatching* como a participação do leitor como produtor de informação, e acredita ser o webjornalismo uma nova forma de se produzir notícia, onde se inauguram novas fontes de informação para um público interativo e detentor de uma forma pioneira de relacionamento entre sujeitos e notícias. Heinrich (2011) decreta o fim do controle das notícias por parte da chamada “grande mídia”, sendo esta, hoje, “apenas mais uma voz entre tantas no jornalismo em rede. ”

O conceito de *gatewatching* sucede, desta forma, o de *gatekeeping*, mais voltado para o trabalho específico do jornalista em filtrar notícias e selecionar as que efetivamente devem ser publicadas. Em 1950 o pesquisador David White (p. 383) descreveu a criação do termo “*gatekeeper*” por parte do psicólogo alemão Kurt Lewin. Segundo White, Lewin considerou que o percurso de uma notícia por entre certos canais de comunicação dependia da circunstância

de que algumas áreas dentro dos canais funcionam como portões. Levando as analogias adiante, Lewin pontuou que estes portões são administrados por regras imparciais, por um lado, e por “porteiros” de outro, sendo estes um indivíduo ou um grupo que detém o poder de decidir se uma notícia entra ou não na edição de um periódico.

Primo (2011, p.134) diz que

fundamental para a teoria de *gatekeeping* é o poder de não apenas definir-se o que será noticiado, como também o que não será. A força política que daí decorre faz sentido em uma estrutura de poucas instituições noticiosas e de seu controle dos limitados fluxos lineares de transmissão em redes centralizadas.

A função de *gatekeeper* exercida pelo jornalista implica uma premissa básica não apenas para profissionais, mas também para as pessoas que os estudam (Hermida, 2011, p.15). Na atividade de *gatekeeping* o jornalista examina o processo de produção de notícias e define as escolhidas para publicação através de fluxos originalmente chamados de “*gates*” – portões. Tais portões consistem em critérios para a aprovação de matérias para serem veiculadas. “Se a decisão for positiva, a notícia acaba de passar pelo ‘portão’; se não for, a sua progressão é impedida, o que na prática significa a sua ‘morte’ porque a notícia não será publicada, pelo menos nesse órgão de informação” (Traquina, 2005, p. 150). Shoemaker & Vos (2011, p.14) explicam que o termo *gatekeeping* tem sido definido na literatura como o processo pelo qual um vasto conjunto de mensagens potenciais é peneirado, moldado e convertido em algumas poucas escolhidas para serem transmitidas pela grande mídia. O processo de *gatekeeping*, explicam os autores, determina a maneira como vemos o mundo e a realidade à nossa volta, influenciando diretamente na cultura e na formação social. Com o jornalismo participativo, no entanto, o volume de informações transmitidas alcança níveis de inundação, modificando toda a cadeia tradicional de seleção de notícias. Wolfgang (2017, p. 5) assinala que, do ponto de vista organizacional, os conglomerados estabelecem políticas que regulam as práticas dos *gatekeepers* e decidem as notícias a serem publicadas.

Mas quais seriam os critérios de aceitação de uma notícia como apta a ser veiculada? Para Shirky (2008) dois são os elementos que definem a caracterização de um fato como noticioso e relevante para divulgação pela mídia verticalizada: a obediência aos parâmetros de noticiabilidade e os eventos cobertos pela imprensa. O conceito de noticiabilidade se forma por meio de critérios, parâmetros e instrumentos que contribuem para que os meios de comunicação indiquem o que deve ser noticiado em meio a um número gigantesco de informações que chegam todos os dias às redações (Lima & Moura, 2014, p. 63). No caso dos

sites de notícias, a estrutura hierárquica é menos fechada, o que dá margem a uma abertura maior no processo de *gatekeeping*. O público e o feedback alimentado por ele influenciam substancialmente as decisões dos *gatekeepers* sobre o que é ou não notícia (Wolfgang, op.cit., p.5). De acordo com Hermida (2011, p.15)

O papel do jornalista como *gatekeeper* dependia amplamente do acesso privilegiado dos profissionais aos meios de produção e disseminação de informações. Contudo, esse papel foi prejudicado pelas tecnologias de mídia digital, que permitem a usuários, como indivíduos ou grupos, criar e distribuir informações com base em suas próprias observações ou opiniões. Tais avanços tecnológicos, aliados a problemas contemporâneos do jornalismo como instituição e indústria, apresentam novos desafios para a mídia.

Com efeito, o webjornalismo veio confrontar dogmas estanques e relativizar as considerações sobre o que é ou não digno de ser divulgado. Na medida em que a sociedade participa do modo de produção de notícia os interesses passam a ser muito amplos e horizontalizados. Silva (2017, p. 139) acredita que o jornalismo participativo vem desafiando a hegemonia tanto das redações quanto do jornalismo tradicional como *gatekeeper*. Hermida (2011, p.15) aponta o jornalismo como guardião dos “processos e efeitos das contribuições dos cidadãos comuns para coletar, selecionar, publicar, distribuir, comentar e discutir as notícias que estão contidas em um produto de mídia institucional.” Nesse contexto, o modelo tradicional de *gatekeeping* parece confundir-se ao adentrar o universo do ciberespaço. O trabalho do *gatekeeper*, no mundo digital, se mescla, de forma associativa, ao processo de *gatewatching*. Mas o dilema dos jornais, segundo Hermida (Ibid., p. 189) parece residir na questão de como abrir uma atividade tão fechada para pessoas tradicionalmente tão reservadas e fora do processo jornalístico, aproveitando novas oportunidades sem comprometer a tradição, os valores e as práticas da atividade jornalística.

Cidadãos comuns e comunidades operam hoje, dentro da sistemática comunicacional, um papel ativo antes desempenhado apenas pela grande mídia. Os defensores dos modelos participativos argumentam que, em organismos sociais vivenciando processos de constantes mudanças, “o papel democrático do jornalismo precisa ser redefinido para que seja mais inclusivo do que a noção de ‘porteiro’ institucional permite.” (Hermida, Ibid., p.15).

A distribuição do conteúdo gerado pelo usuário também gera demandas diferentes com relação às decisões sobre o que deve ser publicado. Com efeito, os recursos tecnológicos levam a um outro tipo de problema: o armazenamento de enormes quantidades de texto, áudios e vídeos. Hoje os dados visuais podem ser facilmente armazenados em formato digital. Mas a

distribuição desses dados envolve a organização e estruturação de um modo de transferência de informações que possam ser relevantes da mídia para o utilizador. Quanto maior o volume de dados fornecidos pelos utilizadores, mais difícil passa a ser a tarefa de discernir o que é relevante e o que não é (Quandt, 2011, p.167).

O excesso de informações circulantes no espaço virtual é um dos fatores que levam algumas correntes de pensamento à defesa de que o *gatekeeping* permaneça como prerrogativa dos jornalistas. Sobre essa questão dizem Lopes et.al. (2007, p.67) que “apesar de ser o usuário quem seleciona os temas, segue-se reclamando a experiência do jornalista para sair da desorientação criada pela avalanche de informações na rede”. Nesse sentido defende Quandt (op.cit., p. 167) que a informação sem estruturação e organização adequadas não é informação, mas o caos. E que a estrutura conceitual, dessa forma, colabora para a identificação de algumas das armadilhas do conteúdo do jornalismo participativo, além de prover orientações sobre o que ambos, jornalismo e conteúdo gerado pelo usuário, significam no contexto da comunicação em uma rede aberta.

Ainda que o alcance do webjornalismo possa indicar um declínio do *gatekeeping* em relação ao *gategatekeeping*, dentro da máxima de que hoje qualquer um possa ser jornalista, correntes de pensamento apontam a tendência do profissional da comunicação no sentido de se tornar cada vez mais um burocrata da notícia, ou seja, de que o jornalista hoje é muito mais um *gatekeeper* do que quando tal expressão foi criada. Sobre isso Bakker (2014, p.603) expõe sua visão:

Jornalistas desenvolvendo um trabalho criativo e investigativo estão sendo substituídos por trabalhadores de escritório acorrentados a suas mesas e colados às telas, buscando conteúdos, organizando conteúdos, solicitando conteúdos, moderando e editando conteúdos. Produzir um conteúdo original não é o foco central desses jornalistas.

Embora alguns autores defendam que o *gatekeeping* possa ocorrer também no espaço virtual, considerando as prerrogativas do jornalista como agente de recepção dos fatos em um campo de apuração mais estruturado do que o utilizador amador, há correntes que admitem o comprometimento da função do *gatekeeper* na veiculação da informação on-line. Hermida (2011, p.18) reconhece que as tecnologias digitais de hoje permitem ao público a assunção de algumas funções antes delegadas apenas ao jornalista profissional. O autor considera que “a ampla adoção de ferramentas participativas sugere que os jornalistas estão buscando acomodar as contribuições do público dentro dos espaços que as instituições de mídia controlavam antes.” Entretanto, entrevistas com os profissionais revelaram que eles se viam como guardiões da

informação, comprometidos com a verdade e a imparcialidade que temem possam ser prejudicadas pela incorporação de contribuições de fora das redações. (Ibid., p. 186)

Em sua pesquisa sobre como os pesquisadores veem o papel do *gatekeeper* no universo do webjornalismo Borger (2016, p. 50) avalia que a academia ainda considera as organizações de notícias como abertas a oportunidades participativas, mas não de um modo que derrube o jornalismo existente como paradigma. Ainda que utilizadores possuam a prerrogativa de enviar fotos, e-mails ou comentários, a eles não é dado o direito de interferir nas principais atividades jornalísticas, nem controlar sua participação no processo de tomada de notícias. Os estudiosos observam que o jornalismo participativo confronta ideais democráticos com os principais valores do jornalismo profissional de objetividade e autonomia. Nesse sentido, diz a autora, “os estudiosos acham que os jornalistas aderem ao *gatekeeping* tradicional e vêm à conclusão de que, infelizmente, o potencial democrático da tecnologia permanece amplamente não utilizado.”

Em direção contrária Quandt (2011, p. 171) relata, após pesquisa realizada por Singer et.al. (2011), o reconhecimento de uma influência maior do público na intenção de conteúdo no webjornalismo, por conta dos comentários on-line. Porém, na verdade esta influência não chega a afetar as decisões dos editores sobre quais conteúdos serão veiculados. Hermida (2011, p. 178) avalia que, no momento, os jornalistas vejam o público como “destinatários ativos” de informações, o que poderia ser entendido como algum lugar entre receptores passivos e criadores ativos de conteúdo. Borger (op.cit., p. 53) argumenta que o jornalismo profissional vigente ainda reduz o jornalismo participativo às formas jornalísticas de trabalhar. Para ela tal prática é representada na mudança semântica do termo “interação” para “participação”: o primeiro implica igualdade de atores; o segundo, subordinação de um ator (cidadãos) para o outro (o quadro jornalístico profissional). Em outras palavras é como explica Carpentier (2012, p. 170) quando diz que a participação envolve poder, sendo este seu principal elemento definidor. Na participação, diz o autor, os debates teóricos transcendem a discussão e adentram as prerrogativas de tomadas de decisão em amplos aspectos. Por outro lado a interação, especialmente no âmbito da mídia, implica o estabelecimento de relações sociocomunicativas em nível de diálogo e reflexão, trazendo novos elementos para o debate porém sem alçada para decidir.

Bruns (2005, p.1) defende que no ciberespaço o processo de *gatekeeping* perde força frente ao denominado “quinto estado”, ou o poder da comunicação on-line. O autor explica que

a adição da World Wide Web ao mix de mídia fez com que os consumidores de notícias agora sejam muito menos dependentes do que passa pelos portões das principais organizações de notícias, mas podem ignorá-los completamente e recorrer diretamente a provedores de informações em primeira mão. Além disso, esses fornecedores de informações agora também incluem frequentemente os próprios consumidores de notícias.

Quandt (op.cit., p.173) ressalta, na fala de jornalistas, uma grande preocupação com as mudanças provocadas pela tecnologia, particularmente na rede social integrada da Internet, pois elas são rápidas demais para que jornalistas ou instituições de mídia se ajustem. O quadro configura, como acredita Hermida (2011, p. 179) um processo em que jornalistas profissionais são impelidos a se adaptarem a um ambiente de mídia mais colaborativo, no qual devem compartilhar a criação e disseminação das notícias com os utilizadores. O cenário atual, segundo o autor, é de redações divididas entre incentivar os usuários a se envolverem no processo de produção de notícias e defender o núcleo ortodoxo das redações. Tal luta acontece tanto no nível individual como nos níveis organizacional e social (Ibid., p.180).

O *gatewatching* portanto, dentro de um contexto de jornalismo participativo, passa a ser um processo exercido tanto por jornalistas como por blogueiros, *youtubers*, *digital influencers* e demais participantes da rede de comunicações e informações como difusores de fatos relacionados à realidade e ao cotidiano de comunidades que transcendem a identidade física e se reconfiguram como personagens também virtuais. Bruns (op.cit., p 2) esclarece que, no universo on-line, os portões estão sob o controle dos próprios provedores de informação, bem como dos usuários finais que, na web, atuam como seus próprios porteiros, e dispensados da obrigatoriedade da submissão à autoridade da grande mídia.

Ainda que a filtragem de links e hipertextos aconteça antes da publicação, ou postagem, no âmbito do universo digital, de um fato noticioso, tal movimentação não é mais prerrogativa exclusiva do jornalista, mas de todo e qualquer cidadão disposto a influenciar, positiva ou negativamente, o debate público que afeta as sociedades. Como classificam Primo e Träsel (2006, p.9) “o *gatewatcher* combinaria funções de bibliotecário e repórter. Do porteiro, passa-se ao vigia. ”

A polêmica em torno da validade do *gatekeeping*, porém, continua. Internautas do mundo inteiro postam e acompanham blogueiros e *digital influencers* em meio às notícias veiculadas pela grande mídia. Mesmo após o tempo em que uma notícia tradicionalmente veiculada caduca, outros artigos, clipes e reportagens permanecem sendo clicados. Primo (2011, p. 6) analisa o fato considerando que “as notícias ‘comoditizadas’ da mídia têm consumo

imediatos e duração efêmera, enquanto o conteúdo fruto de *gatewatching* e análises aprofundadas obtém atenção especial e prolongada na rede. ” No cerne deste debate está o interesse do público, que vê no jornalismo participativo um modo de desenvolvimento de sua cidadania e de produção de conteúdo num sentido amplo e democrático.

2.3. Os modelos de participação dos utilizadores

A participação do público nos processos de escolha, colheita de informações e produção de notícias assume carácter significativo dentro do ciberespaço, ainda que os passos neste sentido nem sempre sejam tão largos. Ainda se observa um domínio preponderante da grande mídia na manipulação de notícias. Ao público são concedidas formas de participação em espaços criados pelo *mainstream* para a manifestação popular. Tais ambientes podem ser reconhecidos como e-mails, espaços para comentários e possibilidades de discussão on-line.

Pesquisa realizada em 2008 por Hermida e Thurman (2011, p.19) junto a mídias de vários países relatou a sugestão de envio de fotos e vídeos como uma forma de participação aberta pelas redações aos utilizadores. Em verdade poder-se-ia mesmo arriscar a hipótese de que tais contribuições por parte dos utilizadores, ao encarnar o papel de testemunhas de um determinado episódio, venham a ser, para os jornalistas, o melhor conteúdo que um utilizador pode oferecer às redações.

Hermida (2011, p. 28) ressalta que os utilizadores como fonte primária no processo de produção de notícias não é um fato novo, prerrogativa dos tempos digitais, mas que o valor da testemunha ocular sempre foi reconhecido por jornalistas. E que, muito embora “as ferramentas de participação sejam novas, nosso estudo sugere que foram projetadas e implementadas de maneira a orientar os envios de usuários em conformidade com processos pré-determinados de seleção de notícias. ”

Outro modelo de participação dos utilizadores no webjornalismo é o *crowdsourcing*, descrito por Hermida (Ibid., p.20). Tal prática se caracteriza pela contribuição do público às redações na forma de vídeos, depoimentos e testemunhos. Um exercício através do qual jornalistas buscam selecionar os interesses dos colaboradores por meio da solicitação de dados, análise ou outros métodos de captação do interesse público a partir da recolha de dados por eles fornecidos. De todo modo, de acordo com a pesquisa de Hermida e Thurman, tais práticas não se evidenciam como abertura relevante para a participação do público na escolha e confecção de notícias, e sim como diferentes *modus operandi* de produção noticiosa, em que leitores e

audiências são chamadas a contribuir de forma mais passiva para a edição e publicação de acontecimentos que se transformam em relatos jornalísticos.

No cômputo geral, o convite das redações ao engajamento público ainda se avizinha tímido. Como Hermida aponta:

No geral, a maneira pela qual as ferramentas de participação do usuário foram implementadas (...) indicava que os jornais estavam relutantes para permitir que os membros da plateia definam a agenda de notícias. (...) Em vez disso, os jornalistas estavam estendendo práticas estabelecidas de coleta de notícias para a web, procurando limitar o papel do usuário nesse estágio a servir simplesmente como mecanismos de participação, uma fonte de informação ou de áudio bruto - conteúdo visual - especialmente para material que os jornalistas queriam ter, mas por qualquer motivo não conseguiram. (Ibid., p.20)

Nesse sentido Quandt (2011, p.171) relata que a maioria dos jornalistas vê uma separação clara entre utilizadores com influência sobre conteúdo e utilizadores decidindo conteúdo. Os profissionais admitem uma participação mais ativa dos utilizadores nas pautas e sugestões de notícias, mas as decisões finais sobre o que deve ser publicado sempre são reservadas às redações. Em outras palavras, diz Hermida (op.cit., p.185) os grandes conglomerados tentam casar uma aproximação mais colaborativa com um sistema de controle editorial.

Para Karlsson et al. (2015, p. 298), inúmeros estudos anteriores sobre jornalismo participativo se concentraram no lado da produção e na falta de vontade de jornalistas e organizações da mídia em perder o controle. Embora isso seja verdade, também sugere implicitamente que existe um público ansioso e disposto a intervir, se esse espaço se abrir mais significativamente. No entanto, a revisão da literatura não indica essa como sendo a tendência mais forte. De acordo com os autores o que se sabe sobre o público e suas práticas participativas on-line indica haver pouco potencial para o jornalismo participativo. São dados que se contrapõem a outras correntes de pensamento e de experiências com sociedades eminentemente sedentas por maior participação no processo de produção de notícias. Porém se mostram relevantes do ponto de vista da reflexão sobre a problemática em questão, qual seja, a influência do jornalismo participativo no webjornalismo e as tendências de democratização desse amplo e excelente espaço de participação.

2.4 O jornalismo participativo produzido por utilizadores

Quando se trata de webjornalismo outras formas de participação dos utilizadores devem ser também destacadas além das possibilidades de interferência popular na produção de notícias

e nas redações. Hoje é certo que uma parcela da população se informa por conteúdos gerados por utilizadores, e não somente por jornalistas profissionais. A demanda é crescente e estudos mostram um acesso cada vez maior a plataformas geradas por diversos setores da sociedade.

Mazzei pesquisou os conteúdos gerados por utilizadores, e diz que, até o ano da publicação de sua tese – 2016 – havia mais de 120 milhões de UGC – User-generated content – postados na Internet. A autora considera que a grande quantidade de UGC aparece em diferentes áreas, como marketing de marca, vendas, mídia social e produção de notícias. Esses dados elucidam a crescente demanda dos usuários por participar ativamente da Web. Tal participação, diz Mazzei (p.4) é possível pelo desenvolvimento e implementação de novas tecnologias que, operando por meio de recursos, são capazes de fornecer aos utilizadores possibilidades de maior interferência na produção de conteúdos que dizem respeito aos interesses das sociedades e que podem ser acessados por elas.

Jönsson e Örnebrig (2011, p. 127) consideram que uma faceta importante da UGC e do jornalismo participativo é o poder e, dessa forma, o relacionamento entre a grande mídia e seu público está longe de ser simples. Suas pesquisas sugerem que, embora o uso de UGC possa ser parcialmente visto como empoderador do público, a palavra final e, portanto, o controle do conteúdo jornalístico está nas mãos das organizações de mídia, tornando o UGC um pouco de uma "ilusão interativa".

Com efeito, a produção de UGC também caracteriza um modo de confronto com a grande mídia e seus interesses políticos e financeiros. Nesse sentido Mazzei (op.cit., p.7) cita a primavera árabe como exemplo de mobilização gerada pelas mídias sociais e que atingiu níveis nunca antes observados de alcance e influência. A consequência da manifestação desse poder obrigou o *mainstream* a abrir espaços de fala e participação para o público no contexto da produção e veiculação de notícias. Os grandes grupos, assim, vêm-se dobrando ao desejo coletivo de participação do público e ao cenário da mídia mais complexo e descentralizado (Ibid., p.7).

Karlsson et al. (2015, p. 304) divergem do pensamento de que o jornalismo participativo se movimenta em escala crescente. Após pesquisas junto a sites de notícias da Suécia, no período de 2007 a 2013, e à interferência de comentários e links de blogs no processo de produção noticiosa, os pesquisadores concluíram que há um limite para a concessão de espaços de fala popular estabelecido pela mídia. E que este limite se dá quando não há mais possibilidades de agregar valor ou capitalizar a participação. Da mesma forma, dizem os

autores, “existe um limite para quanta devoção os usuários podem derramar em notícias e recursos participativos. Inevitavelmente, em algum momento haverá 'participação máxima', independentemente de o teto ser estabelecido por produtores ou usuários. ”

O levantamento das falas acima citadas agrega valor a este estudo na medida em que qualifica aspectos importantes quando se focaliza a participação do público leitor de um site de notícias como o G1 e a provável influência que ele exerce sobre o modo de fazer webjornalismo no Brasil contemporâneo. Considera-se relevante um aprofundamento da pesquisa sobre o modo de interação do público dentro desse contexto e como ele influencia o jornalismo de um grande conglomerado como o grupo Globo de comunicação dentro do universo virtual. É o que buscamos nos próximos capítulos.

3 Participação e Interatividade on-line: novas formas de produzir e divulgar notícias

O ciberespaço é um espaço público e privado. É por causa dessas qualidades que atrai aqueles que querem reinventar sua vida pública e privada. O ciberespaço oferece um novo terreno para o jogo do atrito antigo entre a identidade pessoal e coletiva; o indivíduo e a comunidade.²

Participação e interatividade são temas que se autoproclamam imperativos dentro do presente estudo, uma vez que os formatos de comparecimento dos leitores ao site G1 se constituem no objeto central da pesquisa. A partir de uma revisão da literatura que abrange essas questões na esfera da produção, veiculação, repercussão e compartilhamento da notícia, busca-se identificar os modos de participação de um público cujo habitat contemporâneo é o mundo virtual, sua interatividade com as redes produtoras de notícias e entre si mesmos dentro do cenário dos comentários on-line.

A participação tornou-se um dos principais conceitos dos estudos em comunicação e mídia, especialmente após a popularização da Web 2.0 (Carpentier, 2012, p.165). Com o avanço das tecnologias Web 2.0 em jornais on-line, estamos testemunhando um aumento no conteúdo gerado pelo utilizador virtual, conteúdo este que se articula e complementa aquele produzido pelos profissionais do jornalismo (Weber, 2014, p. 941). De acordo com Bomfim & Sampaio (2008, p. 1)

Estamos vivendo uma transição para uma web onde os usuários deixam de ser apenas receptores de informação, para serem participantes mais ativos no processo de produção de conteúdo. Assim, a Web 2.0 pode ser considerada como um fenômeno social, caracterizado pela descentralização, pelo compartilhamento e pelo reuso, na qual são valorizados o conteúdo colaborativo e a inteligência coletiva. O conteúdo deve ser produzido e consumido por qualquer um, de forma simples e direta.

O conceito de participação é importante para um melhor entendimento do conteúdo deste capítulo. Gonçalves (2013, p.140) define a participação como “todo o tipo de comportamento que procura intervir numa determinada situação, instituição ou causa ou tomar parte em relação a algo.” Para o autor toda participação pressupõe um espaço público onde se apresenta um fenômeno coletivo, e todas as formas de participação pública têm um alvo ou destinatário (Ibid., p. 142). Nesse sentido ele também lembra que, a partir de uma certa

² Papacharissi, 2002, p. 20

dimensão, a participação assume um caráter de alcance tal que não admite mais ser ignorada, sejam quais forem os destinatários (Ibid., p.144).

Pateman (1970, p.1) ressalta que o termo "participação" é usado para se referir a uma ampla variedade de situações diferentes por pessoas diferentes. Habermas, nos termos de sua ética discursiva, acredita que o diálogo é um procedimento ético e racional para a construção social; é o motor da mudança social (Ruiz et al., 2010, p.14). Nesse sentido enfatiza Carpentier (2012, p. 165), a democracia, em função de sua preocupação com a inclusão de pessoas nos processos políticos de tomada de decisão, é um dos principais locais de articulação do conceito de participação.

Assim tem-se a abordagem política dessa dinâmica social como condição *sine qua non* para uma adequada análise da conceituação e contextualização da participação. Carpentier (2011, p.10) observa que, mesmo na era contemporânea, a participação ainda encontra resistência, desprezo ou indiferença, mas não é mais punida pela perseguição, pelo menos não nas democracias mais ocidentais e nem na maior parte do tempo. Isso não significa que a participação seja um conceito fácil, teórica ou empiricamente. Seu papel ideológico no campo político-democrático a torna um significante flutuante, o que tende a complicar as coisas.

Pateman (op.cit., p. 70), ao introduzir uma concepção política mais ampla de participação, divide, de forma profícua, as formas de participação em parcial, quando uma ou mais partes influenciam no processo de tomada de decisão mas somente uma detém o poder de decisão final, e plena, quando todos os membros de um órgão, seção ou assembleia possuem poder igualitário de decisão. A autora enfatiza que a expansão da participação em todas as áreas de uma esfera política que se propõe ao exercício democrático é uma necessidade, considerando-se que "para existir uma política democrática, é necessário que exista uma sociedade participativa, ou seja, uma sociedade onde todos os sistemas políticos foram democratizados (Ibid, p. 43).

O sentido da participação se refere, no caso do presente estudo, ao que se pode entender como atos políticos não necessariamente conectados a uma política hegemônica partidária. O que Carpentier classifica como política institucionalizada não se associa obrigatoriamente ao escopo da pesquisa, embora possa tatear o âmbito político institucional. Trata-se da participação social opinativa e interativa, através de plataformas de notícias em um universo virtual, onde o exercício democrático se manifesta, essencialmente, de forma político-econômico-social e reflete uma proposta democrática de dinâmica social engajada a partir da

informação e da opinião. Sobre tal questão entende Dahlgren (2015, p. 27) que o político é algo que surge, discursiva e dinamicamente, e pode aparecer em qualquer esfera de atividades sociais e culturais, até mesmo no consumo e no entretenimento.

Como explica Carpentier (op.cit., p. 168), sejam chamados grupos de interesse, antigos ou novos movimentos sociais, sociedade civil ou ativistas, os atores participantes do debate em comunicação ampliaram o escopo da política e tornaram a participação mais heterogênea e multidirecional.

No entendimento de Ribeiro (2013, p. 134) a participação é essencial à integração sociopolítica e se apresenta como “a chave de uma sociedade dita de informação, que apela à transição de uma assembleia de massas para uma comunidade de indivíduos comprometidos pessoalmente. ” O autor relaciona a participação no espaço midiático como “o processo que concretiza a transferência de matérias e significados do espaço privado para o público. ” E observa duas formas distintas de participação: uma do ponto de vista apenas reativo, tentando compreender as ações que se relacionam com a simples retransmissão; e outra que estabelece a conexão entre a difusão da informação e a ação de votação em inquéritos promovida pelos meios de comunicação on-line, em uma dinâmica de reação por parte do público, quase que fornecendo dados para a alimentação de algoritmos.

Para Carpentier (2012, p. 171) o conceito de participação é contingente e faz parte das lutas de poder na sociedade. No entendimento de Dahlgren (2015, p. 25), podemos dizer que participação significa envolvimento com o político, independentemente do caráter ou escopo do contexto. Nesse contexto argumenta Barbrook (1995) que a participação da mídia deve ser vista não em uma única dimensão de mais ou menos diversidade, mas como várias tentativas de reduzir as contradições entre a participação da mídia e a democracia.

O conteúdo político-ideológico que permeia todo ato de participação, seja ele apenas reativo ou significativamente diligente, traduz-se em debate imperioso para uma problematização mais profunda do exercício democrático. Carpentier (op.cit., p. 171) argumenta que a definição de participação permite pensar, nomear e comunicar o processo participativo como minimalista ou maximalista, ao mesmo tempo em que ela é simultaneamente constituída por nossas práticas específicas. Como consequência, diz o autor, “a definição de participação não é um mero resultado dessa luta político-ideológica, mas uma parte integrada e constitutiva dessa luta. ”

Assim, e no contexto das definições de participação, tem-se a prática participativa como viés importante a ser referenciado, conforme diz Carpentier:

A definição de participação é um dos muitos campos da sociedade em que uma luta política é travada entre as variações minimalista e maximalista da democracia. No modelo minimalista, a democracia limita-se principalmente aos processos de representação e participação à seleção da elite por meio de eleições que formam a expressão de uma vontade popular homogênea. A participação aqui serve exclusivamente o campo da política institucionalizada, porque o político é limitado a esse campo. No modelo maximalista, a democracia é vista como uma combinação mais equilibrada de representação e participação, onde são feitas tentativas para maximizar a participação. O político é considerado uma dimensão do social, que permite uma ampla aplicação da participação em muitos campos sociais diferentes (incluindo a mídia), tanto no nível micro quanto no nível macro, e com respeito à diversidade social. (Ibid., p. 171)

Nesse contexto vivencia-se um processo de ampliação da política, onde todas as realidades sociais se tornam, ao menos potencialmente, contestáveis e politizadas. A partir daí podemos inferir que as noções de democracia e participação não podem mais permanecer confinadas ao campo da política institucionalizada. Todas as esferas sociais são objetos potenciais de reivindicações à democratização e ao aumento da participação, embora essas reivindicações (e as lutas provocadas) não levem necessariamente à sua realização, e a resistência em alguns domínios sociais se mostre mais substancial do que em outros. (Carpentier, 2012, p.170). Como diz então o autor

Devemos ter em mente que o político-democrático não para nos limites da política institucionalizada. O político-democrático, e a distribuição de poder na sociedade que está no seu coração, é uma dimensão do social que permeia todos os campos sociais possíveis. (Ibid., p. 170)

Quando se transfere tais dimensões para um contexto de mídia permite-se pensar de maneira análoga. Assim Carpentier classifica como minimalista a prática participativa do público na mídia, onde seus profissionais mantêm forte controle sobre processos e resultados, muitas vezes restringindo a participação principalmente ao acesso e interação:

A participação é “vendida” como contribuição à esfera pública, mas, em verdade, atende principalmente às necessidades e interesses do próprio sistema de mídia, instrumentalizando e incorporando as atividades dos não profissionais participantes. Essa lógica centrada na mídia leva à homogeneização do público e à desconexão de suas atividades participativas de outros campos da sociedade, resultando na articulação da participação da mídia como não política. Já nas formas maximalistas, o controle profissional e a participação popular se tornam mais equilibrados, e são feitas tentativas para maximizar a participação. Aqui se observa o reconhecimento da diversidade e heterogeneidade do público e da natureza política da participação da mídia. A articulação maximalista permite o reconhecimento do potencial de participação da mídia

em um sentido de macroparticipação, bem como de sua natureza multidirecional. (Ibid., p. 171)

Chega-se aí ao debate sobre as possibilidades de a mídia eletrônica ampliar ou não a participação do público nos temas de grande relevância política, econômica e social da era contemporânea. Em se tratando de um veículo de grande cobertura tecnológica, ainda que o alcance à massa de cidadãos permaneça restrito aos mais favorecidos financeiramente, poder-se-ia desenvolver um raciocínio lógico no sentido de que a Web 2.0 veio para proporcionar maior motivação, engajamento e, conseqüentemente, maior pressão sobre os agentes midiáticos para que a participação popular domine o espaço virtual. Porém, até o momento não há nenhuma prova empírica de que o fenômeno digital, efetivamente, trouxe às plataformas de debates audiências numericamente mais notáveis do que jamais se viu. Sobre tal questão Ribeiro (2013, p. 101) se reporta a Polat (2005) para defender a tese de que a quantidade de informação não significa o aumento do processamento cognitivo, uma vez que a mola mestra da participação é a motivação. Dessa forma o autor corrobora o pensamento de Polat de que não se pode afirmar a Internet como meio de comunicação que contribua mais para a participação cívica do que outras ferramentas dentro do espaço democrático.

É nesse sentido que Jenkins (2006, p. 305) define participação como se referindo "às interações sociais e culturais que ocorrem em torno da mídia". Dahlgren (2015, p. 27) afirma que não há noção universal generalizada de participação, antes ela sempre ocorre em circunstâncias específicas. E Carpentier sustenta que participação não é uma noção fixa, mas está profundamente enraizada em nossas realidades políticas e, portanto, é objeto de lutas ideológicas duradouras e intensas. (op.cit., p. 174)

É apropriado ainda definir conversação como o diálogo social que possibilita a tecnologia e as ferramentas da Web 2.0, através de vários canais de participação que a cibermedia e outros sites disponibilizam para o público e o convertem em leitores e (co) autores de uma audiência ativa ou participativa. Esse diálogo social se torna um dos mecanismos mais importantes na formação da opinião pública, ou seja, a influência legítima e institucionalizada da opinião privada na vida política de uma sociedade. (Ruiz et al., 2010, p.9)

3.1 Poder e democracia participativa

A análise dos conceitos de participação nos leva a uma relação fundamental entre representações políticas, democracia participativa e o entendimento do caráter político do ato de participar. Para Dahlgren (2015, p. 26) a participação sempre está relacionada a um

confronto de algum tipo com os arranjos de poder e, portanto, é sempre pré-condicionada por esses parâmetros. Em relação aos acordos de poder, explica o autor que eles se referem não apenas a manifestações óbvias como as forças armadas e policiais do estado, ou o setor corporativo, mas também a formas culturais e discursivas, isto é, é notório o controle ou a influência sobre ambientes simbólicos. Além disso - e muito importante - o poder envolve 'poder para' (habilitar) e 'poder sobre', na forma de coerção, restrição ou influência. Assim, para ele, a participação em si é uma expressão de algum grau de poder.

Ribeiro (2013, p. 121) explica que a evolução da civilização ocidental, notadamente a partir dos meados do século XIX, segue na direção da inclusão social em um cenário de cultura cívica, proporcionando às sociedades a prerrogativa da (inter) ação. Assim, esses mesmos atores miram as condições para trilhar uma trajetória política que vise a conquista de poder para participar em decisões de interesse público. O aperfeiçoamento das práticas democráticas, portanto, evidencia conexões entre o ato de participar e o poder para decidir as matérias fundamentais que norteiam a vida e a disposição das populações em comunidades políticas.

A condição política de participação é evidenciada por Moreno (2006, p. 310) ao definir o ato de participar como “o mecanismo que conduz a nação, sem ignorar o Estado, mas conversando com ele, crítica e proativamente.”

No que se refere à esfera virtual Castells (2004, p. 167) enfatiza que “os movimentos do século XXI, ações coletivas direcionadas para a transformação dos valores e das instituições sociais, manifestam-se na e através da Internet. ”

Carpentier aponta o poder como elemento intrínseco à participação, porquanto ele carrega em seu bojo a prerrogativa de decidir. Nesse sentido ele afirma que

o principal elemento definidor da participação é o poder. Os debates sobre a participação na política institucionalizada e em todos os outros campos da sociedade, incluindo a participação da mídia, têm muito em comum, pois todos se concentram na distribuição do poder na sociedade, tanto no nível macro quanto no micro. O equilíbrio entre a inclusão das pessoas nos processos implícitos e explícitos de tomada de decisão nesses campos e sua exclusão por meio da delegação de poder (novamente, implícita ou explícita) é central para as discussões sobre a participação em todos os campos. (2012, p.170)

Arnstein (1969, p. 216) define participação do cidadão como um termo categórico para o poder do cidadão. E preconiza a participação como

a redistribuição do poder que permite aos cidadãos excluídos dos processos políticos e económicos deliberarem relativamente ao futuro (...) em suma,

representa os meios pelos quais eles [cidadãos] podem introduzir significativas reformas sociais que permitam a partilha de benefícios futuros na sociedade.

Para a autora essa participação só pode ser considerada como prática se inclui a redistribuição de poder que permite aos cidadãos atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos a prerrogativa de serem deliberadamente incluídos no futuro. É a estratégia pela qual os que não têm voz se juntam para determinar como as informações são compartilhadas, as metas e as políticas definidas, os recursos fiscais alocados, os programas operados e os benefícios, como contratos e patrocínios, parcelados. Em suma, são os meios pelos quais eles podem induzir reformas sociais significativas que lhes permitem compartilhar os benefícios da sociedade abastada.

Ao transpor tal argumentação para a era digital, aliada aos movimentos direcionados à expansão do respeito à diversidade, aos direitos humanos e às práticas democráticas na busca pela democracia participativa, ao menos na civilização ocidental, podemos considerar que houve avanços no enfrentamento desses desafios, e que novas possibilidades para um caminho mais acessível à participação *latu sensu* se descortinam. No entanto são inúmeros os pesquisadores que sustentam a tese de que a divisão das classes entre dominadores e dominados persiste no meio digital. E que o caminho para uma esfera pública mais democrática é longo e extenuante. Como ressaltam Givskov & Trenz (2014, p. 48) é preciso debruçar-se sobre o questionamento de estarmos realmente vendo surgir uma nova cultura participativa, ou constatar a realidade de que as pessoas somente estão sendo estimuladas a interagir dentro de um contexto hegemônico de cultura capitalista que ora estimula a expressão das diferenças e das origens culturais.

Nesse sentido parece concordar Weber em sua pesquisa sobre os fatores que influenciam a participação e a interatividade nos comentários dos leitores de notícias on-line. O autor chegou à conclusão de que o poder afasta os comentaristas, diminui a interatividade e, consequentemente, reduz as possibilidades de participação na esfera pública. Diz ele que, quanto mais alto é o poder, ou seja, no caso de matérias sobre autoridades de alto escalão, os comentários dos leitores tendem a ser mais escassos, em contraste com os comentários relativos às notícias sobre autoridades ou instituições municipais ou regionais. Essas constatações levaram Weber a crer que, quando a esfera de influência é mais restrita, os comentários parecem ser mais interativos (2014, p. 950).

Do mesmo modo o fator proximidade é indicativo de maior interatividade nos comentários on-line pesquisados por Weber. Quanto mais um evento de notícias se concentra

na própria nação, mais leitores o comentam e mais frequentemente os comentaristas individuais postam um comentário na mesma história. Os dados são indicativos de maior identificação de uma comunidade com o que está mais próximo, o que tende a evidenciar um nível maior de participação em esferas públicas contíguas aos interesses do exercício da cidadania e participação democrática (Ibid., p. 950).

Dessa forma continuam as pesquisas sobre a mediação on-line e seus atributos quanto às possibilidades de motivação e engajamento político, bem como as facilidades que a web 2.0 e 3.0 trariam para o fazer político, a participação e a interferência dos cidadãos enquanto agentes ativos nas decisões que refletem uma democracia participativa. Nesse sentido Givskov & Trenz (2014, p.46) consideram que

o surgimento da mídia em redes sociais indicaria, portanto, o desenvolvimento de uma esfera pública transnacional mais participativa e inclusiva. Movimentos políticos diretos como "Ocupar Wall Street", "Primavera Árabe", "Indignados", "Movimento de Alter-globalização" e "Indymedia" (com o slogan "Seja a Mídia") testemunham uma percepção comum generalizada de ligação entre mídias sociais e engajamento cívico e político.

Arnstein lista as condições essenciais para que o processo de participação seja efetivamente praticado em sua totalidade. Para a autora, convidar as opiniões dos cidadãos, além de informá-los, pode ser um passo legítimo para sua participação total. Mas se consultá-los não é combinado com outros modos de participação, esse degrau ainda é uma farsa, pois não oferece garantia de que as preocupações e ideias dos cidadãos serão levadas em consideração. Quando os detentores do poder restringem a entrada das ideias dos cidadãos apenas a esse nível, a participação permanece apenas um ritual de vitrine. Quando a participação é medida por uma audiência passiva e que somente responde a questionários o que cidadãos alcançam é apenas uma condição de partícipes da participação, e não uma participação efetiva, e o que os detentores de poder alcançam é a evidência de que eles atingiram o objetivo de apenas envolver pessoas (op.cit., p.219).

A visão de Arnstein, portanto, mesmo ainda em meados do século XX, se coaduna com o pensamento de Carpentier no que se refere ao conceito de participação como ação de poder por meio de tomada de decisão. Segundo ela os degraus mais altos da escala de participação com poder de tomada de decisão incluem a parceria, que lhes permite negociar e assumir compromissos, o poder delegado e o controle do cidadão, no qual este passa a ter a maioria dos assentos para tomada de decisão, ou o poder gerencial total. Evidentemente a realidade que vivemos no século XXI ainda é muito diferente desse ideal, mas podemos aferir algum avanço

nas práticas democráticas representativas e nos processos de participação enquanto espaço de fala, cidadania e poder para tomadas de decisão (Ibid., p. 221).

As condições culturais que facilitam a participação podem ser promovidas ou impedidas, dependendo das circunstâncias e das forças em jogo. Dahlgren (2015, p. 26) conceitua tais condições como culturas cívicas, das quais fazem parte o conhecimento relevante, os valores democráticos, os graus de confiança, os espaços comunicativos (inclusive em formato digital) e as práticas com algum grau de eficácia. Para o autor o impedimento do acesso aos recursos das culturas cívicas implica o desvio do envolvimento do cidadão com a política, a despolitização da sociedade e a erosão da participação. A noção de “cultura cívica” disponibiliza, então, elementos para um melhor entendimento da discussão on-line como um elemento da esfera pública (Dahlgren, 2009, p. 149).

Papacharissi (2002, p. 13) alerta que a discussão política, embora possa acontecer plenamente no espaço digital, não garante um contexto mais democrático ou que realmente tenha impacto no processo político. Pode ser debatido, mas nem por isso resultar em decisões práticas. Para a autora a Internet “ainda é atormentada por inadequações do sistema político. (...) ela fornece um espaço público, mas não constitui uma esfera pública. ” Nesse sentido concordam Gviskov & Trenz (2014, p. 50) ao discorrerem sobre o conceito de esfera pública como uma rede que depende não somente da liberdade de expressão de opiniões diversas e de todas as origens, como também da aplicabilidade dessas opiniões em um contexto de cultura cívica. A esfera pública, desse modo, se constitui no mediador das culturas cívicas on-line em evolução, amplificando o discurso político praticado em seu contexto (Ibid., p. 50).

Ribeiro (2013, p. 126) classifica os modos de participação no âmbito digital em níveis distintos de representação. Assim ele denomina de “participação com/através dos médias” aos modos de participação em que o público é motivado a intervir através do acompanhamento dos fatos veiculados nas notícias, e estimulado ao envolvimento com a informação. De outro lado a “participação nos médias” vai mais além, quando o agente disponibiliza meios para que os leitores emitam suas opiniões e tomem parte no debate público, capacitando-os a influenciar e transgredir o curso passivo de um fato noticioso dentro do contexto de um espaço de fala.

De acordo com Dahlgren (2015, p. 27), a participação pode ser mais inclusiva ou mais exclusiva por meio de medidas da elite do poder que impactam as culturas cívicas - e essas medidas podem, por sua vez, ser contestadas por práticas cívicas. Sobre os níveis de participação on-line defende ainda o autor a pertinência dos aspectos sociais que determinam o

caráter mais ou menos relevante da participação do ponto de vista político. Uma postura de mero consumo de likes e visualizações, aliada à zona de conforto em que o sujeito pode se acomodar como internauta, indica as posturas de engajamento cívico e motivação para um envolvimento maior em questões políticas. Nesse sentido diz o autor que “a participação expressiva e comunicativa é fácil, sem dúvida, às vezes até "divertida", enquanto a participação instrumental, política eficaz, exige muito mais "trabalho" (Ibid., p.34).

Diferentemente dos conceitos de acesso e interatividade, a participação, portanto, carrega em sua essência mais do que uma atitude passiva de observação e reflexão, antes inclui um sentido de poder político para decidir e colocar em prática medidas que se expressem como benéficas para a vida em sociedade. Mais adiante veremos essas diferenças conceituais importantes dentro do escopo do nosso estudo.

A ultrapassar o campo político, é Carpentier quem chama a atenção para a necessidade de se entender o conceito de poder para além da ideia simplista de domínio de um grupo sobre toda uma sociedade, mas lembra a concepção sobre poder de Foucault, para quem ele é uma característica sempre presente das relações sociais (Ibid, p.170).

A abordagem sobre democracia digital de Dahlberg (2011, p. 857) se conecta com o pensamento de Foucault e a teoria de Carpentier sobre participação enquanto poder de decisão. O autor entende que a prática da democracia digital se refere a uma compreensão liberal-individualista da democracia, onde a posição liberal-individualista tem seus pilares nas oportunidades oferecidas aos indivíduos para que seus interesses particulares sejam realizados através de sistemas políticos liberais. Nesse contexto a democracia digital liberal-individualista entende a mídia digital como um meio para a transmissão eficaz de informações e pontos de vista entre indivíduos e processos representativos de tomada de decisão (Ibid., p. 858).

Pode-se inferir do raciocínio de Dahlberg que a posição liberal-individualista da democracia, em um contexto digital, encontra seus fluxos de participação em canais governamentais e sites que convidam para a inclusão no debate político, econômico e social abrangente, como as petições, as pesquisas de opinião, os sites e blogs individuais e os sites de mídia. Ainda que o poder de tomada de decisão não atinja níveis de poder político institucionalizado, mostra a capacidade das audiências para influenciar decisões da esfera governamental e pressionar as autoridades no sentido de elaborarem leis que encontrem eco na sociedade como um todo.

É de se refletir, portanto, sobre as formas pelas quais as mídias digitais promovem a inclusão do cidadão em um contexto de democracia participativa e apesar dos limites impostos pela governança unilateral e horizontal. Para isso, coloca Gviskov & Trenz (2014, p. 46), é preciso analisar o modo como as mídias digitais se incorporam, institucionalmente, em uma ampla estrutura de esfera pública.

Um exemplo dado por Dahlberg (op.cit., p. 858) é o caso da Anistia Internacional, onde a Internet e outras mídias digitais (telefones celulares e câmeras de vídeo) são utilizadas como ferramentas através das quais se pode agir transmitindo informações sobre violações de direitos humanos e fornecendo meios para realizar ações individuais como envio de e-mail a funcionários do governo, assinatura de petições por e-mail, realização de doações eletrônicas e participação em pesquisas on-line.

Gonçalves (2013, p.151) aponta para os acontecimentos que despertam solidariedade e revolta em determinada camada da audiência, que ao mesmo tempo percebe o desnível de poder e reage através de sua participação. Segundo o autor, não existe garantia de que o esforço coletivo atinja o destinatário no sentido de algum movimento de ação ou mudança mas, se o movimento de participação alcança dimensões relevantes os receptores, certamente, serão obrigados a levar a causa em consideração, o que caracteriza o poder da participação nos movimentos sociais e políticos de comunidades atentas e conectadas ao universo da comunicação virtual (Ibid., p. 144).

Para Ribeiro (2013, p. 126) importa também pensar o internauta como detentor de poder na medida em que ele cria seus sites, blogs e canais digitais de informação. Os chamados “*digital influencer*” são um exemplo do quanto cada cidadão hoje é, pelo menos potencialmente, um instrumento individual de conteúdo e opinião que pode mobilizar desde uma comunidade pequena até grandes massas, como o que se viu no movimento “Primavera Árabe”. Tal aspecto encontra identificação com a teoria liberal-individualista de Dahlberg.

Nesse sentido é também mister destacar o pensamento de Bruns (2008), que cunha o termo “*produsage*” para designar o papel inerente aos potenciais participantes dos meios digitais como também difusores de conteúdo, mais do que passivos receptores de informação. A *produsage* é um movimento contínuo pautado pelas possibilidades de uma estrutura não centrada na meritocracia, porque é um modelo que aumenta o poder de contribuição de todos em rede e fomenta a cultura participativa (Mallmann, 2018, p.3). Aqui o poder político como que troca de mãos, na medida em que o leitor adentra o espaço midiático e assume o papel de

produtor também de informação. Nesse contexto papéis deixam de ser tão estanques e distintos, e um sentido híbrido de comunicação e tomadas de decisão em rede assume lugar de importância chave, inaugurando um ângulo sob o qual a democracia participativa assenta novas bases, e demandando investigação aprofundada.

Assim destacam Primo e Träsel (2006, p. 8) ao citar o relato de Williams (2005) sobre o projeto de um blog nascido em um vilarejo do interior dos EUA a partir da participação comunitária, a fim de representar os interesses da população local. Ali, na cidade de Watertown, subúrbio de Boston, uma dona de casa insatisfeita com o jornal semanal local e com a cobertura superficial do Boston Globe sobre a sua cidade, decidiu fundar o blog H2Otown, reunindo dados divulgados pela rede de TV a cabo local, informativos das organizações e associações civis da região, blogs e outros jornais da redondeza. Em pouco tempo o blog conseguiu um número significativo de colaboradores, passou a publicar entrevistas com autoridades locais e assumiu o lugar da grande mídia, que entende como antieconômica a divulgação de temas afetos somente a comunidades menores. O que se verifica a partir desse exemplo é o poder político e a prática de importantes movimentos representativos da democracia sendo sustentados pelo artefato digital justamente em um longínquo município, onde o interesse da grande mídia só seria maior diante de um fato noticioso de grande monta.

Dahlgren (2015, p. 23) lembra o aspecto mercadológico como instrumento de poder que permeia o universo digital e dita normas representativas enquanto estrutura a vida em sociedade para além das fronteiras virtuais. O autor ressalta que a economia política sinaliza as primeiras coisas importantes a saber sobre a web: não é um espaço comunicativo neutro, mas sim completamente estruturado pelas relações de poder (Ibid., p. 23). Alguns grandes atores corporativos, como Google, Microsoft, Facebook e YouTube dominam o ambiente da Web; todos são empresas comerciais. Apenas wikis são atores não comerciais significativos nesse sentido (Ibid., p. 23). Quanto mais as pessoas passam o tempo on-line, mais o poder econômico das mídias sociais é aprimorado (Ibid., p. 24).

Dahlgren preconiza ainda que é essencial estar consciente dessas contingências estruturais. Porém isso não implica a web como plataforma de comunicação inútil para o exercício da cidadania e da prática de democracias participativas. Na verdade, a web pode e, efetivamente, está sendo continuamente apropriada para tal, ainda que a dinâmica do embate político inclua agentes extremamente interessados em atividades antidemocráticas. Para ele a web por si só não salvará a democracia, mas é absolutamente essencial para a participação política no mundo moderno. A história nos mostra que as fronteiras entre as esferas pública e

privada estão sempre sendo, em certa medida, reconfiguradas; hoje isso é muito aparente com a web e as mídias sociais. O ambiente on-line para participação é um cenário híbrido que realinha essas fronteiras. Nesse sentido, diz o autor, há um longo caminho a percorrer (Ibid., p. 34).

3.2 Participação e interatividade

Para abordar interatividade é preciso inicialmente conceituar a semântica que nos leva, muitas vezes, a imprimir a essa dinâmica um significado similar ao de participação. A etimologia da palavra interatividade é da qualidade de ser inter + atividade. O dicionário informal da web define interatividade como “a ação de influência mútua entre pessoas e/ou grupo de pessoas - onde cada um pode tornar-se estímulo um do outro - a partir da relação de cooperação e colaboração. ” No Dicionário Houaiss a conceituação de interatividade está relacionada ao “ato ou a faculdade de diálogo intercambiável entre o usuário de um sistema e a máquina, mediante um terminal equipado de tela de visualização” (2009, p. 1095).

O substantivo interatividade está frequentemente ligado a uma condição de meio digital, ou dos canais digitais de comunicação. É um conceito contemporâneo utilizado para medir a capacidade dos usuários de se comunicarem entre si e com o difusor de notícias, e contribuir, dessa forma, para influenciar a mídia no sentido de adequar seus modos de organização e veiculação de fatos noticiosos. No sentido sociológico do termo, entende-se interatividade como a mediação entre dois ou mais indivíduos em direção à adaptação de comportamentos e atitudes uns para com os outros.

Vitadini (1995, p. 154) conceitua de forma extremamente adequada a dinâmica em pauta quando diz que “a interatividade seria um tipo de comunicação possível graças ao potencial específico de configurações tecnológicas particulares cujo objetivo é imitar ou simular uma interação entre pessoas. ”

Não se caracteriza a interatividade exatamente como um produto do meio, mas como uma construção que se relaciona com o processo de comunicação (Rafaelli & Sudweeks, 1997). Em verdade ela se constitui no desdobramento de uma sequência de mensagens que se relacionam entre si, das anteriores para as posteriores, como um fio tecido a partir de múltiplas linhas.

Importa distinguir aqui as diferenças, sutis que sejam, entre interação e interatividade. Ao processo de interação se supõe uma relação interpessoal, enquanto que a interatividade se

associa a algum tipo de interação que é mediado pela tecnologia, em que a comunicação assume um caráter de troca, de reciprocidade no exercício da comunicação (Danelli, 2015, p. 18).

Por interação podemos supor uma ação que provoca reação, ou que surte efeitos em um ou mais agentes envolvidos. Nas ciências físico-químicas utiliza-se o termo interação para exemplificar fenômenos físicos e inter-relacionais entre elementos. Na ciência computacional a interação é frequentemente ligada à ação de reações a estímulos dos receptores em resposta aos emissores. Ao adentrarmos as ciências da informática o conceito de interação ganha vida própria, expressando a relação do homem com a máquina e a relação entre os homens através da máquina. (Feitosa, Alves & Nunes Filho, 2008, p. 137)

Silva (2008, p. 15) lembra a sinergia entre a atividade interativa e os diversos campos de estudos e pesquisas desenvolvidos pelo homem, tais como a interação entre agentes químicos, interação entre organismos vivos, interação entre grupos sociais, interação entre sistemas binários, por exemplo. Enquanto comunicação, e no universo da comunicação social evocativa da participação e na própria “inter+ação”, presume a interatividade como identificação de qualquer forma de intercâmbio de informação entre pessoas, objetos ou máquinas.

No campo da informática pesquisadores, ao buscarem uma nova significação para a comunicação mediada entre o homem e a máquina, e na busca por aperfeiçoar o entendimento dos níveis de participação, adotaram o neologismo “interatividade” a partir do Inglês “interactivity”, em meados da década de 1960 (Feitosa, Alves & Nunes Filho, 2008, p. 138). Hoje, porém, autores concordam em que a interatividade vai muito mais além do simples cenário tecnológico como pano de fundo para a troca de mensagens, disponível para um nível transcendente aos limites impostos pelos computadores, para a liberdade de navegação em caminhos pluridimensionais. (Ibid., p. 139)

Grande parte dos estudiosos relaciona, assim, a interatividade com a contemporaneidade da comunicação mediada pela máquina, onde as possibilidades de interação são várias e concomitantes, enquanto que a interação presume uma ideia de separação entre emissor e receptor. Nesse sentido, a interação seria uma dinâmica entre as diversas percebidas nos processos de interatividade. Assim diz Weber (2019) que

Os fundamentos da interatividade são representados pela participação, a partir da qual é possível transformar um determinado conteúdo; pela bidirecionalidade, que permite a co-criação, não havendo distinção entre pólo emissor e receptor e potencialidade-

permutabilidade, pois a comunicação permite a articulação de diversas redes, diversas conexões, permitindo uma navegação livre, autônoma, sem direção pré-definida.

Silva (1995) vai mais além, propondo a interatividade não apenas como uma ordem na relação entre o homem e a máquina, mas como um “processo complexo de trocas simbólicas em que os atuantes estão dispostos a participar e intervir em contextos midiáticos de uma forma mais profunda.” (Feitosa, Alves & Nunes Filho, 2008, p. 140)

No contexto da cibercultura, Levy (2007, p. 220) descreve o seu desenvolvimento destacando a função social inerente ao ciberespaço disponibilizado a partir do século XX a toda uma humanidade. Nesse viés identifica-se a interatividade desenvolvida no espaço ancorado na virtualidade:

Em contraste com a ideia pós-moderna do declínio das ideias da luz, pretendo que a cibercultura possa ser considerada uma herdeira legítima (embora distante) do projeto progressivo dos filósofos do século XVIII. Com efeito, valoriza a participação em comunidades de debate e argumentação. Em linha direta com a moral da igualdade, promove um caminho de reciprocidade essencial nas relações humanas. Foi desenvolvido a partir de uma prática assídua de troca de informações e conhecimentos, que os filósofos das luzes consideravam o principal motor do progresso.

É nesse universo da cibercultura que o termo “interatividade” é cunhado, e é a partir da Web 2.0 que a Internet permite outras práticas além do simples acesso, fornecendo técnica e espaço para o compartilhamento e a organização de informações, além da amplificação das possibilidades de interação entre os participantes dessa dinâmica (Primo, 2007, p.1).

De acordo com Rafaeli e Sudweeks (1997), a interatividade é um construto teórico que lida com as origens da captação, fascínio e sedução que podem ser inerentes a grupos mediados por computador. Deste modo, a comunicação está relacionada de forma estreita com a interação. Para os autores “o conceito de interatividade direciona nosso foco para a interseção do psicológico e do sociológico, a ponte entre a comunicação de massa e a interpessoal, o encontro da comunicação mediada e direta e o paradoxo da escrita versus a fala.”

Como explica Silva (2008, p. 17):

Tal como a comunicação face-a-face, a comunicação mediada por computadores tem a capacidade de permitir alto nível de interatividade. Assim, interatividade deve ser compreendida enquanto “grau de comunicação”, caracterizada por um esquema dialógico e remissivo (input-output-input) de mensagens, informações ou ações entre agentes, normalmente voltada para algum fim.

São elementos que caminham juntos com a interatividade as atitudes de aceitação, satisfação, respeito, cognição, motivação, aprendizado e diálogo, entre outros. Nesse sentido,

dizem Rafaeli e Sudweeks (1997), a interatividade opera em um modo de suplementação. Este é um aspecto importante quando se analisa a questão da interatividade na mídia, porquanto ela abre flancos para uma sociabilidade virtual e a substituição da interação pessoal pela ilusão dos relacionamentos ideais. Por outro lado, explicam ainda os autores que a satisfação da necessidade humana de interação pode estimular a interatividade e, nesse sentido, contribuir para um ambiente de cooperação e solidariedade. As características são diversas, as possibilidades de maior entendimento ou desentendimento permeiam, no caso da interatividade virtual, o campo das ideias e demandam reflexão constante. No capítulo sobre moderação e democracia deliberativa nos debruçamos mais amiúde sobre tais variáveis tão importantes para a presente pesquisa.

Deuze (2003, p. 213) diz ser interatividade um conceito que não é, per si, exclusivamente parte do discurso na internet, mas também atravessa o discurso acadêmico, onde os autores procuraram defini-la em termos de comunicação participativa e controle sobre o conteúdo entre usuários ou como um indicador de feedback aos meios de comunicação. Na literatura on-line o jornalismo de fato se refere à interatividade como característica da internet que facilita a associação, permitindo que as pessoas atuem não apenas como um público passivo, apenas recebendo informações, mas também as difundindo.

Desse modo Deuze (Ibid., p. 213) inclui a interatividade como um conceito definido com muitas implicações para a comunicação mediada de todos tipos, e para o jornalismo em particular. Schultz (1999) define a interatividade como um elemento formal presente em diálogos mediados ou não mediados, independentemente de ser restrito a duas pessoas ou à comunicação presencial. Para o autor a interatividade pode ser considerada como possibilidade variável de resposta tanto em diálogos interpessoais como em um contexto de vários atores participantes.

Gviskov & Trenz descrevem a interação virtual como emergindo da teia do cotidiano e possuindo seus espaços, práticas discursivas e aspectos culturais (2014, p. 49). A interatividade promove, ainda, o uso de "plebiscitos eletrônicos", permitindo pesquisas instantâneas, referendos instantâneos e votação em casa (Papacharissi, 2002, p. 14).

Nesse contexto podemos incluir também os comentários dos leitores na web como exercício de interatividade que, ainda sob demanda por pesquisas mais aprofundadas, influencia os canais digitais no sentido do que é mais lido, mais comentado, e o que atrai menos o consumidor de notícia. Ou seja, através da interatividade o jornalismo on-line reúne elementos

propícios às métricas produzidas na direção de mais visualizações, interesse, comentários, motivação, engajamento, interatividade e, conseqüentemente, prosperidade financeira para as empresas.

Jornalistas alvos de pesquisa desenvolvida por Schmitz Weiss & De Macedo Higgins Joyce (2009, p. 593) concordam que a interatividade pode ser incluída não somente como uma das principais características do jornalismo on-line, mas também se constitui na direção que o próprio jornalismo on-line deve seguir em direção ao futuro.

Aqui importa abordar as distinções entre os termos “acesso”, “interatividade” e “participação” na concepção de Carpentier (2012, p. 173-174). Para o pesquisador há que se compreender as diferenças entre essas denominações no sentido de realizar as formas como a comunicação se dá no ambiente on-line e de que modos essa mesma comunicação se reporta às práticas das democracias deliberativas por meio dos canais digitais.

Assim, para Carpentier, o acesso é da ordem da presença, relacionada às áreas de tecnologia, conteúdo, pessoas e organizações. Através do acesso às tecnologias é permitido às pessoas acessarem conteúdo de mídia ou darem seu feedback a uma notícia. Ou seja, o acesso sempre implica a presença de algum ator, seja no contexto da tecnologia que dá presença à forma (da notícia), seja no de conteúdo (também da notícia).

O segundo conceito, de interação, está inserido em um contexto sociológico, fundamentando-se em relações sociocomunicativas. É nesse âmbito que explica Carpentier a diferença entre interação e participação:

Embora a interação seja frequentemente equiparada à participação, quero aqui distinguir entre esses dois conceitos, pois essa distinção permite um aumento do foco no poder e na tomada de decisão (formal ou informal), na definição de participação e - como mencionado anteriormente - na proteção das abordagens mais maximalistas da participação. Se a interação é vista como o estabelecimento de relações sociocomunicativas na esfera da mídia, há novamente uma variedade de maneiras pelas quais essas relações podem ser estabelecidas. (Ibid., p. 174)

Quanto ao conceito de participação, sustenta o autor que a diferença está no papel principal que é atribuído ao poder e às relações entre poderes nos processos de tomada de decisão. A participação, portanto, não é uma noção fixa, antes se insere em realidades políticas, sendo objeto de lutas ideológicas intensas e, muitas vezes, igualmente longas (Ibid., p. 174).

Dahlgren (2015, p.25) concorda integralmente com a visão de Carpentier sobre os três conceitos, exemplificando o tema político como parte da política eleitoral e que envolve

processos de tomada de decisão e/ou eleições, enquanto chama a atenção para a imperatividade de um olhar mais amplo do homem político para o terreno da ação e da participação política. Em seu entendimento a atitude de participar difere frontalmente do acesso simples ou mera interação, ressaltando que esses são necessários mas não suficientes, por não envolver a tomada efetiva de decisões que venham a modificar o cenário político e social de uma comunidade, sociedade ou país (Ibid., p. 25).

3.2.1 Engajamento e interatividade

Para melhor compreensão do fenômeno da interatividade, especialmente na web, é mister expor as conceituações de alguns autores, bem como mencionar os requisitos para que ela aconteça de forma ampla e genuína, caracterizando a essência dessa atividade em todas as plataformas de difusão de notícia e identificando os interesses e demandas de um público ora inserido no contexto do exercício de sua cidadania em democracias chamadas de deliberativas.

Ksiamek & Peer (2014, p.3) conceituam o engajamento como um fenômeno amplo que enuncia os tipos de envolvimento do usuário com a mídia. Uma linha comum na pesquisa sobre engajamento, dizem os autores,

é o envolvimento, real ou percebido, do usuário na produção, consumo ou disseminação de informações. Esse envolvimento é frequentemente expresso como interatividade, que é entendida como um componente fundamental do fenômeno mais amplo de envolvimento. Pesquisas sobre interatividade frequentemente destacam o fluxo multidirecional de informações (Ibid., p.3).

Dahlgren (2015, p. 24) considera o engajamento como, em um certo sentido, pré-requisito para a participação, pois o ato de participar pressupõe algum grau de envolvimento. Para ele o engajamento depende de que estados subjetivos se conectem a situações práticas e factíveis, nas quais os cidadãos reconhecem a possibilidade de empoderamento.

Mersey et al. (2010, p. 41) definem o engajamento como o conjunto de experiências que os leitores têm com uma publicação, sendo essas experiências os pensamentos e crenças que eles entendem adquirir sobre como isso se encaixa em suas vidas. Os autores lançam a hipótese de que o engajamento, ou envolvimento, como também o chamam, está relacionado positivamente ao ato de ler, a partir da estrutura de usos e gratificações (U&G) adotada por grande parte da comunidade acadêmica que estuda as estruturas de comunicação de massa. A teoria sugere que as pessoas definem suas necessidades e buscam na mídia caminhos para a satisfação dessas demandas (Ibid., p. 42). Nesse contexto Mersey et al. (Ibid, p. 42) consideram

como objetivos dos leitores os elementos citados na tipologia da U&G elaborada por Denis McQuail em 1983:

- Informação – descobertas, ganho de conhecimento, sensação de segurança que o conhecimento traz, opções de opinião, aprendizagem, satisfação da curiosidade e interesse geral;
- Identidade pessoal – Reforço da autoestima, identificação com pessoas, formação de modos de comportamento e atitude;
- Integração social - empatia social, sentimento de pertencimento, substituição da amizade real para a amizade virtual, desempenho de papéis sociais e conexão maior com a família e os amigos; e
- Entretenimento – escape ou alienação dos problemas pessoais, relaxamento, liberdade emocional e excitação.

Não obstante o fato de o pensamento de McQuail ter sido elaborado em um tempo anterior à existência da Internet, dizem Mersey et al. (2010, p. 43), e do consenso geral de que os U&G on-line diferem dos produtos impressos, tais diferenças podem encontrar equivalência no âmbito do conceito de interatividade.

Dahlgren (2015, p. 22) esclarece ainda o elemento “engajamento” em sua relação com a participação, entendendo-o como “um pré-requisito disposicional para iniciar a participação em movimento e tem a ver com emoção, mas a emoção desempenha um papel ainda maior na participação em geral. ” O autor discorda de que os fundamentos exclusivos da democracia devam ser a razão e a racionalidade, argumentando que a emocionalidade não pode ser vista como uma ameaça, mas como requisito essencial à livre participação, não podendo a sua prática prescindir dela. Dahlgren ainda relaciona a emocionalidade com o afeto, definindo-os como aspectos dinâmicos e coletivos da emoção.

O afeto é também abordado por Papacharissi (2014, p.3), quando ela diz que

Existe uma conexão interessante entre afeto e ideologia, sentimento e crença, emoção e razão. Esses três grupos refletem camadas imbricadas, mas distintas, de envolvimento dos assuntos públicos. Da mesma forma, as emoções podem ser consideradas fugazes, mas a crença é mais fixa, enquanto ideologias expressam convicção versus poder dominante, embora ocasionalmente efêmero.

A autora sustenta que o folclore cultural nos leva a ver esses grupos como extremos opostos. E que, de fato, eles são pares de tendências que ocorrem simultaneamente, mas afeto, sentimento e emoção também impulsionam movimentos que expressam racionalidade focada

em expressões de crenças ideológicas (Ibid., p.3). Ou, como diz Dahlgren (2015, p. 30), “mais metaforicamente, o afeto dá relevância às culturas cívicas, anima o engajamento e motiva a participação. ”

Nesse caminho tem-se o engajamento e o movimento interativo como expressão da motivação que atinge o leitor na medida de seu interesse. Sobre essa questão apontam Ksiamek & Peer (2014, p. 3), de acordo com pesquisas, três motivações principais que desaguam na interatividade: busca de informações, socialização e interação social.

Dahlgren (op.cit., p. 31) considera as relações com que as narrativas sociais envolvem os indivíduos em processos de subjetivação, principalmente no tocante a questões políticas. Para o autor é nesse relacionamento, a partir do qual o sujeito cria em si identidades políticas disponibilizadas pelas narrativas contextualizadas, e pacificadas pela dinâmica emocional coletiva, que se entende presente o afeto.

No que diz respeito ao universo virtual, sustentam Schmitz Weiss & De Macedo Higgins Joyce (2009, p. 593) que o universo on-line facilita a interatividade na medida em que permite uma resposta imediata do público a uma determinada notícia veiculada, assim como pelas possibilidades que as audiências detêm via Web 2.0, diferentemente de outras plataformas, de coletar dados, adicionar ou alimentar os meios de comunicação de informações que fomentem a matéria, e ainda de forma mais rápida e direta.

No que concerne às possibilidades do exercício de interatividade em relação a fatos noticiosos veiculados pelo jornalismo on-line, tem-se em conta os comentários como forma de envolvimento, motivação, engajamento e, desse modo, como um caminho para a emissão de opiniões e participação na vida em sociedade de uma forma mais ativa. Nesse sentido, Ksiamek & Peer (2014, p. 3) argumentam que comentar notícias é uma maneira de os usuários se envolverem com conteúdo e pode ser vista como representativa do envolvimento interativo de alto nível entre o usuário e o conteúdo e entre os próprios usuários, respectivamente.

De acordo com Dahlgren (2015, p.27) o caráter do envolvimento é decisivo para o exercício da participação efetiva. Na visão do autor, embora esse envolvimento sempre tenha a ver com as relações de poder, é significativo e importante analisar o envolvimento das sociedades democráticas ocidentais em discussões na esfera pública, votação nas eleições ou manifestações de rua em confronto.

O exercício de comentar caracteriza um cidadão que é motivado e engajado a ponto de interferir, de se expor, ainda que parcialmente, de expor seus pontos de vista e seus propósitos, de desafiar, concordar, discordar, acrescentar. Ou seja, a prática da interatividade encerra a reflexão, o debate público e, conseqüentemente, o exercício da cidadania dentro das dinâmicas representativas da democracia. De mero usuário ele passa a cidadão engajado, interessado e motivado para acrescentar suas teses àquela notícia. Como sustentam Ksiamek & Peer (op.cit, p. 4), “embora uma coisa seja simplesmente ler ou assistir a uma notícia, tomar a decisão de contribuir publicamente com sua reação ou opinião em resposta à história indica que um indivíduo está mais investido, consciente e atento - em outras palavras, mais envolvido - com o conteúdo. ”

De todo modo as pesquisas mostram um amplo conjunto de possibilidades de engajamento no meio digital, como nunca houve em outros modais da comunicação em massa. Conforme Papacharissi (2014, p. 19) “os públicos em rede incluem formações cívicas que se desenvolvem além do modelo da esfera pública, e nos permitem considerar as possibilidades de engajamento que as tecnologias convergentes introduzem. ” A autora acredita que as possibilidades de conexão na rede virtual não apenas ativam o vínculo entre públicos, mas possibilitam o compartilhamento de expressões e informações que liberam a imaginação individual e coletiva.

Fato é que motivação, engajamento e interatividade caminham juntos no espaço virtual de forma mais acentuada a partir das possibilidades que a comunicação on-line oferece. Em 2010 a repórter Lois Beckett publicou no site Nieman JournalismLab, destinado a jornalistas e público produtor de notícias, um artigo indicando como se calculam os níveis de engajamento dos internautas leitores de sites de notícias. Ela descreve o trabalho do site “philly.com”, que analisa sete formas diferentes pelas quais os usuários podem mostrar “engajamento” com o periódico on-line, baseado em um composto de métricas de exposição e outros comportamentos interativos. Mas as opiniões sobre esse método são controversas. Outros analistas preferem somente contar o número de acessos através de marcadores ou pesquisando termos afins com as matérias.

Para Ksiamek & Peer (2014, p. 5) a Internet ampliou drasticamente a gama de comportamentos em relação ao conteúdo, como por envio de e-mails, compartilhamentos, curtidas, favoritas, etc. Segundo os autores “de fato, estamos vendo cada vez mais a integração das métricas de exposição tradicionais e novos indicadores de engajamento para fornecer uma imagem mais completa do comportamento do usuário. ”

De acordo com os autores, as métricas de recomendação indicadas no site ao qual faz referência Beckett na verdade se constituem em uma interatividade primária, não necessariamente detectando envolvimento mais profundo e consequente engajamento. Em verdade, os níveis de interatividade e engajamento são medidos de forma muito básica, capturando apenas cliques, e é preciso ter em mente que visualizações não implicam motivação, nem muito menos engajamento. Com efeito, para caracterizar motivação e engajamento é necessário comentar, interagir, difundir conteúdo.

Desde as primeiras análises sobre o potencial de engajamento e democratização da coisa pública que a web encerra opiniões divergentes se enfrentam. Singer, em 2006, já demonstrava inquietação quanto às hipóteses de considerar o espaço virtual como uma nova esfera pública, conforme seu pensamento:

A noção de público ativo é crítica ao considerar o efeito potencial da Internet sobre sociedade democrática. A ideia de uma esfera pública habilitada eletronicamente, uma zona na qual a opinião pública pode emergir de um discurso racional e irrestrito, continua a atormentar os estudiosos. Apesar das grandes esperanças do potencial de uma “república eletrônica” para capacitar os cidadãos, o uso da web levou muitos a concluir que uma “esfera virtual” é apenas um sonho. Esses observadores enfatizam que, embora o meio ofereça um local útil para discussão política e possa incentivar um maior pluralismo, a tecnologia sozinha não pode promover a democracia, gerando interesse político ou engajamento. A Internet pode afetar a expressão da comunicação política, mas não pode e não mudará suas estruturas internas. (2006, p.3)

Em contrapartida Ksiamek & Peer (2014, p.5) acreditam que a série de recursos interativos disponíveis nos sites de notícias, a exemplo do feedback direto, das seções de comentários e das interações com outros utilizadores, permitem que os utilizadores assumam um papel muito mais ativo (e interativo) em suas experiências e, portanto, sugerem claramente um envolvimento mais profundo com o conteúdo. Como as visualizações de página, esses recursos estão disponíveis ao público e podem ser rastreados, possibilitando medir com mais precisão os tipos de comportamentos sociais que interagem no universo digital.

No entendimento de Dahlgren (2015, p. 32) a participação política na web 2.0 é uma realidade discursivamente emergente, onde o acesso e a interação se manifestam de forma extremamente relevante do ponto de vista da motivação e do engajamento do público nos temas políticos. Para o autor as pessoas tornam-se comunicativamente ligadas a ideias e sentimentos políticos e entre si. Nesse sentido, diz ele, embora o acesso puro e simples às mídias sociais não transforme instantaneamente uma audiência em cidadãos engajados politicamente, a interação com os discursos políticos compartilhados na web faz com que essas mesmas mídias assumam

um lugar de destaque no processo de desenvolvimento da conscientização política, com implicações diretas no fomento da participação popular em decisões interessantes para toda a sociedade.

Com esse pensamento concordam Gviskov & Trenz (2014, p. 57), para quem os recursos oferecidos pelos sites de notícias não visam propriamente desenvolver uma consciência política e interativa, mas torná-los potenciais consumidores de seus produtos. Entretanto, somente a prática rotineira de comentar, ainda que individualmente, insere um caráter interessante para o exercício democrático, no sentido de contribuir para a esfera pública de opinião e formação de vontade.

Ksiakek & Peer acrescentam outros recursos para a medição do engajamento e da interatividade por parte dos sites de notícias, a exemplo de métricas como curtidas no Facebook, tweets, número de compartilhamentos e recomendações por meio de plataformas de redes sociais como Facebook, Google+, LinkedIn, etc. Esses marcadores abrem possibilidades para medir o engajamento além dos parâmetros mais comuns como visualizações, favoritos e classificações, decorrentes de manifestações de preferência internas a um determinado site de notícias. Segundo eles é possível que a interatividade entre leitores de notícias on-line ocorra de forma diferente quando estão interagindo em suas redes sociais, ao compartilhar ou favoritar determinadas notícias que leram, pela primeira vez, em um site jornalístico. Ou seja, a motivação e o engajamento em relação a determinado fato noticioso não dependem, necessariamente, de uma plataforma específica ou daquela de onde se originou a notícia, mas pode ser maior em uma rede social da qual o usuário faz parte, elevando ali os níveis de interatividade (2014, p. 12).

As análises de conteúdo dos discursos pesquisados por Ksiakek & Peer incluíram tanto o conteúdo publicado pelos usuários como a dinâmica da interatividade observada entre usuários dentro dos sites de notícias. Algumas de suas conclusões incluíram não haver diferenças fundamentais entre o envolvimento em notícias classificadas por eles como “suaves ou objetivas” e notícias difíceis ou tendenciosas. Ou seja, o teor das notícias, segundo a pesquisa, apresenta pouca relação com o envolvimento interativo em vários níveis, e embora o setor de notícias esteja sob crescente escrutínio por oferecer uma cobertura de notícias mais suave e mais partidária, essas tendências podem ter menos peso quando se trata de envolver os usuários (Ibid., p. 12).

Dahlgren (2015, p. 27) acredita que o engajamento sinaliza muito mais do que apenas uma atenção racional e cognitiva sobre uma notícia, mas também uma forte carga emocional e um envolvimento subjetivo. Diz o autor que a participação, o engajamento e a interatividade são elementos carregados mesmo de paixão quando a intensidade do engajamento é forte. Em sua opinião a disposição subjetiva jamais pode ser avaliada apenas em seus aspectos racionais e cognitivos, mas esse falar, comentar, participar enfim, estar envolvido em algo, sinaliza não apenas atenção cognitiva mas também alguma postura que precede o momento da tomada de decisão, por parte dos participantes, de comentar e assumir um poderio de modificar o curso do entendimento acerca de determinada matéria.

Nesse espectro de análise pode-se inferir serem o engajamento e a interatividade elementos importantes do ponto de vista das práticas normativas dentro de cada site de notícia, fomentando o potencial para atrair mais usuários e, conseqüentemente, maior lucratividade para a mídia como organização privada através de seus anunciantes. Do ponto de vista da normatização dos comentários, Ksiamek & Peer (op.cit., p.5) também acreditam que níveis mais altos de engajamento interativo com as notícias podem sinalizar cidadãos mais ativos, contribuindo para o aumento da consciência política e, como resultado, maior participação no debate público, muitas vezes exercendo pressão e trazendo à luz novas formas de interferir nos processos de tomada de decisão dentro das práticas da democracia deliberativa.

Porém é mister destacar, na análise do acesso, interação e participação do público no âmbito virtual, dois fenômenos expressivos: a quantidade de informações divulgadas e compartilhadas, e a velocidade com que elas circulam e são substituídas por outras. Tais aspectos demandam análises aprofundadas das várias implicações que esses processos acarretam em níveis interativos, na formação da subjetividade dos usuários e nas conseqüentes dinâmicas de engajamento político de que tratamos neste capítulo. Sobre essa problemática Dahlgren (2015, p. 35) diz que

o afeto pode levar as pessoas a encontrar atalhos emocionalmente satisfatórios para lidar com a enorme quantidade de informações e, às vezes, com a ambivalência geral. Isso se torna debilitante para o indivíduo, promove o fechamento cognitivo dos grupos e corrói o caráter da discussão pública. (...) O presente se desvaloriza à medida que a atenção se volta para o que virá a seguir. A tomada de decisão requer reflexão, que por sua vez também exige tempo.

Com relação à carga emocional de que fala Dahlgren em sua reflexão sobre engajamento, admite o autor que essa paixão política não faz parte exclusivamente de uma cegueira emocional, mas envolve a concepção do bem em que cada participante acredita, um

ideal a ser atingido, e pelo qual deve-se envidar esforços. No processo de tomada de decisão é evidente que uma razão para uma escolha implica pelo menos alguma paixão por ela. Ou seja, para Dahlgren razão e emoção caminham juntas no ato de participar. (Ibid., p. 28)

Evidentemente existem outras conformações da atividade de engajamento nem sempre desejáveis, e que colaboram para maior polarização na discussão política. Dahlgren (Ibid., p. 28) diz que medo, raiva, prazer, negação, ódio, vingança e assim por diante são argumentos puramente emocionais, muitas vezes recolhidos no inconsciente humano, que podem estimular o envolvimento, seu posterior engajamento e levar à participação. E quando esses argumentos são combinados com concepções políticas "racionalistas" do tipo xenofóbico, racista ou extremista, certamente produzem uma mistura volátil.

Esses são parâmetros a serem analisados do ponto de vista da interatividade em níveis de educação, respeito e outros valores essenciais ao exercício da democracia. Conforme veremos no capítulo que traz as notícias e seus comentários, há uma gama de discurso de ódio e intolerância evidentes na prática da interatividade tanto com relação ao meio de comunicação, de onde parte a notícia, quanto entre os usuários comentaristas. Em termos de problematização dos aspectos positivos e negativos referentes ao conteúdo dos comentários, o capítulo sobre deliberação e moderação dá especial atenção a tais elementos demandantes de reflexão constante.

4 Internet E Democracia Deliberativa: Questionando Uma Nova Esfera Pública

*Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos. Na conversação dos cidadãos entre si é que as coisas verbalizam e se configuram.*³

Uma pesquisa empírica sobre os comentários on-line deve nos conduzir, imperiosamente, à problematização dos aspectos democrático-deliberativos circundantes ao espaço virtual como modelo de esfera pública. Como lembra Hannah Arendt, o aporte da democracia ateniense é a transformação da política em comunicação. E seu veículo é a palavra (Ruiz et al., 2010, p. 8). Assim sendo, o presente estudo demanda a reflexão acerca das condições necessárias ao ciberespaço para constituir-se em esfera pública, a partir de seus fundamentos e das características tecnológicas intrínsecas à sua configuração.

Desde os primórdios do advento da Internet, pesquisadores se inclinam sobre o debate que versa sobre a hipótese de ser o ciberespaço uma esfera pública, ou que condições ele tem para que se configure como tal. Wright (2011, p.2) defende que, por sua essência fundamentada na tecnologia, a Internet gera, “deterministicamente, um estado de coisas democrático - ainda que concebido - porque as características das novas tecnologias superam barreiras à democracia direta ou deliberativa ‘idealizada’.”

Antes de pensar a Internet como espaço amplo para a constituição de esfera pública entendemos como importante conceituar e diferenciar os termos Internet e ciberespaço. De acordo com Lévy (1999, p. 15), o ciberespaço se traduz no

novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.

Assim, segundo Lévy, a Internet é uma das infraestruturas por onde o ciberespaço navega, ao lado dos microprocessadores, memórias e outras tecnologias digitais, promovendo a comunicação em massa entre pessoas mundialmente conectadas (Ibid., p.31).

A revisão da literatura verifica questionamentos e análises contínuas a respeito do tema, vindos de todas as partes do planeta. Correntes favoráveis e contrárias às possibilidades de que

³ Habermas, 2013

a web possa contribuir para o incremento da democracia deliberativa se manifestam efusivamente.

Se, por um lado, admite-se a web 2.0 como artefato de desenvolvimento de um espaço onde a participação pode induzir ao poder de tomada de decisão, por outro constata-se um cenário de incertezas que mais se coaduna com o acirramento do sectarismo e da polarização em torno de pontos de vista binários, ideológica e democraticamente empobrecidos. Lincoln Dahlberg, em 2001, analisou a dinâmica da interação on-line do ponto de vista da divisão que ela poderia fomentar:

Embora uma grande diversidade de comunicação ocorra no ciberespaço, algumas das quais envolvem discussões críticas de questões controversas, muitos participantes simplesmente procuram grupos de pessoas afins, onde os interesses, valores e preconceitos dos membros são reforçados e não desafiados. O resultado é uma fragmentação do ciber-discurso em ciber-comunidades mutuamente exclusivas (p. 617).

Por seu lado o teórico e estudioso Benjamin Barber, em 1998, já sustentava ser a Internet, em todo o seu espectro político, uma nova esfera pública, que poderia substituir outros canais de tradição no debate político como a imprensa escrita, falada e televisada, além dos meios tradicionais de discussão como as reuniões e comícios.

Outros autores, como o próprio Habermas e João Carlos Correia, são céticos em relação ao potencial do ciberespaço como palco para a instituição de uma esfera pública. Correia (2016, p. 11), em suas pesquisas, angaria autores que compartilham de suas opiniões. Para ele a web pouco ou nada acrescenta ao exercício democrático deliberativo, e as gerações chamadas digitais padecem de desânimo e apatia em relação à política. Ao mesmo tempo, entretanto, o autor reconhece que as novas tecnologias facilitaram o envolvimento dos cidadãos na observação e interpretação dos acontecimentos, e que elas podem contribuir para experiências de meios contra hegemônicos inéditos, usados pelos grupos e indivíduos que se sentiram excluídos do diálogo público recente, o que ele chama de “movimento híbrido” (Ibid., p. 12).

Nesse contexto questiona-se se os comentários dos leitores on-line podem se inserir em uma provável esfera pública virtual, ainda que por meio deles se exacerbem humores que, muitas vezes, abrem espaço para a banalização do diálogo e da interatividade. A afirmativa de Jensen (2014, p. 24) é de que, baseado em diversas pesquisas realizadas sobre a matéria, não se observam indicativos de que haja um crescimento do público participante de debates políticos on-line. O que há, de fato, é a interação de uma minoria que sempre foi engajada politicamente, agora usufruindo da esfera virtual como mais um recurso tecnológico de comunicação para a

discussão deliberativa constituída no que se prevê como exercício democrático. Nesse sentido parece importante atentar para a observação de Gviscov & Trenz (2014, p. 44) de que, segundo estudiosos do tema, a mídia on-line, longe de ser analisada apenas como um novo fórum de participação, deve ser também relacionada com as formas tradicionais de democracia representativa.

Assim, no âmbito da concepção de democracia deliberativa, entende-se como mister invocar o modelo de Habermas (1989) de ação comunicativa, que adota as noções tradicionais da esfera pública e se estende por meio de suas investigações sobre a racionalidade comunicativa. A partir de conceitos variados, e incluindo as teorias de atos da fala e do desenvolvimento psicológico do ego, Habermas destaca os itens autonomia, autorreflexão, pensamento crítico, competência para o debate racional e capacidade moral como ingredientes fundamentais para o pleno exercício democrático.

Lévy, em sua análise sobre cibercultura, estabelece uma condição de possibilidade para que a prática que ele chama de “Conversação 2.0” seja compatível com a democracia: deliberar e argumentar. O importante não é apenas dizer, mas o que é dito, a qualidade dos argumentos que se menciona e se as informações transmitidas na conversa social são “suficientes” (Ruiz et al. 2010, p. 9-10).

As primeiras décadas do presente milênio contemplam o nascimento e a evolução, dentro do ciberespaço, de movimentos cívicos importantes do ponto de vista político, como a Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, as manifestações de 2013 no Brasil e as eleições presidenciais americanas, em 2016, e brasileiras, em 2018. Em contraste observa-se uma overdose de informações que, ao invés de enriquecer a cultura do internauta e sua capacidade de questionamento político, colabora com a crescente alienação popular quanto às matérias pertinentes aos mais importantes temas que afetam, de modo direto, toda a sociedade.

Pesquisas e considerações sobre a questão política no universo on-line se sucedem e é mister avaliar os múltiplos aspectos do problema. Dahlgren (2015, p. 36) lembra que a abundância de informações e a velocidade como elas são veiculadas e ultrapassadas potencializam a competição por atenção e, à medida que o ambiente da mídia se torna mais denso, as chances de receber e reter atenção para qualquer mensagem geralmente diminuem. Tal visão é corroborada por Couldry (2014), para quem é menos provável que as pessoas se envolvam com questões políticas por prazos longos, enfatizando que a atenção política se torna

mais orientada a eventos. O autor cita pesquisas cujos resultados sinalizam a participação a movimentos políticos durante prazos curtos.

Wright (2011, p. 2) discorre sobre o processo de polarização que dividiu os próprios analistas sobre o papel da Internet como agente de uma nova esfera pública deliberativa: de um lado os chamados “revolucionários” assumiram seu lugar em uma escola ciber-otimista quanto ao surgimento de uma nova esfera pública virtual; de outro a escola ciberrealista abarca os adeptos de um processo de “normalização” da web, o que, basicamente, segundo o trabalho de Margolis e Resnick (2000), quer dizer que a utopia inicial de que o ciberespaço poderia ser uma nova “Praça Ágora” com o tempo se encaixa nas estruturas de normas e regulamentos de toda estrutura sociopolítica. Para Wright o aumento das pesquisas sobre o tema com viés na polarização entre revolucionários e normalistas prejudicou em muito o avanço das contribuições para um melhor conhecimento da complexidade dessa que é tida como a esfera pública do terceiro milênio.

Hoje vivemos em outra dimensão, a dimensão virtual, que permite uma miríade de comportamentos e posições políticas, contribuindo para os ideais democráticos, sim, ainda que nem sempre haja deliberação no diálogo entre as figuras representativas desse campo de ideias. A identidade é mascarada, ao contrário da interação face-a-face. Tal aspecto pode trazer um entendimento de maiores possibilidades de manifestação democrática e de expressão da diversidade, ao mesmo tempo em que também se mostra a redução das oportunidades de discussão das questões engendradas em uma democracia deliberativa, exacerbando a polarização, a intolerância e o discurso de ódio. Agre, em 2002 (p. 314), defendia a possibilidade de anonimato aberta pelo ciberespaço no debate público. O autor argumentava que a ausência de marcadores convencionais de diferenças sociais (gênero, etnia, idade, posição social) liberaria as fronteiras entre os participantes e poderia potencializar a troca de ideias, uma vez que estes estariam livres do preconceito que aflige, inúmeras vezes, a interação face a face. Sobre essa questão Papacharissi (2002, p. 16) nos lembra que o mesmo anonimato e ausência de interação face a face que expande nossa liberdade de expressão on-line nos impede de avaliar o impacto e o valor social de nossas palavras.

Como diz Wright (2011, p. 3)

minha opinião é de que a tecnologia não determina o comportamento humano, embora possa influenciar e restringir a ação política. O ponto mais importante aqui é que o determinismo tecnológico evidente em tantos relatos revolucionários às vezes distraiu os pesquisadores de se concentrarem no impacto real da tecnologia sobre a

política. O potencial revolucionário da tecnologia não reside em alguma qualidade inata que força os seres humanos a se comportarem de uma maneira particular. O potencial revolucionário reside, em vez disso, em como as tecnologias são projetadas, exploradas e adotadas (ou não) pelos seres humanos em contextos sociais e políticos específicos.

Dahlgren (2015, p. 23), em seus estudos sobre participação política na web, destaca o poder do Google como centralizador de audiência, formador de opinião e mais, como influenciador no tocante a doutrinas políticas. O autor descreve a ação da ferramenta com sua lógica de busca baseada no perfil pessoal e na filtragem de resultados que realiza para concentrar os dados de um usuário de acordo com sua localidade, interesses, gostos, fobias, fetiches e pontos de vista. É a partir dessa filtragem que ele vai responder a esse usuário um conceito e, desse modo, as respostas que duas pessoas recebem com base nas mesmas palavras de pesquisa podem diferir significativamente. Isso pode corroer a noção de conhecimento público. Os membros de grupos insulares podem muito bem ter seus vieses reforçados, em vez de serem desafiados por esse processo de filtragem. A longo prazo, diz Dahlgren, essas medidas têm potencial para minar a cultura democrática do debate público, concentrar as opiniões e polarizar as discussões, contribuindo para desconstruir todo o potencial democrático da web. Se focarmos nessa análise podemos, efetivamente, considerar a influência dos poderes hegemônicos da tecnologia digital como temível para o pleno exercício democrático-deliberativo na esfera virtual. Porém, e permitimo-nos dizer felizmente, observamos outras vertentes mais otimistas quanto ao potencial deliberativo da web.

As alternativas de envolvimento interativo nas redes sociais on-line, incluindo as atividades de entretenimento, arte e cultura, têm sido também focalizadas pelos pesquisadores, que tendem a considerar esta forma de interação como “pré-política”. Por meio da abordagem sobre circunstâncias afetas ao cotidiano o cidadão se engaja, interage e se envolve, de alguma forma, civicamente. Estudiosos reivindicam este como um percurso em direção a uma atitude mais proativa de um público presente no espaço virtual, e que se coloca, gradativamente, em posição de defesa de seus interesses individuais e coletivos. A linha de pensamento dedicada aos potenciais democráticos de acesso, deliberação e engajamento on-line tem sido utilizada em análises para o anúncio de esferas públicas alternativas, que dão voz às minorias, ainda em muitos aspectos, excluídas dos processos de tomadas de decisão (Givskov e Trenz, 2014, p. 48).

Winkler (2002, p. 6-7) advoga que, certamente, a interatividade tecnológica não é suficiente para produzir um impacto direto nas práticas deliberativas como elas devem

acontecer do ponto de vista de seu potencial para a tomada de decisões que impliquem mudanças na vida política das sociedades democráticas. Para o autor a interação social precisa crescer a partir de uma origem mais aprofundada, e não pode ser criada pela tecnologia. Além disso, a cultura política predominante na qual a tecnologia opera é um fator determinante para a deliberação ciberdemocrática. Ele então sugere que “a cultura democrática não está embutida nos pacotes de software ou sistemas digitais que constituem a nova mídia. ”

Dessa forma abordamos, no presente capítulo, os conceitos apurados na revisão da literatura sobre a estrutura sociopolítica da esfera pública e seu papel no desenvolvimento da democracia deliberativa segundo Habermas, ampliando o questionamento sobre a configuração da esfera pública no ciberespaço.

4.1 O conceito de esfera pública e sua atividade no meio digital

O propósito de discutir a concepção de esfera pública passa pela ideia de reunião de opiniões e posições, partida de diversos pensamentos até sua confluência em um processo de condensação e consequente formação de uma análise coletiva. O conceito de esfera pública por Habermas inclui o seu desenvolvimento durante o período que vai do século XVII ao XVIII, quando as democracias ocidentais passam por uma evolução significativa, e o espaço para o debate público se amplia.

Em 1984 Habermas define a esfera pública como o ponto mediador entre o Estado e a sociedade, reivindicando o acesso livre à população como um todo para discutir assuntos de interesse público. Em 1991 o mesmo autor concebe a esfera pública como um domínio de nossa vida social, no qual a opinião pública poderia ser formada a partir de um debate público racional. Segundo Dahlberg (2004, p. 29) Habermas concebe a esfera pública como sendo um fórum de discussão constituído pela racionalidade comunicativa, ou a ação que envolve o uso público da razão, visando à compreensão mútua.

Carpentier (2012, p. 168) explica que o modelo habermasiano de democracia deliberativa impõe a participação como multidirecional, em função de seu destaque no processo deliberativo e no papel que as instituições desempenham na transformação da opinião pública em poder comunicativo. Daí poder-se inferir a prática comunicativa da opinião pública como detentora de poder político para tomada de decisão, ou seja, de interferir no curso da atividade política.

Para Graham (2015, p. 4), a esfera pública acontece quando cidadãos particulares se reúnem livremente para debater, de maneira aberta, as questões políticas e sociais do dia a dia. Seguindo os fundamentos do pensamento habermasiano o autor acredita ser central para o conceito a consciência de que a esfera pública deve promover e cultivar o discurso racional e crítico através do raciocínio ativo do público. Para ele “através do contínuo desenvolvimento de tal discurso é que se forma a opinião pública, que por sua vez orienta o sistema político.”

Gviskov e Trenz (2014, p. 50) argumentam que a esfera pública não é um elemento abstrato constituído apenas de opiniões individuais ressaltadas por meios de redes de comunicação, mas de fluxos de públicos potenciais para formar posições comunitárias, e dispondo de poder e influência para modificar quadros sociopolíticos estanques e situacionais a serviço de elites. No que se refere ao cenário virtual, a esfera pública se enquadra como mediador das culturas cívicas on-line em evolução e o amplificador do discurso político gerado por elas.

A concepção geral de esfera pública influencia todo o arcabouço de ideias acerca do tema sob o ponto de vista de sua capacidade política de promover as democracias deliberativas, em sua maioria, ocidentais. Assim a esfera pública pode ser definida como um campo no qual atores públicos e privados entram em debate sobre questões pertinentes à sociedade civil, e que dependem de força e poder para pressionar os poderes instituídos na direção de seus interesses coletivos. A partir da esfera pública a formação de uma opinião pública é instituída e confrontada com as forças hegemônicas de poder político e econômico.

Correia (2010, p. 79) entende a esfera pública como uma rede de informação, comunicação e troca de pontos de vista que remete à teoria de Habermas enquanto esfera de identificação, detecção e tematização de problemas, e cuja influência sobre os processos de tomada de decisões políticas versa a partir da pressão popular social.

Para Graham & Witschge (2003, p. 175), o desenvolvimento orgânico e funcional de uma esfera pública habermasiana deve partir de quatro condicionantes essenciais: que os cidadãos tenham papel ativo no transcurso político; que haja espaços discursivos onde os indivíduos possam se envolver nos processos de tomada de decisão; que os meios de comunicação se coloquem na posição de transmissores de informações e promovam fóruns deliberativos para o exercício crítico racional necessário à esfera pública; e que a própria dinâmica da deliberação aconteça sob a forma de debate racional-crítico. Aqui, dizem os autores, é que o coração e a alma da esfera pública se encontram em todo o seu vigor.

Papacharissi (2002, p. 10) ressalta a importância do conceito de público nas democracias deliberativas, explicando que, ao pensar no público, visualizam-se trocas abertas de pensamentos e ideias políticas, como as que ocorreram nas ágoras gregas antigas ou nas prefeituras da era colonial. Para a autora a ideia de "público" conota ideias de cidadania, semelhança e coisas não particulares, mas acessíveis e observáveis por todos. Nesse sentido o conceito de público relaciona-se intimamente aos ideais democráticos que exigem a participação do cidadão nos assuntos públicos.

Dahlberg (2007, p. 51) advoga que a concepção de esfera pública, como defendida por comentaristas deliberativos da democracia na Internet, deve ser interpretada como essencialmente democrática em seu foco no respeito à diferença e na soberania pública. Segundo o autor, os requisitos da esfera pública devem ser desenvolvidos de modo a maximizar a inclusão e a autonomia, exigindo respeito pela diferença e reflexão crítica sobre a dominação. Nesse contexto os elementos "não democráticos" são os únicos passíveis de repressão e exclusão.

É a partir de tal compreensão que a conceituação de esfera pública remete à indicação dos requisitos essenciais à sua prática, e sem os quais o espaço democrático deliberativo é inoperante. Curran destaca o caráter de neutralidade e a independência da influência e dominação do estado e de influências econômicas como condições *sine qua non* para o exercício da esfera pública, e onde todos os cidadãos disponham das mesmas condições de acesso e participação no debate público, a partir das quais eles se unem para decidir as mudanças e providências a serem tomadas no sentido de atender toda a coletividade (1991, p. 83). No entanto grande parte dos estudiosos, inclusive o próprio Habermas, sustenta que não mais existem espaços não comerciais para uma livre e neutra atividade de discussões políticas reais e deliberativas desde que a esfera pública foi invadida pela mídia de massa e pelas elites políticas. O resultado é uma esfera pública silenciosa, derivada do fato de que as pessoas não usufruem de voz própria para participarem dos processos de tomada de decisão, são alijadas do debate e simplesmente entregam essa tarefa aos grandes grupos hegemônicos políticos e econômicos (Winkler, 2002, p. 2).

Rasmussen (2007, p. 2) aponta aspectos importantes sobre o exercício da democracia deliberativa por meio da esfera pública. O autor ressalta que é através da deliberação que a esfera pública reúne capacidade para levantar questões, apresentar argumentos, reunir interpretações e propor soluções. Na esfera pública, demandas de movimentos sociais e grupos de interesse da sociedade civil se traduzem em questões e argumentos políticos, e articulam

opiniões públicas manifestas e reflexivas. Papacharissi, porém, lembra a exclusividade do pensamento atribuído aos homens como sendo a voz da democracia, e argumenta que as conceituações de público, ao longo dos séculos, foram idealizadas. A autora considera irônico que o auge da democracia tenha se estruturado sem dar voz às mulheres e às classes sociais mais baixas, e que esse é um ponto reconhecido por correntes de pensamento sobre esfera pública (2002, p. 11).

Hoje, admite Papacharissi, os críticos assumem uma posição aberta com relação à inclusão das mulheres e pessoas de todas as classes na dimensão de esfera pública, considerando o direito e a capacidade desses nichos da população de acrescentar dados e sugestões no caminho de uma esfera pública democrática e deliberativa. A autora argumenta que outros críticos, no entanto, assumem posições diferentes e sustentam que, embora nos dias atuais possamos admitir um aumento da inclusão de mulheres e pessoas de todas as classes sociais no espaço de discussão, ficamos com um sistema social em que o público, na verdade, não importa (2002, p.12)

Dahlberg (2007, p. 48-49) transfere o conceito de esfera pública deliberativa formulado por pesquisadores, profissionais de mídia e mesmo formuladores de políticas para suas pesquisas, articulando o termo como um campo ideal para a participação do cidadão na política, onde um debate ou argumentação racional entre cidadãos sobre problemas comuns leva a uma opinião pública criticamente informada que pode orientar e examinar os processos oficiais de tomada de decisão.

Rasmussen lembra ainda que o modelo de comunicação deliberativa de Habermas (2006) prevê um padrão crítico no qual toda e qualquer perturbação à plena atuação das partes na esfera pública são passíveis de crítica e debates. Diz o autor que a legitimidade da esfera pública prevê a abertura do sistema político à influência da sociedade civil, à qual todo o campo das ideias e participação deve estar submetido. A esfera pública, neste sentido, deve funcionar como um espaço para a capacitação da sociedade civil à participação e deliberação de diretrizes políticas que atendam ao interesse público (2007, p.2). Sobre esse aspecto Papacharissi acrescenta que existem várias esferas públicas que não são igualmente poderosas, articuladas ou privilegiadas, e que dão voz a identidades e interesses coletivos. No entanto afirma a autora que “um domínio público ou governo que preste atenção a todas essas vozes diversas, na verdade nunca existiu”. (2002, p. 11)

Segundo Dahlgren (2006, p. 28), há uma corrente teórica favorável à ideia de que a democracia deliberativa seja relevante apenas dentro da estrutura de tomada de decisões real, por representantes dos cidadãos - ou seja, dentro das esferas públicas chamadas de “fortes”. Outros argumentam, de maneira abertamente republicana, que formas mais amplas e populares de comunicação são necessárias e devem se difundir ao máximo em contextos de democracias expressivas. Assim, de acordo com o autor, os teóricos classificam como esferas públicas “fracas” as associações e movimentos representativos da sociedade civil.

No que se refere ao âmbito digital, tem-se que, desde suas primeiras pesquisas epistemológicas, estudiosos questionam o ciberespaço como o possível e mais contemporâneo espaço democrático-deliberativo, e cuja complexidade torna inesgotável a problematização do tema. Observa-se esse ambiente como rico em possibilidades e, ao mesmo tempo, repleto de compromissos com agentes econômicos e políticos detentores de poderes que lutam insaciavelmente pela manutenção de uma hegemonia política e econômica. O debate continua, on e off-line, enquanto os avanços tecnológicos ultra velozes levantam maiores probabilidades de fomento ou retração de uma desejada e livre prática deliberativa.

No entender de Dahlberg (2001, p. 618), as comunidades virtuais são formas de interação fracas no sentido de influenciar politicamente as sociedades, em função de sua natureza voltada para si mesma. O autor argumenta que os membros das comunidades virtuais geralmente não são forçados a enfrentar toda a gama de preocupações e valores públicos que devem ser enfrentados ao conviver com a diferença no cotidiano da vida pública. O discurso nas comunidades virtuais promove, assim, um sujeito comunitário constituído dentro do ciberespaço e vinculado a uma comunidade eticamente integrada.

Nesse contexto, e baseado na argumentação de Dahlberg, eliminar-se-iam as possibilidades de deliberação fora de uma “bolha” sectária digital. Em termos políticos e sociais, seria um panorama sombrio para as hipóteses acadêmicas sobre o ciberespaço como esfera pública. Assim Habermas, em suas considerações sobre o cenário contemporâneo, descreveu o processo de entrega das decisões políticas aos grupos hegemônicos como a refeudalização da esfera pública. Os cidadãos se transformaram em consumidores ou meros espectadores e a mídia de massa e a elite política estão realizando o show público (Winkler, 2002, p. 2).

Diante de tão melancólico cenário questiona-se: haveria alguma brecha a ser aberta pelo ciberespaço para um novo caminho democrático-deliberativo? Na medida em que a constituição

tecnológica da web permite a abertura de espaços de fala para todos os cidadãos, independentemente de sua posição política ou classe social, poderia uma esfera virtual vir a se constituir em um campo de expansão para o engajamento, a interação, a participação e, conseqüentemente, a instauração de uma nova esfera pública?

Os elementos componentes de uma esfera pública consoante com as práticas deliberativas incluem a liberdade de argumentação, a publicidade das ideias e a privacidade de um argumento segundo cada participante. Conforme preconiza Graham, de acordo com Jansen & Kies (2004, p. 9), a ligação entre a teoria da democracia deliberativa e a prática de fóruns on-line tem sido objeto de um corpo de literatura emergente há algum tempo, sendo recorrente a questão de pesquisa que trata da relação entre fóruns on-line e teorias do espaço público. Graham questiona em que medida os fóruns políticos on-line atuais correspondem à noção ideal da esfera pública defendida por Habermas e outros democratas deliberativos (2002, p.9). Nesse sentido, e precisamente, a pergunta-chave do objeto do presente estudo se relaciona com as possibilidades de que os comentários on-line possam se enquadrar em um modelo de interação na esfera digital como elemento passível de participação na esfera pública engendrada no espaço virtual. Ainda que os prováveis componentes de uma possível esfera pública on-line incluam o modo de interação social via comentários, seriam os comentários do G1 uma forma de participação que influencia os poderes políticos e se insere em um contexto de esfera pública virtual?

No entender de Janssen & Kies (2004, p. 6) a esfera pública on-line é importante enquanto reúne condições de que os participantes tenham impacto em alguns resultados políticos concretos. Se, pelo contrário, nenhum resultado político concreto é suscetível de proceder de debate no espaço de discussão on-line, então não se pode determinar uma característica de esfera pública no âmbito do ciberespaço. Winkler (2002, p. 2) supõe que as novas tecnologias da informação e comunicação aprimoram a democracia, pois presumivelmente superam as inadequações da mídia tradicional. E reverbera sua hipótese lembrando que os meios de comunicação tradicionais são caracterizados por informações monológicas, em um fluxo de mensagens de emissor para receptor, ao contrário da Internet, que pressupõe a comunicação dialógica. Quanto à importância da esfera digital enquanto meio de comunicação para a democracia, o autor elenca alguns dos fatores que ela apresenta e que sustentam relevante importância:

- ✓ Interatividade: as novas mídias dissolvem a dicotomia remetente-receptor e permitem fluxos de comunicação horizontal e recíproca entre indivíduos e grupos organizados.

- ✓ Rede global: as novas mídias permitem que cidadãos de diferentes partes do mundo se comuniquem de maneira – relativamente -irrestrita.
- ✓ Liberdade de expressão: as novas mídias fornecem as condições para discussões e debates – relativamente - irrestritos (Ibid., p. 6)

Ainda sobre a conceituação de esfera pública, Rasmussen a considera como chave para o entendimento habermasiano de que a legitimação deliberativa só pode acontecer se os sistemas midiáticos promoverem a neutralidade de opinião e se o público fornecer feedback entre uma elite informada e uma sociedade civil que responde às questões políticas que a atingem de forma tanto direta quanto indireta, e das quais depende o ambiente democrático de tomadas de decisão (2007, p. 3). Nesse sentido, o autor define sociedade civil como

o conjunto de atividades auto-organizadas e coordenadas em organizações, associações, movimentos sociais e grupos de interesse em que os membros cooperam livremente em bases iguais para perseguir publicamente objetivos de interesse comum ou universal. A dimensão comunicacional da sociedade civil pode ser vista como uma dimensão da esfera pública. (Ibid, p.3)

Em seu pensamento ontológico Gramsci introduz um outro conceito para sociedade civil para além das hipóteses marxistas, definindo-a como uma arena de luta política e simbólica. O filósofo prega a sociedade civil enquanto “hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.”. É nesse contexto que se cruzam conflitos ideológicos, que se debatem tendências libertárias e opressoras, emergindo como lugar de operação de forças representadas por partidos, associações e organizações inseridas em processos de tomadas de decisão que constroem hegemonias e que afetam a sociedade de forma permanente ou provisória (1987, p. 224).

Ribeiro (2013, p. 46) postula o caráter comunitário da sociedade civil, destacando a referência que faz a London School of Economics “à arena de ações voluntárias em redor de interesses, valores e objetivos comuns. ” Por sua vez Correia entende a sociedade civil enquanto um universo de relações sociais, livres iniciativas e cruzamentos culturais estruturados em partidos, associações, organizações e grupos que determinam outros arranjos, hegemônicos ou não, em processo de estabilidade, sobre as sociedades (2001, p. 6).

Alguns estudiosos destacam o fato de que o acesso rápido e barato às informações fornecidas pela Internet pode promover uma atividade ativista por parte dos cidadãos. Outros acreditam na capacidade da web de reunir indivíduos, formar comunidades e desconstruir

fronteiras geográficas, sociais e culturais. Em verdade o que ocorre é que as discussões on-line tanto podem transpor quanto aumentar desigualdades econômicas e culturais. Visões utópicas e distópicas prevalecem na avaliação da promessa da Internet como esfera pública (Papacharissi, 2002, p. 12).

Sobre as correntes de pensamento pró e contra a esfera digital como espaço democrático-deliberativo Janssen & Kies (2004, p.3) destacam os ciberotimistas e seus opositos, sendo os primeiros defensores de que a ausência de barreiras geográficas, de tempo e a multiplicidade de espaços de discussão on-line facilmente acessíveis muito provavelmente incentivariam pessoas que normalmente são indiferentes à política, como os jovens, as minorias étnicas e as classes menos favorecidas, para participar de discussões políticas on-line. Tal corrente de pensamento tinha como certo que as características escritas e assíncronas do meio facilitariam as conversas mais reflexivas, racionais e argumentativas.

Por outro lado os chamados ciberpessimistas, descrevem Janssen & Kies, consideram improvável que os espaços de discussão on-line promovam um debate fundamentalmente deliberativo, ou seja, um debate em que os participantes participariam de maneira sincera, respeitosa e reflexiva:

O fato de que em muitos casos não há obrigação de revelar identidade real (por exemplo, uso de apelidos) e que falta “coerção física” (o que significa que os participantes podem sair do debate sem qualquer motivo ou justificativa), mina fortemente a sinceridade, o respeito e o comprometimento dos participantes. Em outras palavras, os ciberpessimistas consideram que os espaços de discussão on-line têm maior probabilidade de serem espaços caóticos, onde as chamadas (ataques pessoais e sexistas) dominam, em vez de espaços de deliberação racional intersubjetiva (Ibid., p. 3)

Dahlgren (2015, p. 24) postula que, quanto mais informações damos aos sites de busca e navegadores, maior se torna o seu poder econômico. Ao mesmo tempo, se tentarmos não compartilhar esses dados estaremos simplesmente fora da web. Essa encruzilhada, para o autor, só se resolve com a adoção de uma política global no sentido de impulsionar e universalizar o instrumento digital, de forma a que a Internet seja consagrada como um bem digital democrático e pertencente a toda a comunidade virtual. É, segundo ele, um caminho longo a percorrer.

Rasmussen (2007, p. 6) pontua que estudos como os de Coleman & Gotze e os de Dahlgren apontam para fóruns digitais de vários tipos com capacidade de criar engajamento, discussão crítica e deliberação sobre questões importantes de interesse público comum. Assim o autor chama a atenção para a conclusão de que os fóruns na Internet “contribuem para a esfera

pública crítica, local, nacional ou internacional, reproduzindo condições normativas para a formação da opinião. ” Papacharissi, por sua vez, admite que a esfera virtual permite a expressão e o desenvolvimento de movimentos que aumentam as expressões democráticas, porém nem sempre focando apenas em questões políticas, mas muito mais invadindo e modificando o terreno da cultura como construção histórica e social de cada comunidade (2002, p. 22).

Dahlgren (2006, p. 23) acredita na Internet e outras novas tecnologias de comunicação como promotoras de novas oportunidades para os cidadãos participarem da democracia, especialmente em contextos extraparlamentares. O autor credita às versões contemporâneas da teoria democrática as crescentes possibilidades de participação como deliberação e que, por meio das tecnologias de comunicação, a noção de democracia deliberativa se generaliza.

Fato é que assistimos ao um desenvolvimento tão absurdamente célere das tecnologias digitais, e tão rapidamente surgem novos recursos e gadgets, que dificilmente as pesquisas sobre a dinâmica socioeconômica e política inserida no espaço digital conseguem acompanhar a contemporaneidade e a complexidade das demandas que se sobrepõem umas às outras. O mundo assiste, perplexo, a fatos e acontecimentos on-line, sem que muitas vezes consiga evitar catástrofes consequentes do seu devir. E a ciência humana trabalha full-time para assegurar uma melhor compreensão de fenômenos até pouco tempo inimagináveis, como tragédias transmitidas ao vivo pelo Facebook e manifestações concebidas, organizadas e postas em prática por intermédio do ciberespaço. Nesse sentido é compreensível que não se tenha domínio sobre o futuro, a longo ou curto prazo, que a humanidade e suas relações aguardam. O impossível tornou-se quase que palpável do ponto de vista tecnológico, enquanto que as relações sociais pouco ou nada se desenvolvem, em termos democrático-deliberativos, apesar de todo o arcabouço disponível, o que mostra que o poder hegemônico de poucos sobre muitos permanece sendo o maior obstáculo à liberdade de ser e coexistir em bases de respeito e reflexividade, indispensáveis ao exercício democrático-deliberativo, enquanto que os movimentos de luta por igualdade e direitos das minorias seguem seu curso, agora contando com a Internet como fiel e forte sustentáculo.

Dahlberg (2007, p. 49) transcreve o pensamento dos defensores da esfera pública deliberativa na primeira década do novo milênio e da era digital, relatando o interesse deles na extensão e na qualidade da argumentação facilitada pela via on-line, particularmente dadas as alegações de que as comunicações bidirecionais, de baixo custo, semi-descentralizadas e

globais da Internet, combinadas com a evolução do software interativo e das técnicas de moderação, oferecem as bases ideais – principalmente se comparadas aos meios de comunicação de massa - para a deliberação racional.

Por sua vez Rasmussen avalia ainda que a Internet é uma fonte de capital social, na medida em que educa no uso e gerenciamento adicionais de hardware e software digital da Internet e ajuda a conectar ou a intensificar as redes sociais existentes, principalmente entre os mais jovens. Com este parecer ele corrobora os estudos sobre capital social e uso da Internet, indicando que a ferramenta pode aumentar e mesmo complementar o envolvimento cívico em diversas sociedades civis, potencializando as condições deliberativas em várias democracias (2007, p.6).

Sobre tal questão Papacharissi (2002, p.9) ressalta que a Internet e as tecnologias relacionadas criaram um espaço público para conversas politicamente orientadas. Porém, se esse espaço público transcende para uma esfera pública não depende da própria tecnologia. A autora propõe que novas tecnologias forneçam informações e ferramentas que possam ampliar o papel do público na arena social e política. E acrescenta:

O fato de pessoas de diferentes origens culturais, estados ou países se envolverem em discussões políticas virtuais em questão de minutos, geralmente expandindo os horizontes uns dos outros com pontos de vista culturalmente diversos, captura a essência dessa tecnologia. O valor da esfera virtual está no fato de englobar a esperança, a especulação e os sonhos do que poderia ser (Ibid., p. 23).

Nesse sentido concorda Dahlberg com Papacharissi, argumentando que a esfera pública não será estendida apenas por conta da difusão de um novo artefato tecnológico. Para o autor as pessoas devem ser atraídas para o discurso crítico-racional antes mesmo que novas tecnologias possam ser empregadas com sucesso para estender a esfera pública, ou seja, cidadãos e comunidades não devem depender de tecnologias modernas para trabalharem no sentido de promover um aumento da esfera pública social de maneira geral e efetiva (2001, p. 630).

Poster (1995, p. 1) é um pesquisador que se contrapõe frontalmente à ideia da Internet como esfera pública. Ele alega que “a troca desencarnada de texto em vídeo não substitui a reunião presencial - ela tem sua própria lógica, seus próprios modos de formar opinião. ” O autor ainda baseia sua opinião no argumento de que não se pode chegar a um consenso democrático sem que haja interação face a face. Tal estabilidade força os indivíduos a serem responsáveis por suas posições e permite que a confiança seja construída entre as pessoas. E

diz que, tradicionalmente, a identidade de uma pessoa é definida pelo contato, e está enraizada no corpo físico. Sendo assim a Internet, com sua prerrogativa de permitir a assunção e troca de identidades ao bel prazer do usuário, isola os cidadãos uns dos outros em vez de reuni-los, e jamais conseguirá se transformar em um campo de troca de ideias de forma deliberativa, com vistas a um consenso (Ibid., p.17-18).

No entendimento de Dahlberg (2007, p. 50) não é de se descartar totalmente a web como um campo de desenvolvimento para o exercício democrático-deliberativo. O autor observa que a Internet é de grande interesse para os democratas deliberativos, na medida em que oferece comunicação bidirecional, de custo relativamente baixo, semi-descentralizada e transnacional, através da qual o poder do governo e das empresas pode (em princípio) ser contornado criticamente, e a deliberação promovida. Tal interesse, sustenta ele, vem levando um crescente corpo de pesquisa a investigar os diversos processos que se vislumbram acerca da democracia deliberativa na Internet.

Fernback (1997, p. 42) crê no potencial da Internet como um campo de desenvolvimento da democracia contemporânea, afirmando que a verdadeira identidade e democracia são encontradas no ciberespaço "não tanto no conteúdo das comunidades virtuais, mas dentro da estrutura real das relações sociais".

Mais de vinte anos depois de Fernback, o contemporâneo Peter Dahlgren ainda mira a Internet com olhar de ceticismo, embora não totalmente. Em sua opinião

devemos evitar todo otimismo simplista, especialmente o fundamentado no pensamento tecno-determinista que ignora contextos sociais e culturais e, no entanto, seríamos tolos em descartar as possibilidades sem precedentes de intervenção democrática (e não democrática) que essas tecnologias de comunicação oferecem como envolvimento cívico na arena política. (2015, p. 21)

O debate em torno da questão é dinâmico e constante. Graham & Witschge (2003, p. 173), em seu estudo sobre a busca pela deliberação on-line, fazem referência aos teóricos que advogam o envolvimento do público no processo democrático, bem como os democratas deliberativos, como detentores da tese de que a esfera pública ideal parece se tornar menos dúbia e mais realista com o potencial atualmente oferecido pela Internet. E citam Benjamin Barber, o qual, em 1998, já sugeria que a onda de novas tecnologias de comunicação e informação poderia "desafiar a passividade, aumentar a igualdade de informação, superar o sectarismo e o preconceito e facilitar a participação nos processos deliberativos". Essas possibilidades acabaram por revigorar o interesse sobre a teoria da esfera pública (Ibid., p. 173).

No entanto Habermas (2006, p. 422), enquanto idealizador da teoria da democracia deliberativa racional e crítica, é cético em relação à web como esfera pública, e declara frontalmente que a Internet “serve apenas para fragmentar públicos-alvo em um grande número de públicos de questões isoladas”. Para o filósofo, “nas esferas públicas nacionais estabelecidas, os debates on-line dos usuários da web promovem apenas a comunicação política, enquanto os grupos de notícias se cristalizam em torno dos pontos focais da imprensa de qualidade, por exemplo, jornais nacionais e revistas políticas”. (Ibid., p. 422).

Com relação a tal ponto de vista, porém, Rasmussen (2007, p. 8) considera que Habermas apenas não está interessado em se aprofundar no tema da esfera pública na Internet, preferindo se aprofundar nas questões apenas à democracia deliberativa independentemente da mídia através da qual ela possa se desenvolver.

Correia (2016, p. 11) também trata a crença em uma esfera pública digital com ceticismo. O autor concorda com o pensamento de Sunstein (2001, p. 49) que não crê no aumento da participação em audiências como desenvolvimento da qualidade da cidadania, haja vista o aumento da intolerância, do desrespeito e da depreciação de pontos de vista alternativos. Para Correia as redes sociais e seus grupos temáticos, ao invés de congregar, estariam trilhando um caminho de fragmentação do ambiente, com impacto deveras negativo para o debate democrático e deliberativo (op.cit., p. 11).

Nesse aspecto Janssen & Kies (2004, p. 3-4) invocam ainda Sunstein e outros autores para descrever o argumento de que a liberdade de escolha de discussão oferecida pelo ciberespaço, ao invés de democratizar o debate público, poderia levar à polarização e à balcanização das sociedades. “De acordo com essa visão”, dizem os autores, “se alguém tiver a opção de discutir com as pessoas que deseja, como é o caso da rede, evitará entrar em contato com usuários que não compartilham essas opiniões. Isso levaria a um reforço (polarização) de pontos de vista.”

De certo modo concordamos com tal argumentação a partir da análise do discurso premente nos comentários on-line no G1, objeto de nosso estudo. A abertura, embora relativa, conforme veremos na revisão da literatura sobre moderação dos comentários, abre flancos visíveis para as narrativas radicais em suas discordâncias, aproveitando-se ainda os comentaristas da possibilidade de uso de linguagem completamente coloquial e popular permitida pelo site em questão. Porém, esta visão reduzida da pesquisa não pretende nos levar a uma conclusão estanque sobre o lado polarizado da discussão, mas chamar a atenção para tal

aspecto no sentido da problematização e reflexão sobre os caminhos que o ciberespaço vem trilhando enquanto provedor potencial de um lugar de fala, embora com limites tênues no que diz respeito ao consenso e a capacidade deliberativa e livre. Como diz Winkler (2002, p. 8) seria uma abordagem muito estreita afirmar que a Internet poderia pôr em risco a coerência social na esfera pública. Pelo contrário, o fato de hoje existir mais de uma esfera pública singular deve ser visto como uma expressão de enriquecimento cultural e político. Para o autor a deliberação cívica nessas diferentes esferas pode ser disseminada pela Internet, na medida em que ela dispõe de recursos para conectar e reconectar diferentes comunidades. No próximo capítulo, da pesquisa propriamente dita, voltamos às questões pertinentes a tal discussão, pretendendo reunir elementos concretos para uma visão mais clara do cenário comunicativo presente na interação entre os comentaristas focalizados.

Dahlgren (2015, p. 29) lembra haver correntes adeptas do pensamento de que

(...) a esfera pública deve ser fundamentada e dar expressão aos horizontes coletivos das experiências vividas das pessoas (em vez de apenas deliberação formal), uma premissa que tornaria esse espaço mais passível de intervenção por aqueles que têm como fim fazer prevalecer certas estruturas de poder. Por outro lado, esse é precisamente o ponto de partida para muitos ativistas que, com base em suas experiências, geram e participam de esferas públicas alternativas políticas on-line e enfrentam relações de poder predominantes.

Por sua vez a pesquisadora Papacharissi (2002, p. 10) relata que os defensores do ciberespaço configuram o discurso on-line como um potencializador da participação política e da abertura do caminho para uma utopia democrática. Segundo eles, o suposto declínio da esfera pública lamentada por acadêmicos, políticos e vários membros do público pode ser interrompido pelos efeitos democratizantes da Internet e suas tecnologias circundantes. “Por outro lado”, diz a autora, “os cétricos alertam que as tecnologias que não são universalmente acessíveis e que frequentemente induzem a discussões fragmentadas, sem sentido e enfiadas, também conhecidas como “flames”, estão longe de garantir uma esfera pública reavivada” (Ibid., p. 10). Nesse sentido endossa a opinião de Papacharissi o pesquisador Mark Poster (1995, p. 2) quando afirma ser verdade que a Internet permite que as pessoas falem como iguais. Porém, para ele, o argumento racional raramente prevalece, e alcançar consenso é amplamente visto como impossível.

Janssen & Kies (2004, p. 4) concordam, no entanto, que é um erro generalizar uma ou outra tese. Os autores refletem sobre a realidade complexa que atravessa a discussão on-line, e sobre a qual, para eles, as consequências democráticas e deliberativas não podem ser explicadas

referindo-se apenas às características tecnológicas do meio e a algumas inclinações naturais do comportamento humano em grande parte não comprovadas. Nesse contexto acreditam Graham & Witschge (2003, p. 174) que a Internet possa oferecer um possível vigor para o que eles chamam de “esfera pública enferma”, encolhida progressivamente pela escassez de espaços discursivos e pela opressão dos meios de comunicação de massa, cada vez mais alicerçados nas bases econômicas do lucro e da formatação da notícia.

Este é um debate recorrente desde as primeiras décadas da Internet e que continua a evoluir para pesquisas empíricas e notadamente não concludentes. O fluxo de troca de mensagens, aplicativos, resoluções e invenções na esfera virtual é cada vez maior, dado o próprio desenvolvimento das tecnologias digitais, e a problematização sobre o poder da web como influenciador político assume contornos demandantes de contínuas análises. A própria Papacharissi admite que a Internet abre canais adicionais de comunicação, discutíveis quanto ao resultado. Esses canais adicionais permitem um acesso mais fácil a informações políticas, estimulando conversas sobre reforma em um espaço que poderia ser admitido como uma democracia virtual, onde se fomenta a consciência coletiva. Os resultados desse desenvolvimento, no entanto, ainda são, na visão da autora, imprevisíveis (op. cit., p. 13).

Dahlgren (2015, p. 36) ressalta o pensamento de Couldry sobre a questão da participação on-line como catalizadora ou não de uma esfera pública formalmente instituída. Ele questiona se são as características da web em si ou a ausência de conexões com instituições políticas estáveis o determinante de um comportamento politicamente esporádico. No entanto, diz, em ambos os casos,

é claro que não encontramos solução para o envolvimento de curto prazo na conectividade social oferecida pela web. Enquanto as vitórias de curto prazo devem ser comemoradas, parece que os modos de participação expressivos e comunicativos que a web facilita principalmente não geram o modo instrumental de longo prazo, produzindo assim baixa eficácia.

Rasmussen cita estudos conclusivos no sentido de considerar a Internet como ferramenta de comunicação intrinsecamente associada à atividade civil, principalmente na Europa. Suas análises o conduzem a avaliar a Internet como espaço de envolvimento cívico significativo, citando os movimentos políticos, sociais e voluntários como utilizadores potenciais da ferramenta para se conectarem, sem contar com associações culturais e de todo o espectro da atividade humana, todos hoje praticamente em funcionamento virtual muito mais do que em outras mídias (2007, p.6).

Já a autora Papacharissi (2002, p. 21) argumenta que a verdadeira visão da Internet como esfera virtual consiste em várias esferas de contra-públicos que foram excluídas do discurso político dominante, mas empregam comunicação virtual para reestruturar a corrente dominante que os derrubou. Esse é um aspecto importante da Internet como espaço para a expansão da democracia deliberativa a ser apreciado.

Nesse sentido reforça Fraser (1990, p. 60-61)) a existência e a luta dos contra-públicos desde o início da Idade Moderna Europeia quando, em contraponto ao público burguês, surgiu uma série de contrapartes concorrentes, incluindo públicos nacionalistas, públicos populares camponeses, públicos femininos de elite, e públicos da classe trabalhadora. Assim, já havia públicos concorrentes desde o começo da Idade Moderna, não apenas a partir do final do século XIX e XX, como sustenta Habermas. Em uma crítica ao modelo de esfera pública habermasiano, Fraser destaca o surgimento de contra-públicos em contraponto à esfera pública burguesa estabelecida, contra- públicos estes compostos por mulheres norte-americanas ainda antes da permissão à participação política do sexo feminino por meio do sufrágio, além de várias classes e etnias que construíram vias de acesso à vida política pública, apesar de sua exclusão da esfera pública oficial.

Importa aqui mencionar a conceituação atribuída por Dahlberg àquele que é denominado de “contra-público.” Explica o autor que esse conceito

(...) permite a articulação da deliberação racional-crítica com o radicalismo discursivo e a contestação inter-discursiva. O termo 'público' mantém a argumentação como central para a constituição de diversos espaços de interação democrática, enquanto o 'contrário' aponta para o papel democrático do radicalismo discursivo e da contestação inter-discursiva e, posteriormente, para uma concepção de esfera pública radicalizada'. Como tal, a esfera pública não é mais entendida como um espaço deliberativo singular, mas um campo complexo de múltiplos públicos contestadores, incluindo dominantes e contra públicos de várias formas (2007, p. 60).

Como analisa Dahlberg (2007, p. 55), em contraste com a mídia de massa, a Internet é vista como uma força para a “democracia radical”, como incentivadora de grupos minoritários e marginalizados, os contra públicos, ou justamente aqueles associados a discursos excluídos da esfera pública, no sentido de desenvolverem seus próprios fóruns deliberativos, inserindo-se no contexto democrático para, em um dado momento, assumirem também o poder de contestar práticas e discursos de grupos hegemônicos dominantes. O autor reforça que os defensores da democracia digital contra públicos geralmente se referem à sua posição como radicalmente democrática (2011, p. 863).

Observa-se nesse campo de discussão o foco na reconfiguração do espaço de debate público engendrado dentro do chamado ciberespaço. Como explica Ribeiro (2016, p. 13)

o fulcro da discussão consiste no aparecimento de critérios que nos permitem assistir à configuração da natureza pública da comunicação, aparecimento este tornado possível pelas mudanças profundas nos dispositivos comunicacionais e pelas novas possibilidades entreabertas de divulgar versões alternativas por grupos excluídos.

Dahlberg (2007, p. 5) descreve o movimento dos chamados “democratas agonísticos”, que reivindicam a inclusão na esfera pública como norma generalizada do desenvolvimento e da articulação de contra públicos e, portanto, da promoção de discursos de oposição; e subsequentemente, a contestação contra pública de discursos dominantes, promovendo uma articulação bem-sucedida das principais deliberações de uma ideal esfera pública. Para Dahlberg a via principal para uma esfera pública representativa passa pelo desenvolvimento de contra públicos vibrantes e discursos associados que possam contestar ativa e efetivamente as fronteiras discursivas da esfera pública dominante. Os democratas agonistas analisam, nesse contexto, a medida em que a Internet está estendendo esse desenvolvimento.

Rasmussen (2007, p.7), no entanto, diz que Habermas não está totalmente enganado ao insistir que a Internet desempenha um papel secundário (se não tão marginal quanto Habermas parece pensar) em relação à política formal. Para que um blogueiro ou um grupo na Internet tenha impacto político, sua mensagem deve ser competitiva com quase todos os mass media, e essa pode ser ainda uma trajetória possível, porém não socialmente viável. Entretanto não podemos esquecer que a pesquisa de Rasmussen data de 2007, e que nesses mais de dez anos a Internet e seu alcance mundial evoluíram significativamente. Sobre essa evolução rápida e as possibilidades que o ciberespaço reúne como esfera pública continuamos a problematizar com a revisão da literatura trabalhada na presente pesquisa.

Papacharissi, em seu estudo sobre a esfera virtual como uma abertura para uma nova esfera pública, esclarece que um novo espaço público não se traduz, necessariamente, em sinônimo de uma nova esfera pública. Para a autora a Internet oferece mais um fórum para deliberação política enquanto espaço público. “Como esfera pública”, diz ela, “a internet poderia facilitar discussões que promovam uma troca democrática de ideias e opiniões. Um espaço virtual aprimora a discussão; uma esfera virtual aprimora a democracia.” (2002, p. 11).

É como Dahlgren coloca seu parecer sobre a participação política. Do ponto de vista da teoria acerca do assunto, o autor afirma que o ambiente discursivo da web tende a interpelar os cidadãos de maneira que promovam posições de sujeito fugazes em relação a questões

específicas, desviando o envolvimento com a participação contra hegemônica a longo prazo (2015, p. 36).

Nesse aspecto Dahlberg é incisivo em reconhecer que muita política on-line equivale, em grande parte, à reiteração de discursos dominantes e à extensão das relações sociais capitalistas. Para ele, entretanto, nem toda comunicação on-line pode simplesmente contribuir para o capitalismo comunicativo e a exclusão do político. O autor afirma que muito do ativismo que se observa no espaço virtual é impulsionado por contrapartes que promovem um discurso fortemente anticapitalista: “esses contra públicos estão envolvidos em esforços significativos para desafiar efetivamente a comunicação da esfera pública dominante e, conseqüentemente, transformar as condições sociais. (...) Essa luta apoiada pela Internet sobre os limites da comunicação não é um fetiche tecnológico, mas constitui uma ação política 'real'” (2007, p. 58)

Outras configurações estruturais inerentes ao espaço virtual servem tanto como oferta quanto como restrição à atividade democrática deliberativa. Papacharissi relata que

Apesar de todos os participantes on-line terem o mesmo acesso à informação e à expressão de opinião, o discurso ainda é dominado por poucos. Além disso, nem todas as informações disponíveis na Internet são democráticas ou promovem a democracia; por exemplo, os grupos de supremacia branca geralmente possuem alguns dos sites mais inteligentes e antidemocráticos. No entanto, esse comentário em particular não deve ser mal interpretado. Os princípios democráticos fundamentais garantem a livre expressão de opinião. Enquanto sites que defendem abertamente a discriminação com base na raça ou etnia exercem o direito à liberdade de expressão, certamente não promovem ideais democráticos de igualdade. (2002, p. 14)

Lembra a autora, com propriedade, que o acesso a maior quantidade de informações não implica, necessariamente, cidadãos mais bem informados e preparados para uma maior atividade política. Embora o acesso à informação seja uma ferramenta útil, o potencial democratizante da Internet, para ela, depende de fatores adicionais. A falta de comprometimento sólido, diz Papacharissi, pode negar o verdadeiro potencial da Internet como esfera pública (Ibid., p. 21).

Nesse sentido Dahlgren (2015, p. 38) declara que a esfera pública baseada na web oferece oportunidades de participação, mas elas se inclinam fortemente para o comunicativo e expressivo, e não para o instrumental. Para o autor a participação a longo prazo se torna menos eficaz do que o desejado. “Por uma questão de subjetividade política, identidade e eficácia, parece que a atividade política on-line precisa ser complementada por uma maior parte da antiquada face a face à conectividade que cada vez mais a substitui”, diz.

Papacharissi (2002, p. 20) sustenta que as tecnologias relacionadas à Internet certamente podem ajudar a conectar, motivar e organizar discordâncias. Porém, argumenta a autora, ainda que ela possa oferecer ferramentas adicionais, isso não é suficiente para transpor estruturas políticas e econômicas sedimentadas há séculos. E diz que “infelizmente, a fé cega na mídia da informação não é suficiente para efetuar as mudanças sociais necessárias para uma esfera pública mais robusta e justa”, lembrando que, ainda que os comentários dos leitores possam deixar os grandes conglomerados midiáticos com a sensação de que está-se formando uma democracia bem polida, é preciso questionar e estudar a fundo esse tipo de interação, a fim de discernir melhor se ele representa a realidade ou apenas substitui o engajamento cívico genuíno (Ibid., p. 17).

4.2 Democracia deliberativa e suas condições

Para analisar as condições que a Internet oferece às práticas deliberativas é preciso, inicialmente, invocar o próprio conceito de democracia sob o ponto de vista do diálogo. Assim explicam Ruiz et al. (2010, p.8) que os gregos, precursores do sistema político, descobrem ser a liberdade de falar o cerne da democracia. Tal liberdade, entretanto, só existe na conversa, porque essa liberdade só pode ser concebida, e só é possível, como “a liberdade de falar um com o outro”. Da palavra brota a política, pois esta é o seu fundamento. Porém só podemos ser políticos se conseguirmos nos colocar sob o ponto de vista do outro, como preconiza Kant. Os autores preconizam ainda que a conversa é, em resumo, um método de pensamento, o fluxo pelo qual transita o curso das ideias. Através da evolução político-democrática a conversa é institucionalizada e transmutada em opinião pública para vincular a opinião do cidadão, a comunicação e a democracia. Desde então a conversa, como lembra Habermas, se espalha sem parar pelos corredores e outros espaços sociais que atuavam como tubos de ensaio para uma nova sociabilidade.

O modelo de democracia deliberativa vem sendo estudado ao longo de décadas, desde sua concepção no século XX. Habermas (2003, p. 29) estabeleceu a noção de deliberação pública a partir do pensamento de que as discussões, em um contexto de esfera pública, deveriam se realizar de uma forma argumentativa, e dividiu-a em parâmetros, conforme abaixo:

a). As deliberações realizam-se de forma argumentativa e, portanto, através da troca regulada de informações e argumentos entre as partes, que recolhem e examinam criticamente propostas;

b). As deliberações são inclusivas e públicas. Em princípio ninguém deve ser excluído, pois todos os possíveis interessados nas decisões têm iguais chances de acesso e de participação;

c). As deliberações são livres de coerções externas. Os participantes são soberanos na medida em que estão submetidos apenas aos pressupostos da comunicação e às regras do procedimento argumentativo;

d). As deliberações também são livres de coerções internas que poderiam colocar em risco a situação de igualdade dos participantes. Cada um tem as mesmas chances de ser ouvido, de apresentar temas, de dar contribuições, de fazer propostas e de criticar. Tomadas de posição em termos de sim/não são movidas exclusivamente pela força não coativa do melhor argumento.

Dessa forma, a política democrática deliberativa, tal como pensa Habermas, assenta sua principal preocupação em estabelecer princípios “formais de interação capazes de assegurar a legitimidade das normas e garantir alternativas capazes de articular os conflitos típicos das sociedades complexas pluralistas, marcadas pela presença de numerosas pretensões de validade contraditórias e pela diversificação de necessidades e de identidades” (Correia, 2010, p. 77).

Sobre tal aspecto acrescenta Carpentier (2012, p. 168) que o modelo de democracia deliberativa tenta reequilibrar os aspectos participativos e representativos da democracia, em especial através da comunicação, conceituando-se democracia deliberativa como “a prática de tomada de decisão entre cidadãos considerados livres e iguais” (Elster, 1998). Por sua vez Winkler (2002, p. 3) remete a ideia de democracia deliberativa à condição de preparação e disposição dos indivíduos a serem movidos pela razão. Para o autor a deliberação acontece quando os cidadãos admitem mudar suas opiniões e preferências como resultado da reflexão induzida pela comunicação livre e democrática.

Hoje, inserida no contexto político de comunicação e como potencial agente de influência sobre a geopolítica, a economia, os modelos sociais e a dinâmica de cada sociedade, a Internet é objeto de pesquisas sobre suas prerrogativas democráticas e deliberativas. O debate continua com posicionamentos múltiplos acerca de seus atributos tanto expansionistas quanto reducionistas, formando um espectro dual de características heterogêneas e carentes de aprofundada compreensão.

Graham (2009, p. 2) descreve a ligação entre a teoria da democracia deliberativa e a prática de fóruns on-line como objeto de literatura emergente. E questiona “em que medida os

fóruns políticos on-line atuais correspondem à noção ideal da esfera pública defendida por Habermas e outros democratas deliberativos”. O mesmo Graham, juntamente com Witscheg, em 2003, reivindica como essencial para a prática deliberativa que a deliberação envolva um debate crítico-racional. E citam Dahlberg (2001b:2), para quem “a deliberação envolve incluir-se em críticas recíprocas de posições normativas que são fornecidas com razões e, portanto, são criticáveis, estão abertas à crítica e não dogmaticamente. ”

Dahlgren (2006, p. 28) considera as noções de Habermas sobre racionalidade comunicativa como que fundamentos da democracia deliberativa, mas faz ressalvas quanto ao que seria uma valorização exacerbada da razão em detrimento da emoção. A racionalidade está inserida no rótulo da concepção habermasiana de democracia deliberativa que, de acordo com Dahlgren, combina elementos de teoria política com perspectivas sobre a comunicação. Porém, avalia o autor, outros estudos vêm acrescentando elementos também importantes para o desenvolvimento desse conceito.

Dahlberg (2004, p. 29) explica a análise pragmática formal de Habermas sobre comunicação como o processo em que todo participante tenta empreender uma racionalidade comunicativa referindo-se, obrigatoriamente, a um número de pressuposições idealizadas. A elaboração dessas idealizações, como parte de sua concepção de raciocínio lógico, garante um conjunto de condições normativas da esfera pública. Lévy (1999), por sua vez, entende como um requisito básico para um diálogo deliberativo não apenas o que é dito, mas de que forma é dito. O autor lista o respeito pelo pensamento alheio, o pluralismo e a tolerância como condicionantes essenciais para o pleno exercício democrático.

Dahlberg, em 2011, defende que a democracia deve ser baseada no consenso deliberadamente constituído, e não na agregação de interesses instrumentais independentes. O consenso - opinião pública racional - é visto como a força motriz por trás da deliberação, embora a validade democrática de tal consenso seja entendida como garantida apenas através da estreita adesão a critérios idealizados de deliberação, incluindo reflexividade, reciprocidade e inclusão. Os democratas deliberativos acreditam que esses critérios devam ser inerentes à comunicação cotidiana, no sentido de alcançar entendimento, ou podem ser alargados a partir dos ideais essenciais das culturas democráticas existentes (p. 860). Como sustenta Barber (1984, p. 178) a deliberação requer “ouvir e falar, sentir, pensar e agir, bem como refletir. (...) A conversa é o principal mecanismo pelo qual podemos testar novamente e, portanto, retomar nossas convicções, o que significa que uma democracia que não institucionaliza a conversa logo ficará sem cidadãos autônomos” (Ibid., p. 190). Com outras palavras concorda Winkler (2002, p. 5),

para quem a deliberação pública deve ser parte integrante de qualquer democracia, visto que a democracia não funciona e não pode funcionar sem debates políticos na esfera cívica.

Assim reiteram Graham & Witschge (2003, p. 178) que o debate crítico-racional deve perseguir a coerência e a continuidade. A coerência, segundo os autores, demanda de todos os envolvidos no processo a assunção de um nível de comprometimento com os problemas em discussão no sentido de manter as conversações até que haja consenso entre as partes, consenso este deliberadamente acordado para o bem de toda a coletividade. “Em suma”, afirmam Graham & Witschge, “o processo de debate crítico-racional requer quatro atributos: reivindicações de validade fundamentadas e justificadas, avaliação crítica de reivindicações de validade, comprometimento com a coerência e comprometimento com a continuidade” (Ibid., p. 178).

A partir do pensamento habermasiano tem-se então que a deliberação pública deve estabelecer-se em alicerces de comunicação aptos à articulação do discurso institucional com os anseios cívicos das sociedades, expressados a partir de suas manifestações, e constituídos de forma fragmentada em espaços públicos parciais que integram uma só rede, esta periférica em relação às instituições políticas (Correia, 2010, p. 77). Tais alicerces, no entendimento de Schneider (1997), se constituem nas 'quatro dimensões que incorporam o espírito da esfera pública idealizada', quais sejam, igualdade, diversidade, reciprocidade e qualidade. Como resume Winkler (2002, p. 4-16) a deliberação cívica é significativa para uma democracia vívida, pois ajuda a fortalecer a confiança dos povos nas instituições públicas, e ocorre quando:

- Questões políticas podem ser discutidas longamente;
- O processo de comunicação entre os participantes oferece espaço para reflexão;
- Opiniões e argumentos estão abertos a críticas e testes públicos.

Inspirado na teoria habermasiana, Dahlberg (2007, p. 49) preconiza que, para um ambiente de pleno exercício da esfera pública deliberativa, é preciso promover o estabelecimento de uma norma geral, em relação à qual deve haver identificação. Tal norma, na visão do autor, envolve deliberação racional-crítica sobre reivindicações de validade disputadas, com o objetivo de alcançar entendimento e concordância. Essa comunicação racional-crítica, segundo ele, deve incluir, idealmente, os seguintes elementos: (2001, p. 623)

- Inclusão discursiva e igualdade no diálogo e na interação;
- Autonomia do estado e poder econômico – a interação deve acontecer entre cidadãos no reconhecimento de sua legitimidade, e livre do domínio de poderes econômicos ou políticos;

- Sinceridade – os participantes devem se esforçar para serem sinceros em suas opiniões, anseios, demandas e interesses;
- Reflexividade – os participantes devem examinar a demanda do outro colocando-se no lugar dele, exercendo empatia e reconstituindo sua identidade a partir do pensamento crítico;
- Respeito - os participantes devem se esforçar para compreender determinada colocação da perspectiva do outro. Para isso é preciso assumir um compromisso de considerar positivamente as diferenças, e ouvir o outro de forma respeitosa;
- Raciocínio lógico – os participantes devem defender seus argumentos de forma fundamentada, e não simplesmente afirmadas sem embasamento lógico sustentado por fontes de conhecimento.

Graham (2015, p. 11) concorda com Dahlberg no tocante ao primeiro item, esclarecendo que igualdade discursiva não deve ser confundida com inclusão (ou seja, acesso ao debate), mas refere-se à alegação normativa de que todos os participantes são iguais, que tenham iguais oportunidades de expressarem suas opiniões e questionarem as dos outros, e que se respeitem e se reconheçam como tendo cada um voz igual e permanente dentro deste processo.

Dahlberg não inclui em sua lista o critério de reciprocidade preconizado por Graham (2002) e Schneider (1997), e que entendemos como fundamental para a análise da comunicação crítica-racional. Enquanto o primeiro define reciprocidade como "a aceitação (ouvir, ler) da alegação ou razão de outra pessoa e dar uma resposta", o segundo diz ser este um critério que "refere-se à noção de que as pessoas estão envolvidas em conversas entre si e que suas mensagens são refletidas e discutidas por outras pessoas" (Janssen & Kies, 2004, p. 13). Já Graham & Witschge (2003, p. 178) concebem reciprocidade como "como dar e receber reivindicações, argumentos e críticas de validade entre os participantes, representando assim o primeiro nível no processo de entendimento. " Os autores concordam com os critérios de reflexividade e sinceridade de Dahlberg, e acrescentam conceitos como igualdade, liberdade e empatia enquanto elementos de fundamental associação com a esfera pública deliberativa plena. Eles separam reflexividade de empatia, entendendo a primeira como o processo interno de reflexão sobre a reivindicação ou razão de uma pessoa contra a própria reivindicação ou razão, e por empatia o processo de tentar de se colocar no lugar do outro (Ibid., p. 176).

De acordo com Dahlberg (2001, p. 620), os democratas deliberativos argumentam que um modelo de democracia 'forte' exige uma esfera pública de discurso crítico-racional. É necessária uma deliberação reflexiva para que os indivíduos que se interessam por si mesmos

sejam transformados em cidadãos orientados para o público e desenvolvam opinião pública que possa alimentar processos formais de tomada de decisão. O autor analisa com entusiasmo a visão dos democratas deliberativos com relação ao ciberespaço. Ele relata que, na visão dessa corrente política, existem muitos espaços de discurso on-line que podem ser vistos como uma extensão da esfera pública, a exemplo dos sites políticos individualistas, fóruns de interação pública informal, listas de e-mail, quadros da web e grupos de bate-papo em que os participantes entram em um debate crítico-racional.

Tal entendimento contraria, de certa forma, o pensamento de Graham (2015, p. 6) para quem espaços não-oficiais dificilmente se vinculam a agendas ou resultados formais, argumentando que as discussões políticas surgidas nesses ambientes assumem um caráter essencial de espontaneidade, sem compromisso com a deliberação formal direcionada para providências e tomadas de decisão, sendo somente de natureza expressiva. No entanto, é mister ressaltar que o autor não considera a conversa política cotidiana totalmente sem sentido simplesmente por não levar a uma ação política imediata ou direta. Pelo contrário, diz ele, “há um crescente corpo de evidências que sugere que falar sobre política pode aumentar os níveis de conhecimento político, engajamento cívico, exposição e tolerância a perspectivas divergentes, e facilitar a mudança de preferências.”

Nesse aspecto importa-nos replicar entendermos o ciberespaço como lugar de fala popular que, embora não expressamente representativa do ponto de vista institucional, reúne amplas condições de exercer influência e pressão sobre os órgãos públicos, colaborando indiretamente para o exercício de uma democracia deliberativa. O questionamento de nossa pesquisa procura dar sentido à hipótese de que a web poderia ser considerada um espaço para deliberação informal, a exemplo dos movimentos políticos nascidos e levados a termo a partir da interação e integração de cidadãos no ambiente digital. Como diz Graham (Ibid., p. 6), através dessa conversa os cidadãos podem alcançar entendimento mútuo sobre si mesmos e sobre os problemas políticos e sociais que enfrentam. Para ele, “é a teia de conversas políticas informais conduzidas ao longo do tempo e entre a multidão de níveis e espaços o que fomenta a opinião pública, preparando os cidadãos e o sistema político para a ação política.”

Hoje os blogs e as redes sociais dominam o espaço público virtual e abrem um vasto campo para a criação de comunidades politicamente ativas. E os comentários em sites jornalísticos fornecem complexos e ricos dados a respeito do público que interage e que, de certo modo, influencia a esfera pública digital em suas opiniões, interações e ideologias. Porém diz ainda Dahlberg (2001, p. 622) que, embora a combinação de notícias atualizadas com fóruns

de discussão permita a atividade da deliberação fundamentada, infelizmente as empresas de mídia não são os patrocinadores mais adequados para o diálogo democrático, pois suas ambições de lucro tendem a inibir a deliberação racional-crítica. O autor explica que a marginalização das deliberações crítico-rationais on-line ocorre quando o consumismo e a interferência de agentes políticos e econômicos domina a participação civil e a interação livre dos cidadãos (Ibid., p. 628).

Dahlberg (2007, p. 47) diz ainda que, em termos de práticas cívicas informais, os defensores da teoria da democracia deliberativa pública veem a Internet como um meio para a expansão da deliberação cidadã, levando à formação de uma opinião pública racional a ser considerada pelos tomadores de decisão autorizados. Porém Graham e Witschge (2003, p. 179) lembram um aspecto importante dentro da complexidade do processo deliberativo: o de que este envolve não apenas uma interação do processo social entre indivíduos, mas também um processo interno (psicológico), refletindo, modelando e construindo o que se faz mentalmente como resultado de interações sociais com os indivíduos.

Trata-se assim, ao nosso ver, de um desafio pessoal e social que não se resume ao cumprimento mecânico de requisitos para o alcance de resoluções comuns, mas envolve a prática da disposição de colocar-se no lugar do outro, de ouvir, de se dispor, ou seja, racional e também emocionalmente, para a compreensão. Em resumo, um processo que demanda a prática constante no sentido do aprimoramento e do desenvolvimento do próprio exercício de cidadania e consciência de coletividade.

Assim chega-se ao pensamento de Dahlgren (2006, p. 29), que vai além da lógica racional e crítica sobre a prática deliberativa, e busca complementar essa visão, encarada por ele como parcial, sob o argumento de que emoção e afeto são ingredientes inerentes à dinâmica humana do discurso e da interação pública. Nesse sentido ele elenca como objetivos da democracia deliberativa resultar em decisões vinculativas, enfatizando que essas decisões não podem ser jamais fechadas mas, em princípio, sempre reversíveis e passíveis de diálogo constante; apoiar a legitimidade das decisões tomadas e fomentar a vitalidade das instituições democráticas; trabalhar no sentido de gerar respeito mútuo, principalmente em situações em que pontos de vista morais fundamentais estão em conflito, promovendo assim a racionalidade prática na política; expandir o campo da argumentação, assumindo que os oponentes aprenderão uns com os outros e alargarão seus horizontes; otimizar as possibilidades de diálogo, especialmente nas situações em que existem opiniões divergentes, onde o consenso não é

provável e o compromisso é o melhor que se pode esperar - onde os parceiros podem chegar a soluções aceitáveis via conversação, sem ter que desistir dos valores morais fundamentais.

Concorda com uma visão mais ampla do debate democrático-deliberativo Correia (2016, p. 18), ao defender que a política institucional e tradicional como forma organizada de racionalizar as sociedades está sendo reconfigurada, encorajando atitudes de espontaneidade que rompem com a ortodoxia em relação à racionalidade, e unindo o racional ao lúdico e ao afeto. Segundo o autor

preparar as respostas para este novo universo mais líquido e fugaz constitui um desafio para a construção de formas de literacia mediática atentas aos novos dispositivos e aos seus usos por parte de novos atores sociais. Um uso que é mais descentrado e liquefeito, mais ligado ao mundo da vida e menos às práticas institucionais tradicionais, que é ainda portador de incógnitas quanto à sua efetividade, mas que é parte substancial para a construção dos significados na ação política cotidiana (Ibid., p. 18).

Entre suas pesquisas Dahlgren destaca Hall e seu livro “O problema com a paixão”, sustentando que

estar envolvido em algo sinaliza não apenas atenção cognitiva e alguma postura normativa, mas também um investimento afetivo. O envolvimento na política envolve algum tipo de paixão. Dados todos os obstáculos que existem para a realização da cidadania alcançada, dadas todas as barreiras a serem superadas antes que as pessoas entrem em discussões políticas ou tomem medidas políticas, seríamos tolos em negar o papel indispensável do lado afetivo do envolvimento cívico (2006, p. 25).

Dahlgren determina que a paixão e a razão estão, conforme diz Hall (2005, p. 15-16), “inexoravelmente ligadas entre si”, e que a visão tradicional do exercício democrático subestima esse componente presente na comunicação humana. O autor cita a concepção de Hall sobre paixão para endossar seu pensamento de que as paixões têm suas razões. Assim, Hall (Ibid., p. 16) diz que a paixão é em algum nível: “primeiro, um conceito de interpretação da natureza e das qualidades do objeto; segundo, um julgamento de que o objeto é valioso de alguma maneira; e terceiro, uma intenção de buscar o valor desse objeto na vida de alguém.” Assim, continua Dahlgren (Ibid., p. 26),

a paixão não é cega, envolve uma visão do bem, algo a ser alcançado, algo pelo qual se esforçar e, frequentemente, também envolve alguma noção de como alcançar esse bem. Se a visão ou o objeto é realmente obtenível ou nem sempre permanece uma questão de debate democrático. Além disso, as razões geralmente incorporam paixões: especialmente em questões sociais e políticas, valores, argumentos, ideologias etc., podem ser mantidos com muita força.

A compreensão de Dahlgren e Hall corrobora, de certa forma, o cenário que vislumbramos diante dos comentários de leitores on-line. Embora o debate sobre esse canal de comunicação como participante de uma provável esfera pública virtual permaneça sem resposta definitiva, é possível vislumbrar nos discursos emocionais dos comentários os elementos necessários à sua classificação como componentes de um horizonte democrático, vis a vis suas colocações oriundas de afeto e direcionadas, em muitos exemplos, ao objetivo de contribuir para o bem comum. Sobre esse cenário acreditam Ruiz et al. que, no setor de informação, o fenômeno dos comentários se traduz em públicos cada vez mais fragmentados e voláteis, recebendo inúmeros estímulos e geralmente impacientes e ansiosos (2010, p. 11).

Todavia o pensamento de Dahlgren e Hall se contrapõe, de alguma forma, ao de Winkler (2002, p. 4) quando ele diz que o processo de comunicação deliberativa sobre questões políticas parece bastante direto: opiniões e declarações estão sujeitas a escrutínio público para validação ou, de outra forma: os cidadãos discutem, validam e criticam publicamente o ponto de vista dos outros. Assim, a deliberação pode ser considerada como um tipo especial de comunicação: desapassionado, racional e lógico. Winkler (Ibid., p.8) sugere que a racionalidade envolve um raciocínio cognitivo adequado, e que permite às pessoas resolverem problemas efetivamente por meio da interação social. A racionalidade, para o autor, deve evitar que interesses ou argumentos privados que não resultem em discussões produtivas e eficazes entre os cidadãos invadam o discurso político na esfera pública, embora ele admita que os argumentos fundamentados possam ser acompanhados por elementos emocionais ou irônicos. De todo o modo são visões distintas dos processos deliberativos, considerações assíncronas que, de certo modo, complementam a problematização do tema, e sobre a qual as pesquisas se debruçam continuamente.

Dahlgren considera que é através de conversas flexíveis e populares que o político pode ser gerado, que os laços entre o pessoal e o político podem ser estabelecidos. O relaxamento, a abertura do diálogo cotidiano, sua criatividade, o potencial de empatia e os elementos afetivos são indispensáveis para a vitalidade da política democrática (2006, p. 30). E cita o pensamento de Barber (1984) para quem, mesmo que no processo de interação entre os cidadãos possa faltar conhecimento profundo e opiniões bem embasadas, este é crucial para manter o senso de identidade cívica, e consequentemente gerar uma vontade coletiva. (Ibid., p. 30).

Em um certo sentido Dahlberg (2007, p. 52) concorda com Dahlgren. Suas investigações o levaram à descoberta de que a concepção estritamente crítico-racional de esfera pública é conflitante em relação às reivindicações democráticas em vários aspectos. A crítica

mais forte é de que a base comunicativa racional-crítica da esfera pública deliberativa oferece uma concepção excessivamente racionalista que, apesar das alegações de que dá margem à diferença e produz soberania pública, falha em teorizar adequadamente as relações de poder na deliberação, levando ao apoio a exclusões e dominação do status quo.

As análises de Dahlberg, assim, não o levaram a conclusões mais otimistas. O autor narra que as pesquisas investigadas sugerem inferências cautelosas sobre as condições da Internet como facilitadora da democracia deliberativa. Nesse sentido ele afirma que,

embora sites e experimentos específicos tenham demonstrado promover a deliberação, o contexto social do desenvolvimento e uso da Internet está direcionando as políticas on-line para a competição pluralista de grupos de interesse e a participação individualista. O sentimento geral é de que, como estão as coisas, o futuro da política da Internet não será a forte democracia do modelo deliberativo, mas a 'política como de costume': distorção e coerção ideológica, retórica partidária, enclaves dogmáticos, rupturas ativistas e conflitos desestabilizadores (2007, p. 50).

Porém ele acena com alternativas para o sombrio quadro que pinta. Elas são, de acordo com sua narrativa, invocadas pelos democratas deliberativos, defensores da deliberação on-line: que universidades, organizações cívicas e governos desenvolvam espaços públicos deliberativos on-line para iniciativas de políticas governamentais que limitem a colonização estatal e corporativa da política on-line, incentivando a deliberação do cidadão. De fato, pesquisa realizada por Silva, em 2015, junto a comentaristas on-line e moderadores de sites de notícia, mostrou que os comentários de notícias on-line são um espaço dinâmico de troca de ideias e argumentos, e que os próprios jornalistas reconhecem seu potencial de cumprimento de práticas deliberativas quando do envolvimento dos leitores em discussões de questões públicas (p.33).

Dahlgren (op. cit., p. 28) acredita que novas práticas e tradições podem e devem evoluir para garantir que a democracia não fique estagnada em relação às oportunidades oferecidas pelas novas mídias. O autor vê a carência de práticas, habilidades e tradições cívicas como um obstáculo para muitos cidadãos e sociedades no caminho para a evolução em direção a um caráter democrático deliberativo. E sugere que as habilidades se desenvolvam por meio de práticas, mobilizando paixão e engajamento, e promovendo, assim, um senso de empoderamento da agência cívica.

De todo o modo parece unânime a narrativa de que, para que haja o pleno funcionamento de uma esfera pública, é necessário assumir, por todas as partes, o compromisso de soberania

do interesse público, sendo esta central para toda e qualquer esfera pública democrático-deliberativa (Dahlberg, 2007, p. 50). Para o autor

não há dúvida de que a Internet está possibilitando e estendendo a deliberação, a articulação e a contestação contrárias ao público dos discursos dominantes que definem os limites da esfera pública dominante. Ao mesmo tempo, a Internet facilita o poder administrativo, os fluxos de capital, as lógicas liberais do consumidor e a extensão de todos os tipos de elementos conservadores e reacionários. Como enfatizado pelos comentaristas agonísticos, a Internet é um terreno contestado (Ibid., p. 59).

Dahlgren descreve o entendimento de deliberação por Habermas como um manifesto estritamente imparcial, ou seja, de que todos os participantes devem ver além de seus interesses particulares, estando abertos a todos os pontos de vista e aliados aos melhores argumentos. Hoje, diz ele, uma queixa comum de pesquisadores se concentra no que pode ser visto como caráter racional excessivo que esse discurso deve ter: “a visão formal-racional do discurso que Habermas e outros proponentes usam contrasta com outras visões mais multidimensionais da deliberação ” (2005, p. 30).

Nesse sentido o autor acrescenta a paixão, o sentimento de intenso entusiasmo como elemento também indispensável para a motivação e o engajamento na democracia deliberativa. Para ele a condição de imparcialidade total entre participantes de uma discussão está distante do real, pois os envolvidos em conflitos políticos tendem a se comportar de maneira antagônica à neutralidade, apenas em busca de uma verdade desapaixonada ou altruísta. E sustenta que eles podem, e porque não poderiam, apresentar diferenças de valores fundamentais que impedem essa intersubjetividade.

Como diz Dahlberg (2007, p. 52), há um consenso teórico deliberativo em torno da ideia de que a instituição de qualquer norma incentivará a constituição de sujeitos, de alguma maneira. Contudo também se argumenta que as normas podem ser mais ou menos normalizadoras e opressivas, mais ou menos intensificadoras da liberdade e democráticas, e que uma norma deliberativa da esfera pública deve incentivar a democracia e não a coerção.

Dessa forma a questão que se coloca diz respeito à seguinte hipótese: teriam os comentários on-line, a exemplo dos analisados na presente pesquisa, ou seja, do G1, a prerrogativa de serem avalizados como otimizadores das práticas deliberativas no âmbito do ciberespaço? Seriam a paixão e o discurso emotivo mais um elemento do exercício democrático contemporâneo, juntamente com a razão, a reciprocidade, o respeito, a empatia e a reflexividade, conceitos preconizados por Habermas em sua teoria sobre a democracia

deliberativa? E quando a paixão se revolta e transforma os discursos de retóricas argumentativas em discursos de ódio e intolerância? De que forma o espaço virtual poderia se opor aos extremismos em suas regras de convivência, e permitir que os sentimentos e as emoções positivas se engajem no caminho para um exercício democrático saudável e produtivo?

Se nos sustentarmos sobre as assertivas de Dahlgren podemos, sim, reputar os comentários on-line como agregados do contexto democrático no ciberespaço. Em seu raciocínio o autor argumenta que a teoria ortodoxa preconiza que a democracia deliberativa como discussão política significativa só pode ocorrer se todos os participantes estiverem em pé de igualdade, isto é, se respeitarem uma perspectiva pluralista e a reciprocidade prevalecer. Porém ele aponta justamente aí o problema, alegando ser difícil ver esses como pré-requisitos obrigatórios para uma discussão nivelada, e que a própria discussão se ajusta em suas bases. Reciprocidade e igualdade, para o autor, são ideais a serem combatidos, e não requeridos, simplesmente porque a deliberação em si não consegue atingir suas próprias pré-condições, sob pena de minar sua dimensão universalista, isto é, a de que a democracia deliberativa repousa sobre um fundamento, por definição, disponível para todos. “Isso não significa”, diz Dahlgren, “que devemos descartar conceitos normativos como igualdade, cidadania ou liberdade enquanto princípios, mas entender que, no mundo real, eles são contingentes e provisórios, e devem ser investigados sobre como funcionam em circunstâncias específicas” (Ibid., p. 31).

Embora a ênfase na paixão e na emoção defendida pelo pensamento de Dahlgren não devesse, como recomenda sua teoria, estimular o individualismo, na prática pode levar a entendimentos difusos e distantes do coletivo, aproximando o sectarismo da esfera pública democrática e provocando o distanciamento da deliberação. Essa é uma problematização complexa, e para a qual ainda não existem respostas precisas. O que podemos observar são as várias nuances do intrincado mecanismo social em que estamos inseridos, e tentar acolher o máximo de argumentos possíveis para o pleno exercício do debate público.

Nesse sentido Dahlberg (2007, p. 50) sugere a valorização do respeito à diversidade como complemento à igual necessidade de uma forte democracia em uma esfera pública de deliberação racional-crítica. Essa deliberação, diz o autor, “é um processo performativo intersubjetivo que envolve a transformação de egos de orientação privada em 'cidadãos' de orientação pública e posições pré-deliberativas em opiniões públicas críticas e reflexivas.” Para ele, os comentários e pesquisas deliberativos da esfera pública enfocam a extensão e a qualidade da deliberação racional, conforme operacionalmente diversificada, sendo promovida

por espaços comunicativos. Assim a deliberação é encarada em sua dependência do posicionamento social, cultural e político dos participantes, da forma de mediação empregada, da distribuição do capital social, cultural e econômico relevante para apoiar a comunicação racional, e do grau de autonomia da interação do cidadão com a influência instrumentalizadora dos sistemas estatais e econômicos (Ibid., p. 50).

É importante ainda citar que Dahlberg pretende, em sua concepção acerca do tema, enfatizar o objetivo de apoiar contra públicos e a atitude de contestação não para simplesmente trazer vozes excluídas para a esfera pública em geral mas, em vez disso, contestar os limites discursivamente definidos das principais deliberações da esfera pública (Ibid., p. 60). O que a ele mais importa é ressaltar a necessidade do fluxo livre dos discursos dos tradicionalmente excluídos, aqui chamados de contra públicos, e a liberdade de suas atividades de contestação on e off-line, a fim de que a esfera pública presente possa efetivamente ser concebida como componente de um contexto democrático-deliberativo.

5 Da Pesquisa e seus Resultados

“Porque um texto é uma realidade estruturada, no interior do qual o lugar dos elementos é mais importante do que os seus números.”⁴

Este capítulo se detém sobre a pesquisa empírica realizada no presente estudo, reunindo dados dos comentários do G1 colhidos no período de julho de 2019 a março de 2020. A análise do conteúdo pesquisado incluiu o modo qualitativo e o modo quantitativo na pesquisa. Conforme Bardin (1977, p. 21), a análise qualitativa se traduz na “frequência ou ausência de dada característica de um conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração.” Com relação à análise quantitativa, os dados recolhidos buscam apontar a frequência com que surgem certas características do conteúdo.

Bardin (Ibid., p.21) lembra as duas classificações da análise de conteúdo dentro da perspectiva epistemológica: uma, a classificação representacional da comunicação, que revela o conteúdo expresso pelos itens léxicos presentes na mensagem, ou seja, a partir das palavras utilizadas, e a outra, instrumental, que considera os códigos intrínsecos à mensagem, e não o que ela diz à primeira vista.

A autora reconhece que, embora a análise de conteúdo não opere milagres no que se refere à codificação do que está por trás, em termos culturais, pessoais e sociológicos a uma mensagem, contribui para o rompimento com a leitura simplista do real, forja conceitos operatórios, aceita o caráter provisório de hipóteses e define planos experimentais ou de investigação (Ibid., p. 28).

Bardin conceitua a análise de conteúdo como “o conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Ibid, p. 38). Entre seus objetivos a autora cita a possibilidade de ultrapassagem da incerteza sobre os meandros ideológicos, psicológicos e sociológicos contidos em uma determinada mensagem e o enriquecimento da leitura. Porém, é mister lembrar que tais objetivos podem ser alcançados de forma pragmática, não implicando verdade absoluta e inquestionável, em face do caráter sutil da análise de conteúdo e das inúmeras variáveis temporais e espaciais que envolvem o momento e a estrutura operacional em que ela é feita.

⁴ Burgelin, 1968

Para Bengtsson (2016, p. 8) o objetivo da análise de conteúdo é organizar e extrair significado dos dados coletados e desenhar realistas conclusões dele. O pesquisador deve escolher se a análise deve ser de uma superfície de ampla estrutura (uma análise manifesta) ou de uma estrutura profunda (uma análise latente). A autora considera que o que se deseja com a análise de conteúdo é colocar em evidência as avaliações dos comentaristas – opiniões, julgamentos, tomadas de decisão ou não – a exemplo da presente pesquisa, que busca inferir, empiricamente, sobre as condições de participação dos comentários do G1 em um ambiente de potencial esfera pública.

Bardin (1977, p. 30) ressalta ainda as funções da análise de conteúdo, quais sejam, a função heurística, que potencializa a propensão à descoberta daquilo que se esconde por trás da mensagem, e a função de administração da prova, na qual as hipóteses podem ser confirmadas ou infirmadas de acordo com a análise sistemática do conteúdo de uma mensagem. Lembra a autora que a análise de conteúdo é um método extremamente empírico, dependente do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Com esse ponto de vista concorda Bengtsson (2016, p. 8), para quem vários métodos de análise podem ser aplicados na pesquisa qualitativa, a exemplo da fenomenologia, hermenêutica, teoria fundamentada, etnografia, análise fenomenográfica e de conteúdo. “A análise qualitativa de conteúdo não está vinculada a nenhuma ciência específica e existem menos regras a seguir”, diz a autora. Portanto, para Bengtsson, o risco de desentendimentos em questões sobre conceitos e discussões filosóficas é reduzido. O que importa, fundamentalmente, é que, durante todo o processo, o pesquisador deve aderir a uma perspectiva qualitativa, e a questão principal é alcançar o rigor e a credibilidade que tornem os resultados o mais confiável possível. Nesse sentido, diz, “um pesquisador deve criar o melhor desenho possível do estudo, através de um planejamento preciso e atencioso, com base nas circunstâncias existentes, e identificando os recursos disponíveis” (Ibid., p. 8).

A sistematização dos tipos de comunicação, em um primeiro momento, obedece aos critérios básicos de quantidade de pessoas implicadas na comunicação e a natureza do código e do suporte da mensagem (Bardin, 1977, p. 33). No caso em tela o código presente na comunicação é linguístico e escrito, suportado em um ambiente de divulgação de fatos noticiosos na ferramenta Internet. A descrição analítica prevê, nesse contexto, o tratamento da informação contida na mensagem. Tal processo envolve a análise dos significantes, como a análise temática, ou dos significados, como a análise léxica.

As intenções da análise de conteúdo, segundo Bardin (Ibid., p. 38) incluem as “inferências de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente de recepção), inferência essa que recorre a indicadores, quantitativos ou não. ” Assim, os fundamentos da análise de conteúdo residem nas condições de produção de um texto ou de uma mensagem, condições essas articuladas sobre a análise da superfície do texto e dos fatores que determinam essas características, considerando-se como condições de produção as variáveis psicológicas e sociológicas de um emissor, as variáveis relativas à situação da comunicação e ao contexto de produção da mensagem. A análise de conteúdo, portanto, e diferentemente da linguística, está interessada no que é dito através da língua (Bardin, 1977, p. 44).

No entender de Bengtsson (2016, p. 13) não há consenso sobre quais conceitos devem ser usados nem sobre como melhor julgar a qualidade da pesquisa baseada em análise de conteúdo. A autora preconiza que os cientistas podem ser divididos em dois grupos: aqueles que debatem o uso dos mesmos critérios e conceitos para a pesquisa quantitativa - validade, confiabilidade e generalização – e aqueles que acreditam que é necessário um conjunto diferente de critérios e conceitos, como credibilidade, confiabilidade, transferibilidade e confirmabilidade, de modo a poder transferir as sentenças para unidades de significação e com capacidade de ser confirmada.

De acordo ainda com Bengtsson (2016, p. 9-10), em qualquer pesquisa é essencial começar esclarecendo o que o pesquisador quer descobrir, de quem e como. O objetivo pode ser de natureza descritiva ou exploratória com base em raciocínio indutivo ou dedutivo. O raciocínio indutivo é o processo de desenvolvimento de conclusões a partir dos dados coletados, unindo os dois parâmetros para alcançar um conjunto de novas informações sobre o tema. O pesquisador analisa o texto com uma mente aberta, a fim de identificar assuntos significativos, respondendo à pergunta da pesquisa. O raciocínio dedutivo é o oposto. Aqui, o pesquisador procura informações pré-determinadas, e busca por sujeitos que testem hipóteses ou princípios. Por esta concepção entende-se ser a presente pesquisa elaborada a partir de um raciocínio indutivo, através do qual pretende-se formular inferências com base em observações feitas sobre o tema.

Segundo Bardin (1977, p. 46), a análise de conteúdo trabalha com unidades linguísticas superiores aos enunciados, manipulando as mensagens de forma a reunir condições de inferir aspectos de uma realidade mais profunda do que aquela superficialmente expressa na mensagem. Para Bengtsson (2016, p. 12), em fenomenologia e estudos hermenêuticos o pesquisador se concentra em explorar como os informantes entendem a experiência e

transformam experiências em consciência. O pesquisador deve então tentar encontrar a essência do fenômeno estudado. Dessa forma o pesquisador dispõe da oportunidade de alcançar um entendimento mais profundo, ainda que seja a nível descritivo.

Dentre as técnicas de análise de conteúdo uma das mais usadas é a frequencial e temática, que avalia um tema e a frequência em que este tema é mencionado. O teste por associação de palavras é bem conhecido, utilizando-se de palavras indutoras – os estímulos – para obter dos indivíduos pesquisados outras respostas, também chamadas de respostas induzidas (Bardin, 1977, p. 52). Por estereótipo entende-se a ideia que fazemos de algo ou de alguém – a interpretação de um objeto.

Bengtsson classifica as técnicas de análise em manifesta ou latente. Em uma análise manifesta, explica, o pesquisador descreve o que ele infere que os informantes estejam dizendo, e deve ficar muito perto do texto, usando as próprias palavras e descrevendo o visível e o óbvio no texto. A análise latente, por sua vez, é estendida a um nível interpretativo, em que o pesquisador procura encontrar o significado subjacente do texto (2016, p. 10).

A presente pesquisa se utiliza, entre outras formas de análise de conteúdo descrita por Laurence Bardin, da técnica de contagem da frequência com que palavras são repetidas pelos comentaristas, a partir do tema escolhido – violência – em diversas regiões do Brasil, selecionadas no período de oito meses – de julho de 2019 a março de 2020 - ao longo dos anos de 2019 e 2020. Busca-se confrontar os dados colhidos a partir da associação de palavras mencionadas pelos comentaristas com a hipótese de interação com algum nível de moderação e de colaboração para o debate público. Espera-se ainda analisar os resultados consoante os fatores externos observados – gênero, identificação, não identificação ou adoção de nome fantasia (*nickname*). Como não se pode medir as classes sociais dos comentaristas, embora a audiência do portal pertença, em sua maioria, às classes A e B, opta-se por investigar o nível de conhecimento dos temas tratados, a moderação presente e a condição de interação a partir da frequência e da identificação dos vocábulos utilizados.

Os dados coletados – comentários de leitores do G1 – foram selecionados em dez matérias da seção de Violência do portal, no período de julho de 2019 a março de 2020, sendo as matérias escolhidas conforme critérios de repercussão junto à opinião pública, ou seja, matérias que apresentaram *follow-up* durante várias semanas, e matérias que trazem comentários manifestos do ponto de vista político e ideológico dos comentaristas com relação

às questões de segurança pública e criminalidade. As etapas da análise seguiram o roteiro preconizado por Bengtsson (2016, p. 10), e respondem às seguintes questões:

- **O objetivo** – a proposta do estudo é analisar de que forma os leitores se relacionam com o portal G1 e uns com os outros, e o que há de moderação e aplicação da teoria de deliberação democrática de Habermas no contexto analisado. Tenta-se, ainda, responder à hipótese de que os comentários do G1 possam contribuir para o debate público dentro de uma possível esfera pública virtual;
- **Os exemplos e as unidades de análise** – foram compilados os dados presentes nos enunciados proferidos pelos comentaristas, a fim de proceder a uma análise léxico-sintática e manifesta do conteúdo das narrativas observadas. As unidades de significação escolhidas se tratam de conceitos identificados como mais frequentemente manifestados pelos comentaristas em suas opiniões, seguidas pelos códigos e caracterizações elaboradas para uma análise qualitativa do conteúdo. Critérios de identificação foram elaborados a partir das palavras plenas e das palavras-instrumento presentes em maior número para uma análise léxico-sintática e qualitativa do conteúdo, conforme metodologia exemplificada por Bardin (1977, p. 82). Importa aqui mencionar como palavras-instrumento as palavras com função de ligação – artigos, conjunções, pronomes, e como palavras plenas aquelas que dão verdadeiro sentido ao enunciado, como substantivos, adjetivos e verbos (Ibid., p. 82). No que se refere à análise quantitativa, foram compilados também critérios selecionados para a contagem e a proporção de utilização conforme esses mesmos critérios, quais sejam, identificação ou não, identificação por sexo, número de comentários agressivos, número de comentários ofensivos, interação entre os comentaristas e com o G1, comentários que colaboram para o debate público e outros a serem mencionados adiante;
- **O método de coleta de dados** – segundo os critérios já referidos para análise quantitativa e análise qualitativa das mensagens;
- **A escolha do método de análise** – o método de análise escolhido é indutivo, ou seja, se atem ao que quer dizer o comentarista a partir de seu comentário, com o intuito de buscar inferir a mensagem do emissor a partir das observações realizadas. É também manifesta, considerando a manifestação dos comentaristas conforme o conteúdo de suas narrativas, ficando assim perto do texto, usando suas próprias palavras e descrevendo o visível e o óbvio no texto.

As dimensões de análise, conforme o que preconiza Bardin (1977, p. 104) partem do que é revelado pelo comentarista, da forma como ele se apresenta, com nome verdadeiro ou falso, com foto verdadeira, falsa ou ausência de foto, e das unidades de significação. De acordo com a autora, as unidades de significação se constituem em segmentos de conteúdo considerados como unidades de base, com o objetivo de proceder à categorização e à unidade frequencial. No caso em tela, como unidades de significação foram identificados conceitos e palavras presentes nos comentários que possam corresponder a sinais para categorização nos âmbitos sociológico, cultural, político e interacional entre os participantes selecionados (Ibid., p. 36).

As dimensões de análise incluem variáveis empíricas organizadoras de um sistema que nos permite categorizar as variáveis construídas. Fazem parte das variáveis empíricas dados como origem, implicação, descrição, sentimentos. Na presente pesquisa consideramos como variáveis empíricas os dados que dispomos sobre a apresentação dos comentaristas e o conteúdo publicado por eles. Tais dados referem-se aos nomes utilizados para identificação ou não identificação através do nome presente ou ausente, às fotos, presentes ou ausentes, às formas de interação entre comentaristas e com a mídia em questão e às unidades de significação, códigos e categorias destacadas dos comentários. As variáveis construídas a partir da seleção desses critérios dizem respeito a diversos aspectos observados dentro das narrativas analisadas e suas unidades de significação, entre os quais se destacam tolerância ou ausência da mesma, interação ou conflito, consenso ou discórdia, respeito ou falta dele, agressividade, potencial de interação, forma de identificação, ideologias e posições morais e políticas manifestadas, atitudes e comportamentos. Dessa forma procura-se estabelecer uma relação entre os elementos colhidos – as variáveis empíricas – e as hipóteses formuladas a partir deles – as teorias ou variáveis construídas (Bardin, 1977, p. 69).

Identificadas as variáveis empíricas, separadas as unidades de significação e os demais elementos que compõem os comentários em suas dimensões léxico-sintáticas, parte-se para a categorização dos conteúdos, conforme classificação das unidades de significação escolhidas e dos demais elementos constantes nos textos. Bardin (Ibid., p. 118) explica que “classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles possui de comum com os outros.” Assim, e de acordo com a autora, a categorização tem como objetivo fornecer uma representação simplificada dos dados brutos.

Conforme ainda Bardin (Ibid., p. 135) os códigos são indicadores que nos permitem perceber realidades subjacentes às mensagens. Para formular códigos podemos partir do

conjunto de palavras utilizadas, dos conceitos formulados nas frases e das classificações léxico-sintáticas de cada palavra utilizada para inferências semânticas contidas nos enunciados. Do mesmo modo consideramos como indicadores as variáveis de inferência, a partir da conceituação de Bardin para tal como referências constantes na mensagem que podem sinalizar ou contribuir para inferências possíveis.

Desse modo, e observadas as estruturas de análises quantitativa e qualitativa do conteúdo preconizadas por Bardin e Bengtsson, formulamos a seguinte grelha de marcadores a serem considerados durante o processo de análise:

MARCADORES EMPÍRICOS	MARCADORES CONSTRUÍDOS
Pontos de partida para análise – variáveis de inferência	Hipóteses construídas
Identificação visual – foto; ausência de foto; foto falsa; identificação verdadeira, falsa ou não identificação	Em relação ao sujeito de fala – características comportamentais dos comentaristas, modos de interação e formas de apresentação adotadas nos comentários.
Unidades de significação – segmentos de conteúdo considerados como unidade de base	Em relação à notícia – palavras que expressam sentimentos despertados pelo fato noticiado, como revolta, indignação, inconformidade, conformidade, ódio, preconceito, intolerância, exaustão social e política
Códigos – conceituação sucinta de indicadores expressos nos comentários	Interpretação e procedimento à identificação de variáveis de inferência
Categorias – classificação em conjuntos de variáveis psicológicas e sociológicas identificadas nos comentários a partir das unidades de significação e unidades de contexto (segmentos das mensagens)	Interpretação e procedimento à identificação das condições de produção das mensagens

Tabela 1

5.1 Organização da pesquisa

A fase de pré-análise, conforme preconiza Bardin, envolveu a escolha dos documentos, quais sejam, as dez peças do G1 selecionadas segundo critérios preestabelecidos e uma média de 50 comentários de cada peça. Os critérios para a seleção das matérias a serem focalizadas foram:

- **Matérias de grande repercussão em acontecimentos relativos à violência e criminalidade** – ocorrências ligadas a este tema que tiveram apelo significativo junto à opinião pública e geraram *follow-up* durante várias semanas;
- **Matérias que geraram comentários-chave para o estudo** – em que se pode observar comentários agressivos, ofensivos e preconceituosos que fomentaram opiniões diversas sobre a legislação criminal no Brasil e as políticas públicas de segurança;
- **Matérias que se entende como providenciais para o estudo no sentido de mostrarem um quadro geral da forma como interagem alguns comentaristas do G1** – personagens fictícios, *nicknames* e *trolls* - como se apresentam e suas opiniões sobre assuntos relativos à criminalidade.

As hipóteses giram em torno da possibilidade de contribuírem os comentários do G1 para o debate público e o processo de tomada de decisão na esfera virtual, e as condições de moderação intrínsecas à teoria habermasiana dentro do ambiente de comentários do setor Violência do G1. Por hipótese Bardin entende ser “uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros. É uma suposição, a qual pretendemos verificar. Levantar uma hipótese é interrogarmo-nos.” (1977, p. 98)

Entre os objetivos destacam-se:

- Analisar o conteúdo das narrativas dos comentários do setor Violência do G1, sendo o seu corpus um total de 10 peças, contendo cada uma delas uma média de 50 comentários, abrangendo várias regiões do Brasil enquanto país continental, colhidas dentro do período de julho de 2019 a março de 2020, tendo sido selecionadas notícias de maior repercussão junto à opinião pública, e que geraram *follow-up* durante várias semanas nos noticiários de violência;
- Investigar a interatividade presente entre os comentaristas e a mídia jornalismo on-line, bem como a interatividade presente entre os próprios leitores-comentaristas;

- Examinar os modelos de comportamento virtual dos leitores do G1 segundo sua apresentação, seja ela em forma de personagens criados ou de comentaristas que se apresentam com seus nomes próprios;
- Investigar as possibilidades de aplicação dos modelos habermasianos de exercício democrático deliberativo nos comentários analisados e da contribuição destes para o contexto de uma esfera pública no ciberespaço.

O material escolhido é uma seleção de comentários dos leitores do G1, recolhidos de dez matérias jornalísticas de grande repercussão no Brasil no período de julho de 2019 a março de 2020 do segmento “Violência”, e que seguem os critérios estabelecidos conforme as variantes elencadas acima. O recorte então foi feito dentro desse espaço temporal e o índice é o tema “Violência.” A exploração do material foi feita a partir da codificação dos comentários e posterior análise quantitativa da frequência dos marcadores empíricos e dos critérios escolhidos para pesquisa, quais sejam, identificação, interação e unidades de significação percebidas. Em seguida foram separados os comentários de acordo com os critérios estabelecidos de agressividade e interação, comentários com polarização política, comentários com sugestões para a violência e redução da criminalidade, e identificadas as palavras plenas e as palavras instrumento mais frequentes, para confirmação de hipóteses. Posteriormente foi feita a seleção dos comentários que se encaixam nos objetivos da análise qualitativa do conteúdo das mensagens a partir dos marcadores empíricos selecionados, quais sejam, as unidades de significação, códigos e categorização constantes na Tabela 1. Finalmente foram catalogados os resultados obtidos, as premissas levantadas, as comparações sistemáticas entre os comentários e as inferências alcançadas no sentido de responder, positiva ou negativamente, às hipóteses previamente formuladas.

Antes de passarmos para o tratamento dos dados importa citar o perfil do portal G1, pertencente ao grupo Globo de Comunicações, e sua posição no jornalismo on-line brasileiro.

5.2 Perfil do G1 e a política de moderação dos comentários

O G1 é um portal de notícias pertencente ao Grupo Globo de Comunicação e gerenciado pela Central Globo de Jornalismo. Lançado em 2006, ano em que a Rede Globo completou 41 anos de existência, o G1 disponibiliza na Internet o conteúdo da rede de empresas do Grupo Globo – Jornal O Globo, Extra e Valor Econômico, revistas Época e Globo Rural, da Rede Globo de Televisão, Globo News, Rádios Globo e CBN. Publica também reportagens feitas por seus próprios profissionais, em formato de texto, fotos, áudio e vídeo. O portal trabalha também

com agências de notícias como Agência Estado, France Press, Associated Press, New York Times e Reuters, e é atualizado 24 horas por dia. O G1 tem versões em Inglês e Espanhol e funciona ainda em forma de aplicativo para Android e IOS.

Dados de 2017 mensuraram a audiência do site em 51,8 milhões de visitantes únicos e 510,4 milhões de visitas/mês. Com relação ao perfil econômico da audiência um total de 61% pertence às classes A e B, 36% à classe C e 3% às classes D e E. No quesito idade o público leitor revela-se bastante jovem, com 26% na faixa dos 15 aos 24 anos, 36% na faixa dos 25 aos 34 anos e 21% entre 35 e 44 anos. As mulheres são a maioria dos leitores, representando 51%, enquanto os homens representam 49% do público leitor. Não foi divulgado o grau de escolaridade do público leitor do portal.

No que diz respeito à sua política de moderação de comentários dos leitores, apurou-se que o portal não faz pré-moderação por falta de contingente humano para esse fim, uma vez que todos os seus jornalistas e repórteres estão envolvidos com a produção e veiculação das notícias. Existem apenas algumas regras pré-estabelecidas a fim de preservar o site e os envolvidos em determinadas notícias. Assim, as reportagens que veiculam mortes de pessoas conhecidas são previamente fechadas para comentários. Do mesmo modo fecha-se a janela de comentários quando, em uma verificação inicial, percebe-se que a quantidade de comentários ofensivos está muito grande, ou que há comentários cuja agressividade está além dos limites plausíveis conforme o entendimento da equipe. Assim é que acontece de uma matéria estar aberta a comentários e algum tempo depois ser fechada porque é percebida uma quantidade grande de comentários ofensivos. Matérias que abordam temas sociais e costumes, como racismo, movimento LGBT, cotas e feminismo, por exemplo, são invariavelmente fechadas para comentários, uma vez que os jornalistas já têm conhecimento de que vão gerar mensagens extremamente ofensivas. É de se supor, conseqüentemente, que os comentários analisados neste estudo não sofreram nenhum tipo de pré-moderação, tendo sido habilitados para publicação conforme o original.

5.3 Tratamento dos dados

Foram selecionadas 10 matérias das de maior repercussão na mídia no período de julho de 2019 a março de 2020, e com maior quantidade de comentários considerados representativos dos parâmetros a serem focalizados na análise do conteúdo. De cada matéria foram selecionados de 40 a 70 comentários expositivos dos critérios de avaliação referenciados tanto na análise quantitativa quanto na análise qualitativa do conteúdo, perfazendo um total de 561

comentários. Após a escolha dos comentários foram escolhidos os critérios para categorização e codificação dos elementos agregados e classificados para análise. A codificação corresponde ao processo através do qual os dados brutos recolhidos para análise são transformados em elementos separados, contados e agregados, no sentido de alcançar uma representação do conteúdo sobre o qual se deseja trabalhar, esclarecendo o pesquisador acerca das características da mensagem e das hipóteses que se podem levantar por meio dela (Bardin, 1977, p. 103).

A categorização dos personagens foi feita com base no gênero, nos comentaristas identificados e não identificados, nos nicknames, nos que se apresentam com foto e sem foto, nos possíveis *trolls* e em outros parâmetros relativos aos comentários. Foi feito um recorte para unidades de significação relativas ao tema “Violência”, como descrença nas instituições públicas, agressividade, alienação e desejo de justiça com as próprias mãos, a fim de substanciar a análise qualitativa do conteúdo dos comentários no que se refere a posições ideológicas, políticas e sociológicas presentes nas narrativas dos comentaristas.

Outras unidades de registro também foram investigadas no sentido de mostrar a interação entre os comentaristas – brincadeiras, chacotas, xingamentos – e dos comentaristas com o site. A partir dessa análise buscou-se a aplicação da teoria da deliberação democrática e esfera pública de Habermas, no sentido de investigar as possibilidades de moderação em uma plataforma jornalística como o G1 em sua seção de comentários sobre fatos noticiosos ligados à violência.

O planejamento e o roteiro para categorização e método de análise seguiram as orientações de Mariette Bengtson e são detalhados no subitem 5.4.2.

Primeiramente procedeu-se a uma análise quantitativa de dados de enumeração, baseada na frequência de critérios fundamentados para levantamento, como gênero, número de personagens identificados, número de nicknames, presença ou ausência de fotos, comentários agressivos, comentários interativos e outros. Tal análise nos permitiu levantar a porcentagem de comentaristas colaboradores de um sentido de moderação, de comentaristas homens, mulheres, personagens criados e *trolls*, de opiniões favoráveis ou contrárias à violência e às formas de punição de crimes, de comentários que colaboram para o debate público e outros dados considerados relevantes para a pesquisa.

Posteriormente foi feita a análise qualitativa de comentários de destaque para o estudo, evidenciando, entre outros dados, a frequência ou ausência de unidades de registro e índices importantes para a investigação e confrontação. A análise qualitativa é mais intuitiva, mais

maleável e adaptável à evolução das hipóteses. Ela se baseia na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais. Funciona sobre corpus reduzidos, e nesses casos o contexto assume caráter de essencialidade a fim de dirimir os riscos de erros de análise pela caracterização mais reduzida da pesquisa (Bardin, 1977, p. 115). Na análise qualitativa, ainda conforme a autora, as inferências são fundadas nos índices – tema, palavra, personagem, etc., e não sobre a frequência de sua aparição, por exemplo, o que não impede a utilização, também, de dados quantitativos.

Os conceitos-chave de que trata Bardin (Ibid., p. 129) correspondem às unidades de significação coletadas e as inferências atribuídas a elas, representando uma variável da teoria investigada. Através da análise do conteúdo dos comentários selecionados busca-se investigar causas – ou variáveis inferidas – a partir dos indicadores – variáveis de inferência. No caso da presente pesquisa tem-se como variáveis de inferência as unidades de significação proferidas pelos comentaristas e selecionadas na investigação, bem como os outros marcadores empíricos citados na Tabela 1.

Pelo estudo feito sobre análise de conteúdo na avaliação de Bardin (1977, p. 155), a análise do conteúdo feita pela presente pesquisa caracteriza-se como E.A.A. (Evaluative Assertion Analyses), que tem como seu objetivo principal medir as atitudes do locutor quanto aos objetos de que ele fala, considerando-se como atitudes, no caso em tela, as opiniões verbais, ou através da comunicação escrita. Importa no estudo, conforme observa a autora, retirar do texto o que corresponde à dimensão das atitudes, ou o que exprime sentimentos e comportamentos. Mais uma vez as variáveis empíricas utilizadas para esse fim referem-se, numa perspectiva sintática, aos objetos – sujeitos -, predicados – adjetivos atribuídos a sujeitos e coisas -, dimensões de avaliação ou opiniões – aprovação ou reprovação sobre determinados fatos (Bardin, 1977, p. 157). O modelo da análise é o “representacional”, ou seja, quando o que se considera na comunicação está revelado a partir dos itens léxicos presentes, importando estritamente o que o analista observa (Ibid., p. 20).

Dessa forma a seleção de dados brutos recolhidos durante o processo de separação dos comentários obedeceu aos seguintes critérios:

- Gênero dos comentaristas identificados.
- Número de comentaristas identificados.
- Número de comentaristas com nickname.
- Número de comentários interativos – uns com os outros e com o G1 - em cada peça.

- Número de referências de um comentarista para outro – interação.
- Número de comentários ofensivos, ou em flamings – chama-se de ofensivos àqueles comentários que apresentam xingamentos e ofensas um ao outro ou a quaisquer outras referências.
- Quantidade de comentários que podem ser considerados como contribuição para o debate público – entende-se como aqueles que contêm questionamentos, ou opiniões, ou informações sobre determinado dado político, econômico ou sociocultural, ou estruturados na menção de leis ou ainda que sugerem mudanças nas estruturas sociopolíticas de uma comunidade.
- Comentários com viés político – considera-se essa categoria de comentários àqueles em que o comentarista articula sua opinião sobre o ocorrido com suas próprias posições ou críticas a políticos, partidos e/ou ideologias políticas, muitas vezes mencionando agentes públicos e/ou partidos e/ou ideologias políticas.
- Número de comentários agressivos – em relação à notícia e aos interagentes.
- Número total de ocorrências, conforme Bardin (1977, p. 82) ou o número total de palavras presentes.
- Número total de palavras plenas, chamadas assim aos substantivos, adjetivos e verbos, e sua porcentagem em relação às ocorrências, a fim de mensurar o repertório de base dos textos estudados (Bardin, Ibid., p. 82).
- Número total de palavras-instrumento, ou palavras funcionais de ligação – artigos, pronomes, advérbios, etc.
- Número de substantivos presentes no total de comentários.
- Número de adjetivos contabilizados.
- Número de verbos levantados.

5.4 Apresentação dos dados coletados

5.4.1 Da análise quantitativa do conteúdo trabalhado

Foram selecionados 561 comentários em dez matérias jornalísticas colhidas no período entre julho de 2019 e março de 2020, matérias essas de grande repercussão junto à opinião pública e que geraram *follow-up* durante várias semanas. Do total de comentários tem-se que 292 foram proferidos por homens, 22 por mulheres e 58 por *nicknames*, conforme a figura 1:

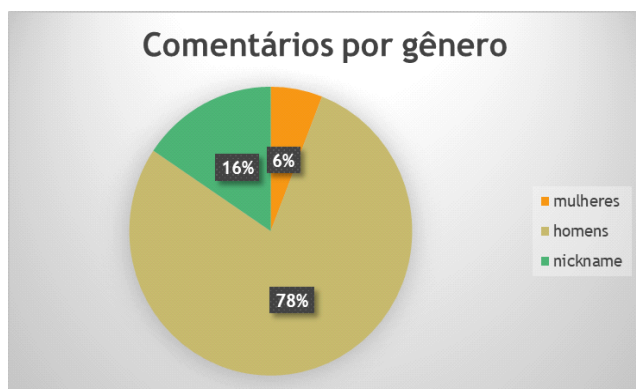


Fig.1

Do total de comentaristas, que somaram 344, somente 32 se identificaram com foto que parece ser verdadeira, mostrando-se como pessoas normais, correspondentes ao sexo declarado, algumas vezes com o parceiro/a ou com filhos. Contudo, importa salientar que não foi possível verificar a autenticidade dos perfis citados através das fotos, pelo que preferimos considerar a veracidade das imagens de forma empírica e dedutiva, a partir dos indícios observados. Desse modo tem-se que 312 não se identificaram, ou seja, postaram fotos falsas – fotos de super-heróis, paisagem ou animais, por exemplo - ou nenhuma foto, conforme a figura 2:

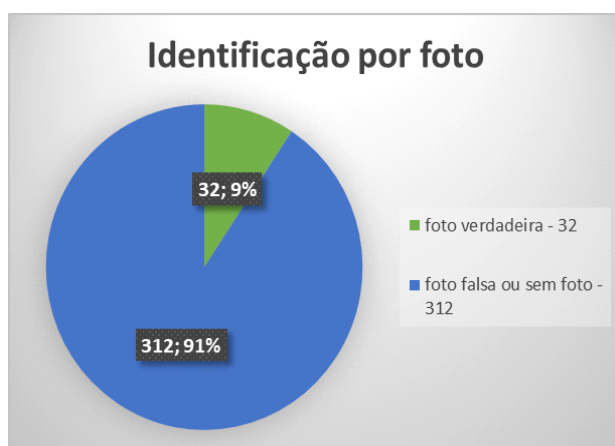


Fig. 2

A interatividade entre os comentaristas esteve presente em 167 comentários, de um total de 561, como se vê na figura 3:

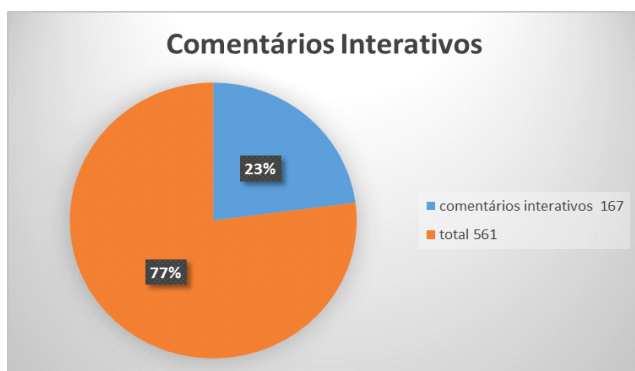


Fig. 3

Foram chamados de comentários agressivos os que continham linguagem hostil a respeito dos interagentes e/ou dos atores protagonistas das peças. Estes somaram 56, ou 9% do total, como mostra a figura 4:

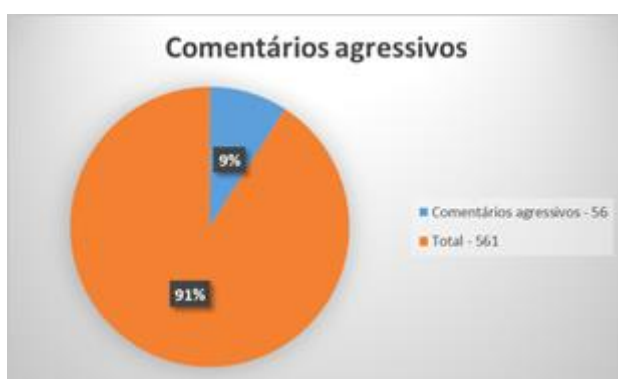


Fig. 4

Foram chamados de comentários ofensivos os escritos em *flaming*, que trazem conteúdo de xingamentos e/ou insultos contra outros interagentes e/ou personagens das notícias. Estes somaram 64, pouco mais do que os agressivos:

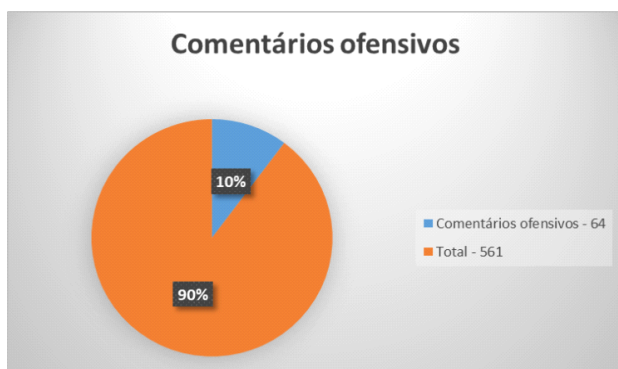


Fig. 5

Os comentários que colaboram para o debate público somaram 26, conforme fig. 6:

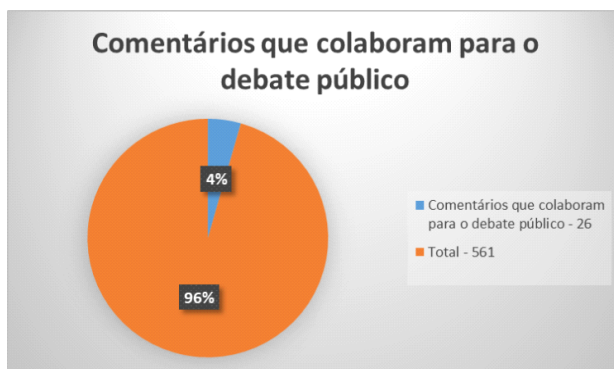


Fig. 6

No que se refere aos comentários com viés político, identificamos 84 que correspondem a este critério:

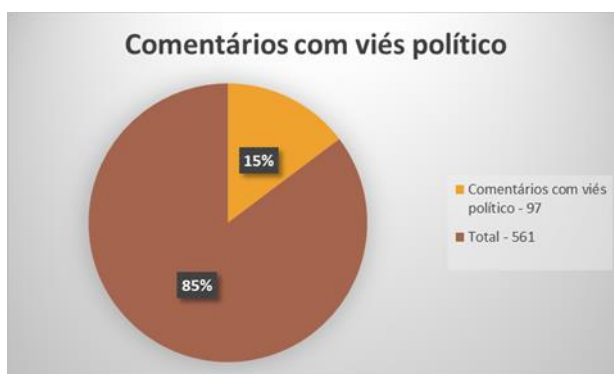


Fig. 7

Um total de 119 comentários corresponde a pessoas comentando mais de uma vez:

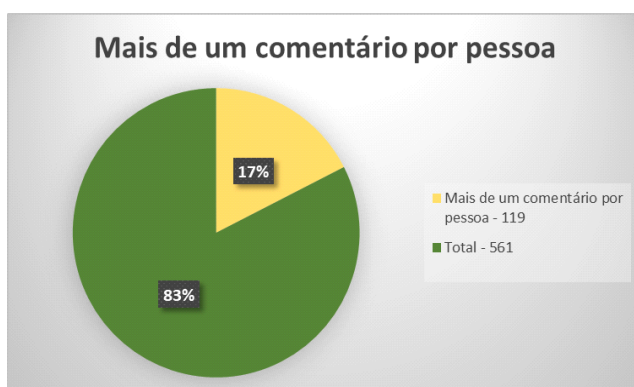


Fig. 8

Dos 561 comentários um total de 397 se encaixa nas variáveis empíricas selecionadas como potenciais para a análise qualitativa do conteúdo. O gráfico a seguir mostra os percentuais de cada critério indicado:



Fig. 9

5.4.2 Da análise qualitativa do conteúdo trabalhado

Para proceder a uma análise qualitativa dos comentários trabalhados nesta pesquisa é necessário, primeiramente, diferenciar sua conceituação em relação à análise quantitativa. Nesse sentido, explica Bardin (1977, p. 21), se na análise quantitativa o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo, as quais aqui chamamos de variáveis empíricas ou variáveis de inferência, na análise qualitativa o que importa é a presença ou a ausência de determinados elementos que possam ser levados em consideração, nada impedindo que possa ser aproveitada também a frequência dos dados analisados.

Assim, o registro da quantidade e de quais as palavras plenas mais empregadas nos comentários pode servir de indicador para as hipóteses que se formulam, quais sejam, se são observados, segundo a teoria habermasiana de democracia deliberativa, os critérios de sinceridade, respeito e reciprocidade, e se as narrativas podem ser aproveitadas como participantes de uma esfera pública na perspectiva virtual.

Conforme Hughey e Daniel (2013, p. 332), o surgimento de redes de comunicação “muitos-para-muitos” inicialmente ofereceu uma grande promessa para uma nova esfera pública de jornalistas cidadãos, e uma derrubada da definição de pauta de notícias políticas, econômicas e sociais. Esta é uma abordagem que dá origem a diversas pesquisas desde o advento da Internet e seu ciberespaço, contando com o jornalismo participativo como uma das revoluções causadas por esta nova forma de comunicação em massa. O que os autores chamam de “natureza desencarnada da comunicação on-line”, para muitos, poderia indicar um avanço da utopia digital democrática – um mundo onde mentes importassem mais do que corpos (Ibid., p. 333).

Interessa-nos, na presente pesquisa, observar o discurso dos internautas comentaristas do G1 em sua seção de violência, e questionar a moderação, segundo os preceitos da teoria

habermasiana de democracia deliberativa, presente nas narrativas selecionadas, bem como responder, de modo empírico, à hipótese de que tais comentários colaboram, ou não, para o debate público visando a uma participação na esfera pública. Nesse sentido foram selecionados comentários que se encaixam em cada uma das variantes empíricas importantes para o estudo, a fim de proceder à análise do conteúdo verbal, sintático e visual de cada elemento presente. O método escolhido para a análise do conteúdo dos comentários é indutivo, ou seja, feito a partir de observações e com uma proposta aberta de identificar pontos significativos para responder às perguntas da pesquisa (Bengtson, 2016, p. 10). Do mesmo modo trata-se de uma análise manifesta, onde o pesquisador descreve o que os informantes dizem na verdade, estando perto do texto e usando suas variáveis de inferência para descrever o visível e as variáveis inferidas com relação ao texto (Ibid., p. 10).

O processo de descontextualização, conforme explica Bengtsson, inclui a familiarização com os dados extraídos dos textos e a transcrição desses elementos para a obtenção de uma ideia do todo, incluindo ainda a quebra desses dados em pequenas unidades, as chamadas unidades de significação. As unidades de significação, também chamadas de variáveis de inferência na presente pesquisa, se constituem em pequenas unidades que contêm algumas das ideias que o pesquisador pretende sejam respondidas de acordo com a formulação de suas hipóteses (2016, p. 11). Cada unidade de significação é rotulada com um código, que deve ser entendido de acordo com o contexto, sendo os códigos agrupados em categorias, categorias essas correspondentes a uma condensação das unidades de significação sem a perda de seu conteúdo (Ibid., p. 12). Nas tabelas construídas a seguir foram elaboradas unidades de significação, códigos e categorias para cada matéria focalizada, e que representam as matérias-primas de dados para análise:

Na peça intitulada “Miliciano Adriano da Nóbrega morre em confronto com policiais na Bahia”, ocorrido em fevereiro próximo passado, a vítima é um dos chefes da maior milícia do RJ e ex-policia militar. Por terem a mãe e a ex-mulher do miliciano trabalhado no gabinete do então deputado Flavio Bolsonaro, na década de 2000, muitos o associam ao presidente da República e seus filhos, e esta circunstância dá margem a comentários políticos, além de outros envolvendo a polícia militar tanto da Bahia como do Rio de Janeiro. Na coletânea realizada observamos grande parte dos comentaristas sem identificação e sem foto, nenhuma mulher entre os participantes, quantidade expressiva de *nicknames*, parca interação, número reduzido de comentários agressivos e ofensivos, poucos comentários que contribuam para o debate público. Observa-se quantidade relevante de adjetivos, várias acusações, chacotas e

questionamentos, muitos dos quais em relação ao presidente da República e sua família. A interação com a mídia é nula. Destacam-se sete das postagens como exemplos das demais que se seguem:



Unidades de significação	Códigos	Categorias
A notícia carece de dados confiáveis; é mais um crime sem solução, como tantos outros no país; os políticos não são confiáveis	Descrença nas leis Descrença nos agentes públicos	Desconfiança Desincompatibilização

Tabela 2

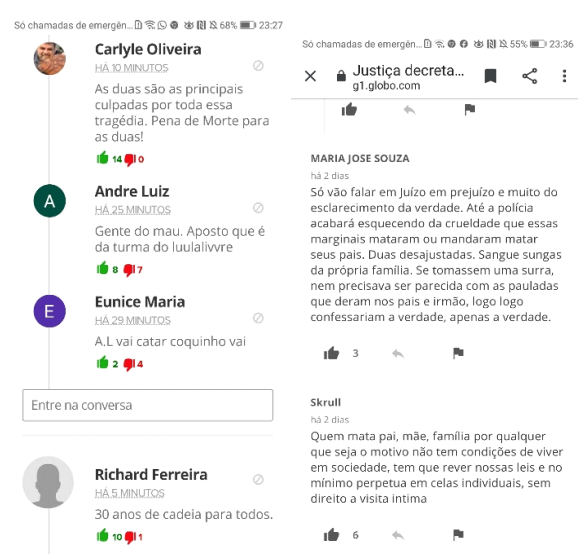
Para uma análise léxico-sintática reunimos palavras-instrumento usadas sistematicamente pelos comentaristas e as palavras plenas usadas com maior frequência:

Palavras – instrumento: como, que, quem.

Palavras plenas: crime, Bozo, milícia, polícia, covarde, despreparada, deletado, pior. (Bozo é um apelido pejorativo dado pela opinião pública ao Presidente da República Jair Bolsonaro)

A segunda matéria analisada refere-se a um crime hediondo ocorrido em fevereiro do corrente ano na Grande São Paulo, quando duas moças assassinaram, juntamente com amigos, os pais e o irmão de uma delas. O crime chocou o país e só saiu das manchetes dos jornais por conta da Covid-19. A maior parte dos comentaristas não se identifica, a presença de mulheres

é minoritária, observam-se alguns *nicknames*, há pouca interação entre os comentaristas, nenhuma com o portal, poucos comentários agressivos e um ofensivo. Chama a atenção o viés político também encontrado, tendendo para a polarização ideológico-partidária, embora o crime não tenha nenhuma relação com agentes políticos brasileiros. Observa-se alguma presença de comentários que possam contribuir para o debate público, de maneira geral sugerindo pena máxima para tal tipo de crime. Não se constata mais de um comentário por comentarista na peça. Os comentários abaixo foram coletados como amostra dos demais:



A tabela 3 organiza as unidades de significação, códigos e categorias para análise:

Unidades de significação	Códigos	Categorias
Não se pode confiar na justiça brasileira	Descrença na justiça	Desacreditação
Os criminosos acabam por se dar bem	Ode à justiça com as próprias mãos	Revolta
É preciso mudar as leis		Pessimismo
Os crimes hediondos não são punidos como deveriam		

Tabela 3

Entre as palavras-instrumento destacam-se: que, seu, para.

E entre as palavras plenas: Morte, perpétua, cruel, pior, marginais, perversas, macabra, mandar.

A matéria 3 mostra a notícia de um assalto ocorrido em Manaus, Amazonas, quando dois assaltantes são atropelados por motos e carros enquanto tentavam fugir, um deles é pego por populares e o outro consegue escapar. A polícia então chega e prende o ladrão que estava detido pelos transeuntes. Toda a ação é filmada por câmeras de segurança da área e compartilhada em redes sociais. Novamente a presença dos homens é maciça nos comentários, não há mulheres entre os comentaristas e são poucos os *nicknames*. Desta vez verifica-se uma presença maior de comentaristas que se identificam, com fotos que parecem ser verdadeiras, embora a maior parte permaneça sem foto. Observa-se presença maior de mais de um comentário por pessoa e a interação entre os comentaristas também é maior. Porém, esta interação não se evidencia como amigável ou com moderação, e acontece majoritariamente por conta da presença de um *nickname* de codinome “Pôncio Pilatos”, que parece ser *troll*, pois faz comentários repletos de erros ortográficos – chama atenção na forma – e cujo conteúdo parece propositalmente polêmico – a favor dos assaltantes – a fim de provocar os outros comentaristas. Observa-se notável criatividade na elaboração dos *nicknames*, grande quantidade de comentários agressivos, bem como de ofensivos. A notícia de que o próprio povo prende o ladrão, o que sugere a justiça própria, sem a presença da justiça estatal, parece acirrar a agressividade geral dos comentaristas, assim como a presença do *troll* Pôncio Pilatos. Chama a atenção o grande número de *dislikes* no primeiro comentário do Pôncio Pilatos, o que parece ser o objetivo da personagem. Apenas dois dos cinquenta comentários colhidos colabora para o debate público, e apenas três apresentam viés político. Um comentário questiona o portal, demonstrando interação com a mídia. Abaixo a amostra de duas páginas de comentários mais curiosos:





Segue a tabela 4 com as variáveis empíricas elaboradas:

Unidades de significação	Códigos	Categorias
A justiça institucional não funciona	Justiça com as próprias mãos	Vingança
O povo deve agir por conta própria contra os bandidos	Revolta contra o sistema	Chacota
	Agressão verbal	Provocação
		Sarcasmo

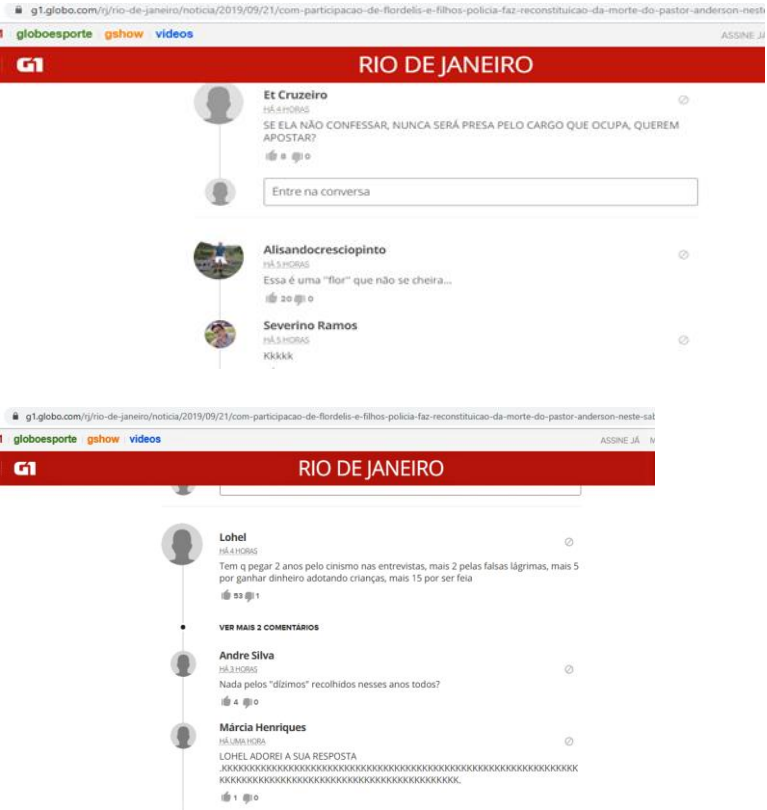
Tabela 4

Palavras-instrumento presentes em maioria: que, não, sua, todos.

Palavras plenas: Bandido, prisão, crime, assassinato, espancar, matar, roubar.

A matéria 4 trata de um crime que ganhou grande destaque entre os mais comentados no ano de 2019, por se tratar a vítima de assassinato do esposo de uma deputada estadual do Rio de Janeiro. As investigações apontaram dois dos filhos do casal como assassinos do próprio pai, enquanto ainda pairam suspeitas sobre a inocência da mãe e política chamada Flordelis. Os dois criminosos estão presos desde poucos dias após o crime. Os homens permanecem sendo a maioria dos comentaristas, mas as mulheres – poucas – estão presentes, o que parece sugerir que comentaristas femininas se sentem mais à vontade para participar quando os protagonistas das notícias são mulheres. *Nicknames* estão novamente presentes, a maior parte dos comentaristas comparece sem foto, e somente 9 dos 45 comentaristas com foto *fake*. Cinco dos comentaristas postam mais de um comentário sobre a matéria. A interação entre os comentaristas está presente, e apenas um interage com o G1. Notam-se comentários agressivos com preconceito e misoginia, por se tratar de uma mulher a protagonista da peça. Os comentários com viés político se evidenciam, em razão do envolvimento de um agente público no crime, e os comentários ofensivos também se destacam. Os comentários em *flamings* são

expressivos. *Flamings*, ou comentários inflamados, referem-se a expressões emocionais hostis por parte de um remetente da mensagem, que podem ser caracterizadas por insultos, linguagem profana ou palavras ofensivas (Cho & Kwon, 2015, p. 364). Abaixo duas fotos de comentários instigantes:



Em seguida a tabela de unidades de significação, códigos e categorias listadas:

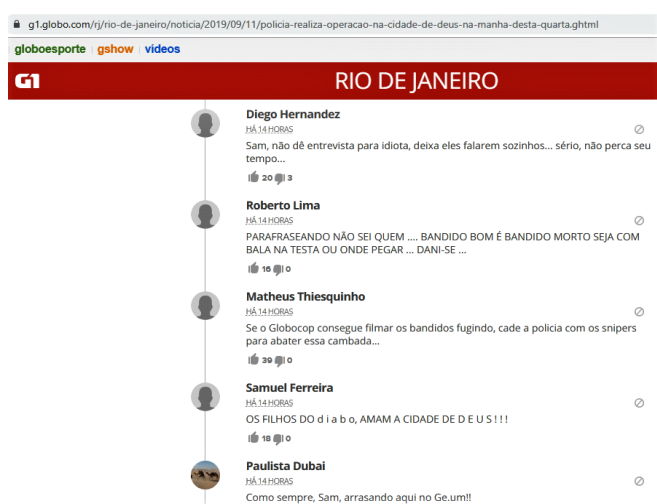
Unidades de significação	Códigos	Categorias
Os políticos sempre saem ilesos de seus maus feitos;	Descrença na justiça	Vingança
A justiça só funciona para os pobres;	Descrença na política	Chacota
A igreja também é corrupta e engana os fieis.	Desesperança	Preconceito
	Desacreditação nas instituições	Misoginia
		Ceticismo
		Pessimismo

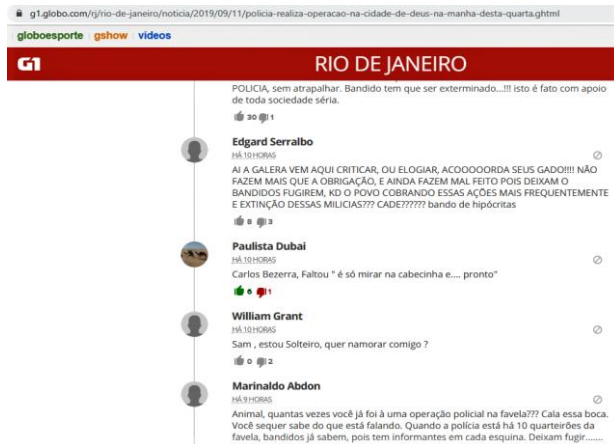
Tabela 5

Palavras-instrumento presentes em maior número: que, não, essa, ela.

Palavras plenas: assassina, safada, cruel, pobres, pior, marginais, desajustados, perversa, bandidos, estranha, pastora, canalhas, cadeia, fera, Deus, presa.

A quinta matéria dá conta de uma notícia sobre criminosos armados com pistolas e fuzis fugindo pela mata nas proximidades da comunidade Cidade de Deus, na cidade do Rio de Janeiro. O helicóptero Globocop, do grupo Globo de Comunicações, foi quem fez as imagens aéreas do bando que, acredita-se, fugia da polícia, que iria começar uma operação na comunidade pouco depois. As suspeitas são de que alguém denunciou a operação aos bandidos antes que a polícia chegasse ao local. Nos comentários os homens são maioria esmagadora dos comentaristas, observando-se somente uma mulher em meio a 42 homens. São sete os *nicknames* presentes, seguindo a porcentagem de *nicknames* nas demais peças. Os não identificados somam cinco pessoas, e apenas três dos comentaristas postam suas fotos, para 46 que não colocam foto alguma, o que confirma a tendência dos comentaristas em adotar o anonimato. A interação entre os comentaristas é grande e está presente em 31 comentários, muito por conta da personagem “Sam”, que provoca os interagentes em vários *posts* mas não se pode afirmar que seja *troll*. Em 20 ocasiões pessoas postaram mais de um comentário, mas os comentários avaliados como colaboradores para o debate público somam apenas quatro, ou menos de 5% de um total de 50 comentários. Já os comentários agressivos são frequentes, num total de 18, enquanto que os *flamings* somam 11, sendo a maior parte deles ofensivos e agressivos ao mesmo tempo. Os comentários que apresentam viés político chegam a oito, representando menos de dez por cento do total. Seguem-se duas amostras de comentários da peça:





A tabela de variáveis empíricas é mostrada a seguir:

Unidades de significação	Códigos	Categorias
Bandidos têm de morrer	Descrença nas instituições	Revolta
A polícia é incompetente	Desejo de justiça com as	Chacota
A polícia é corrupta	próprias mãos	Descrença
O governo não faz nada pela	Desconfiança dos agentes	Preconceito
população	públicos	Inversão de valores

Tabela 6

As palavras-instrumento mais utilizadas na série de comentários são listadas a seguir:

Não, que, com, fora, esses, essa.

As palavras plenas de destaque são: bandido, bala, polícia, ruim, ótimo, anta, covarde, saber.

A sexta matéria noticia um fato inusitado acontecido no Recife, capital do estado de Pernambuco, em outubro de 2019. Uma dupla faz uma *live* dentro de um carro roubado instantes antes, para comemorar o roubo, e é presa em flagrante no meio do vídeo. A interação com o G1 acontece em função de uma falha gritante cometida pelo redator da peça, ao dizer que “...no momento do roubo estavam no carro o motorista e a filha grávida dele...”, dando margem a duplo sentido. Mais de um comentarista critica a redação e chama a atenção do portal. Mais uma vez as mulheres comparecem aos comentários, embora de forma tímida, supondo-se que pela presença de uma mulher, e grávida, entre as vítimas. Os homens permanecem sendo a maioria dos comentaristas. Os *nicknames* também estão presentes, em número de sete. Os comentaristas sem foto somam 36 pessoas, enquanto que os não identificados são cinco e os que postam fotos que parecem verdadeiras chegam a quatro. São cinco os comentaristas que

postam mais de um comentário, e a interação acontece 33 vezes, sendo duas com o G1. Novamente aparece o *troll* Poncio Pilatos, que provoca tanto a ira quanto a defesa de outros comentaristas. É ainda notada a presença de mais um *troll*, Ronam Liam, que trabalha com a mesma estratégia do anterior, ou seja, escrevendo muitas palavras de forma errada e defendendo criminosos. Provavelmente por conta da presença desses *trolls* os comentários agressivos chegam a 19 e os ofensivos a 11. Somente uma postagem apresenta viés político, enquanto que nenhum dos comentários parece colaborar para o debate público. A seguir destacamos dois quadros dos mais curiosos separados na seleção:

g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/10/26/video-mostra-homens-sendo-presos-em-flagrante-enquanto-comemoram-assalto-em-live

globoesporte gshow videos

G1 **PERNAMBUCO**

RHODESIAN RIDGEBACK
HÁ 27 MINUTOS
Daqui a pouco entra o Poncio Palhaços, o maníaco depressivo e i/m/b/e/c/i/l do G1 com a mesma história de sempre. Não caim na dele. O cara escreve errado de propósito, principalmente gente com J. Daí vcs ficam nervosos pq os comentários dele são para ofender idosos, crianças e deficientes físicos. Não negatvem que é a intenção dele. Depois vai escrever: "me respeitem" ou "tute comigo". Vai falar que mora na Irlanda e fala 3 "índias". Esse é o modus operandi desse cara que realmente não faz falta nenhuma aqui nesse mundo.
1 0

Pôncio Pilatos
HÁ 20 MINUTOS
otario, chegou 500 dislâikes atrasado kkkk
1 0

Marcio Rodrigues
HÁ 17 MINUTOS
Passa aqui na rua de casa que eu vou te assaltar.
0 0

Alcindo Palmirendo
HÁ 15 MINUTOS
poncio pilatos.....Você é um ET...?
0 0

g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/10/26/video-mostra-homens-sendo-presos-em-flagrante-enquanto-comemoram-assalto-em-live

globoesporte gshow videos

G1 **PERNAMBUCO**

José Ignácio
HÁ 2 HORAS
Fica triste não, Tia Rosa Weber vai resolver o problemas de vcs!
10 0

Gerson
HÁ 2 HORAS
caso contrario o gilmar mendes solta.... Agora nem em segunda estancia prende.. todos vao ficar soltos.. Tudo por causa do 4 dedos
3 1

Pôncio Pilatos
HÁ 2 HORAS
Me deixem em pás
1 3

Jaws War
HÁ UMA HORA
São heróis igual marighela.
0 0

Maximiliano Cardoso
HÁ UMA HORA
Poncio sempre tentando bancar o engraçadinho. Tentando...
0 0

Segue-se a tabela com as coordenadas empíricas separadas para análise:

Unidades de significação	Códigos	Categorias
Criminosos têm de ter penas duras	Descrença nas instituições	Ironia
A justiça não pune devidamente	Desejo de justiça com as próprias mãos	Chacota
A população deve se vingar	Apoio a medidas radicais	Provocação
	Desconfiança de agentes públicos	Alienação
		Revolta
		Inversão de valores morais

Tabela 7

As palavras-instrumento de maior destaque nos comentários da peça foram: você, não, sempre, tudo, que.

E as palavras plenas: bandido, polícia, jumento, imundo, imbecil, idiota, trouxa, engraçadinho, irônico, otário.

A sétima matéria trata de uma operação policial deflagrada na cidade de Itaboraí, estado do Rio de Janeiro, para desbaratar uma milícia que atua na área. Escutas telefônicas feitas pela polícia descobrem uma mulher entre a liderança da milícia, que repreende um filho por ele querer desistir de fazer parte do bando. Foram colhidos 70 comentários para esta peça. Os homens somam 41, as mulheres somente duas e os *nicknames* 11. Observa-se um índice mais alto de interações – 24 – e maior taxa de comentários com viés político da coletânea: são 32 comentários com essa inclinação e a presença de posições antagônicas, abrindo espaço para a polarização política atual. No que se refere aos comentários que colaboram para o debate público a pesquisa apontou somente três deles, enquanto que mais de um comentário por pessoa pode ser aferido 22 vezes, o que denota uma interatividade maior dos comentaristas. Os comentários agressivos se limitaram a seis, e os ofensivos, em *flamings*, foram codificados em número de 12. Foram quatro os comentaristas não identificados, seis com foto verdadeira e 47 sem foto. Abaixo dois quadros considerados expoentes na amostra dos selecionados para análise:

https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/05/milicia-e-implacavel-ate-dentro-de-casa-audio-mostra-miliciano-dando-bronca-n

globoesporte gshow videos

G1 RIO DE JANEIRO

Paulo E
HÁ 4 HORAS

AEROCOCA PRESIDENCIAL, CAPITÃO DO PÓ, ASCENSÃO DA MILÍCIA, CRIME ORGANIZADO, BOZO, BOLSONAURO, GOVERNO DESMORALIZADO, CAOS, OS OLAVETS, OS MALAVEIA, BOZOMINION, DESGOVERNO, ELEITORES TROUXAS..... Tudo isso nos últimos 6 meses de governo. XÔ SATANÁS...

👍 0 🗨️ 2

Entre na conversa

Humberto Brandao
HÁ 4 HORAS

Kkkk Renatinho "pobrema" esses cariocas são outro nível kkkk

👍 0 🗨️ 0

Entre na conversa

Mario Paes
HÁ 4 HORAS

Em breve nosso presidente vai implantar essas milícias em todo território nacional.

https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/05/milicia-e-implacavel-ate-dentro-de-casa-audio-mostra-miliciano-dando-bronca-n

globoesporte gshow videos

G1 RIO DE JANEIRO

Felipe Tocci
HÁ 5 HORAS

JENTE, SE O MITO É A FAVOR DAS MELISIAS NOIS TEM QUE APOIA EÇES EROIS QUE LUTA CONTRA AS DROGAS E BANDIDOS DAS FAVELAS. AMANHA NOIS VAI FAZER UMA PASEATA EM APOIO A MORO, QUEIROZ E FLAVIO E CONTRA O COMUNISTA, O PAPA. NOIS TAMBÉM TEM INFORMASSAO QUE O PAPA COMPROU O CARGO DO OUTRO PAPA POR 5 MILHÕES DE EUROS. MITO, MITO, MITO...

👍 14 🗨️ 34

Claudinei Rafael
HÁ 5 HORAS

Bolsominions tem q fazer uma passeata em favor das milicias, afinal seu ídolo faz parte dessa organização!!!

👍 0 🗨️ 15

Entre na conversa

Diógenes Filho
HÁ 6 HORAS

Uhu ahaaaaaaaaaa

👍 11 🗨️ 0

Segue-se a tabela com as variáveis empíricas observadas:

Unidades de significação	Códigos	Categorias
Políticos são milicianos	Polarização política	Divisão
As milícias têm origem nas instituições	Divisão de regiões brasileiras	Discussão
A justiça não pune devidamente	Descrença nas instituições	Chacota
O estado do Rio é o mais violento do país		
A população não é protegida pelos governos		

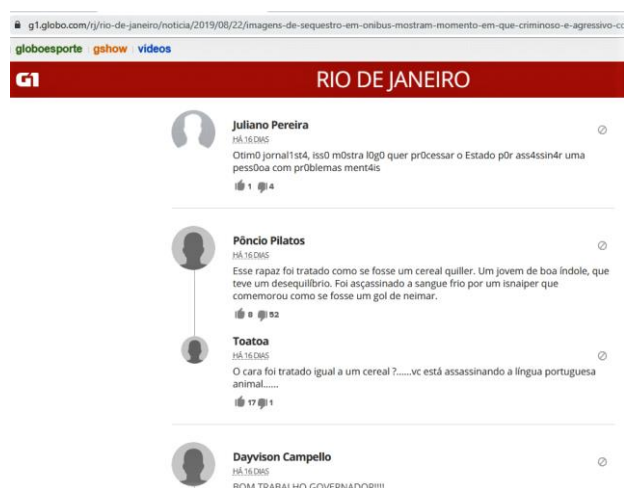
Tabela 8

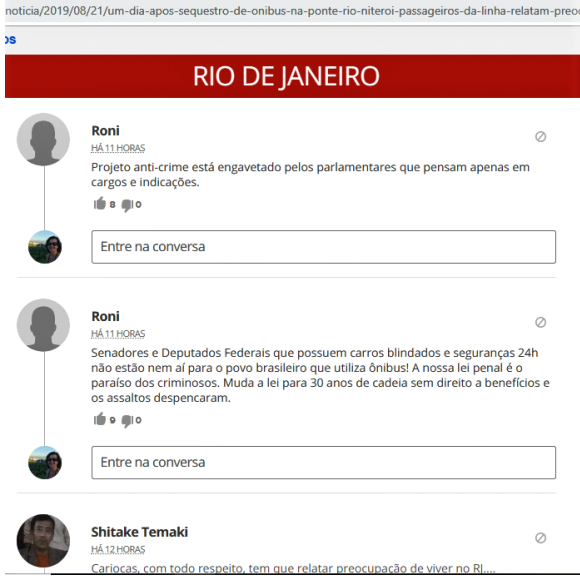
As palavras-instrumento selecionadas são: não, que, eles, cadê, quem.

E as palavras plenas destacadas: milícia, polícia, crime, organizado, falido, *minion*, antas, pior.

Chegamos à oitava matéria, cujo teor versa sobre um acontecimento que abalou o país em agosto de 2019, quando um homem sequestrou um ônibus, com 37 passageiros e o motorista, e parou atravessado na Ponte Rio-Niterói, sentido Rio, no início da manhã, ameaçando atear fogo ao veículo. O sequestro parou as cidades do Rio de Janeiro, Niterói e outras vizinhas, e só terminou com a morte do sequestrador por um *sniper* da polícia, que já tinha tomado a pista para negociar com o criminoso. Foram colhidos 70 comentários sobre a notícia, dos quais participaram 24 homens, quatro mulheres e seis *nicknames*. Um total de 28 comentaristas se identificou com seus nomes, mas apenas seis colocaram suas fotos aparentemente verdadeiras, para 25 sem foto. A interatividade se limitou a oito comentários, e foram oito as vezes em que pessoas postaram mais de um comentário, evidenciando um interesse menor em dar suporte a um debate. Novamente se observa a presença do *troll* Pôncio Pilatos, atraindo interatividade por polêmica em relação à forma e ao conteúdo de seus comentários. Colaboraram para o debate público apenas dois comentários, enquanto que oito apresentaram viés político. Um total de três comentários estavam em *flaming*, e seis tinham um conteúdo agressivo.

Seguem-se dois quadros de comentários:





A seguir apresenta-se as variáveis empíricas aplicadas:

Unidades de significação	Códigos	Categorias
Criminosos devem morrer	Polarização político-	Vingança
Políticos são oportunistas	ideológica	Provocação
A polícia só mata pobres	Desejo de justiça própria	Pessimismo
A população deve se defender por conta própria	Alienação social e política	Ceticismo
		Divisão
		Racismo
		Preconceito

Tabela 9

As palavras-instrumentos que se destacaram nesta peça foram: não, com, só, parabéns.

E as palavras plenas: bandido, polícia, criminosos, belas, coitado.

A nona matéria trata de um tiroteio entre polícia e assaltantes na Avenida Brasil, principal via de acesso à cidade do Rio de Janeiro, em plena tarde de uma quinta-feira. Vários motoristas que passavam pelo local tiveram de deixar seus carros e se abaixar na pista, procurando se esconder atrás dos veículos. Dois dos assaltantes foram baleados e levados para o hospital público próximo. Outros dois foram presos. A matéria chama a atenção pelas fotos

dos motoristas no asfalto, atrás dos carros, uma cena que se repete no Rio de Janeiro. Um total de 28 homens, uma mulher e quatro *nicknames* participaram dos comentários. Dois comentaristas são anônimos, 28 se identificam, mas apenas dois postam suas fotos supostamente verdadeiras, enquanto que 32 se apresentam sem foto. A interatividade se deu em sete dos comentários, os comentários agressivos somaram três e de ofensivo constatou-se apenas um. Houve uma interação mais efetiva dos comentaristas, que postaram mais de um comentário em 22 ocasiões. A colaboração para o debate público permanece tímida, em apenas dois comentários, enquanto que quatro deles apresentaram viés político. Segue-se uma amostra de dois quadros mais curiosos dentre os selecionados:

The image displays two screenshots of a news article's comment section from G1. The top screenshot shows three comments from Lucas Souza, Wagner Oliveira, and XandeGuima Silva. The bottom screenshot shows three comments from Immanuel Kant, Adilson Azevedo, and Erick Suzuki.

Top Screenshot Comments:

- Lucas Souza** (Há 31 HORAS): Troca de tiros com a polícia, prender é muito pouco pra desgraçados como esses. (45 likes)
- Wagner Oliveira** (Há 2 HORAS): tem que mandar pra vala prende e a justiça podre do Brasil solta amanhã mesmo na audiência de custódia. (25 likes)
- XandeGuima Silva** (Há 43 MINUTOS): SOLTA E AINDA PUNE A POLICIA.....KKKKK... AÍ VC CONTA ISSO LA FORA, NEGO DA CAMBALHOTA DE GARGALHADA ACHANDO Q VC É UM HUMORISTA.....KKKKKK...POBRE PAÍS ULTRA DESTRUÍDO FÍSICO E MORALMENTE POR 20.....25 ANOS SEGUIDOSSS..... (0 likes)

Bottom Screenshot Comments:

- Immanuel Kant** (Há 31 HORAS): Tenho certeza se fosse aqui em São Paulo esses 4 já estariam mortos! (13 likes)
- Adilson Azevedo** (Há 3 HORAS): PARABENS PARA A POLICIA, DA PROXIMA VZ CAPRICHIA MAIS NA PONTARIA. (47 likes)
- Erick Suzuki** (Há 3 HORAS): policia fez errado, não cancelou o CPF dos meliantes.

A seguir mostramos a tabela de unidades de significação, códigos e categorias comentários da nona matéria:

Unidades de significação	Códigos	Categorias
A polícia só mata inocentes	Descrença nas instituições	Chacota
A polícia é corrupta e incompetente	Desistência do país	Provocação
Criminosos devem ser mortos	Desvalorização das instituições	Revolta
	Desejo de vingança própria	Radicalismo
	Banalização da vida	Violência
		Endurecimento

Tabela 10

As palavras-instrumento observadas com destaque foram: não, ainda, esses, parabéns.

As palavras plenas replicadas por vários dos comentaristas foram: bandido, polícia, desgraçados, pobres, lixos, piores, audiência, malditos, racista, lamentável.

Para fechar a mostra de matérias selecionadas para análise de conteúdo separamos uma já relacionada ao problema atual, a Covid-19. Na peça é noticiada a decisão da justiça do estado de Santa Catarina de soltar 1077 presos por conta da pandemia do novo coronavírus. A decisão é extremamente polêmica e provoca reações dos comentaristas. São 22 homens, três mulheres e três *nicknames*. A soma de 23 comentaristas se identificou com os nomes, três eram anônimos, três com fotos verdadeiras, quatro com fotos *fake* e 20 sem foto. A interatividade ocorreu em sete comentários, e em 14 deles comentaristas se manifestaram mais de uma vez. Somente três comentários foram codificados como agressivos e não foi observado nenhum ofensivo. Seis comentários foram considerados como que acréscimos válidos para o debate público e quatro continham viés político. A mostra de dois quadros de destaque entre os comentários segue-se abaixo:

g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/03/22/justica-manda-soltar-mais-de-1-mil-detentos-em-sc-por-causa-da-pandemia-do-novo-c

google tradutor - P...

g1 globoesporte gshow videos

G1 SANTA CATARINA

todos ficam doentes, é o mesmo ambiente, ar, confinamento. Pega um pega todos. E depois, estes aí que estavam pra sair, saem infectando todo mundo.

1 1

Entre na conversa

Tarso Franchis
HÁ UMA HORA

O que não dá pra negar é que para uma população carcerária o risco de contágio triplica, quadruplica, por estarem todos amontoados em um mesmo local. Se vão sair de lá para roubar e etc, é da cabeça de cada um, mas nós como seres humanos mais íntegros deveríamos entender os dois lados da moeda. Se o cara já tava pra sair, pq não liberar logo de vez? Se ele tem algum problema de saúde, pq insistir em piorar a situação? Imaginem a disseminação disso aí numa cadeia, se começarem a morrer vários na tutela do estado, o gasto que iria gerar para controlar a situação.

11 23

Antonio Tavares
HÁ UMA HORA

se eles forem soltos aonde vão ficar em quarentena? na tua casa?

10 1

g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/03/22/justica-manda-soltar-mais-de-1-mil-detentos-em-sc-por-causa-da-pandemia-do-novo-c

google tradutor - P...

g1 globoesporte gshow videos

G1 SANTA CATARINA

PLANETA PLANO
HÁ UMA HORA

Sulista é tudo vago bundo, deveriam ser todos mandados de volta pra Europa e morrerem lá junto dos Ancestrais. Não sei porque liberarem esses nefastos caucasianos pra perambularem à-toa pelas ruas da região que todos eles ROUBARAM dos antigos índios. Q Horror !!!

3 5

Entre na conversa

Sirlene Freitas
HÁ UMA HORA

Como se não bastasse os problemas que estamos enfrentando, agora ainda teremos que nos preocupar em não sermos roubadas, assaltadas e estupradas, so Deus na s nossas vidas mesmo, esse governo so faz M

13 2

Entre na conversa

As variáveis empíricas escolhidas para análise estão apresentadas na tabela a seguir:

Unidades de significação	Códigos	Categorias
A justiça solta os criminosos	Total descrença na justiça	Desilusão
Criminosos devem morrer na cadeia	Descrença nos agentes públicos	Pessimismo
Os inocentes e pagadores de impostos estão sempre sendo prejudicados	Justiça com as próprias mãos	Revolta
	Sensação de desamparo	Impotência
		Desistência
		Desinteresse
		Endurecimento

Tabela 11

As palavras-instrumento destacadas foram: não, que, contra, nada.

E as palavras plenas: bandido, crime, criminosos, polícia, esquerda, pior, mau, lixo, vagabundo, nefasto, parabéns.

5.5 Resultados e hipóteses decorrentes da análise quantitativa

Conforme os gráficos constantes no item 5.4.1, e de acordo com os levantamentos feitos sobre cada variável empírica selecionada, acrescentamos a seguir as variáveis construídas a partir dos níveis de frequência e ausência de marcadores previamente elaborados, em uma perspectiva indutiva, baseada em uma classificação representacional, e estendida a uma análise manifesta dos dados coletados.

Com relação ao gênero dos comentaristas obtivemos um percentual de 78% dos comentários feitos por homens, 16% por nicknames e 6% por mulheres. O resultado corrobora estudos já realizados sobre a presença do sexo feminino em redes sociais desde os primeiros anos 1990. Herring (2000), em seus estudos sobre a presença feminina na comunicação on-line, diz que ela sempre tendeu ao desmerecimento. Pesquisas sobre comentários no CMC - Comunicação Mediada por Computador - nos anos 90 mostraram que, nos grupos de discussão pública, as mulheres sempre publicavam menos mensagens, e se não obtivessem resposta reduziam ainda mais ou simplesmente abandonavam o debate. A pesquisadora também observou uma tendência maior de mulheres para formar e participar de grupos on-line destinados exclusivamente a mulheres, onde encontram recepção mais sensível junto a seus apertes, enquanto que com os homens isso acontece muito mais raramente. O caráter mais agonístico dos homens, em contrapartida às tentativas de harmonização manifestadas pelas mulheres, é outro aspecto desencadeador de desavenças transportadas do comportamento real para o comportamento virtual nas discussões on-line, e também descrito por Herring (2000). Em pesquisa realizada junto ao site IRC – Internet Relay Chat – em comparação com um grupo de debate acadêmico, a autora pontua o assédio como o grande entrave para uma interação e um engajamento maior das mulheres no ciberespaço. As interações masculinas consideradas como assédio envolvem comentários com intenção de aborrecer, alarmar e abusar, verbalmente, das mulheres participantes de uma discussão. Mesmo no grupo de acadêmicos, supostamente mais evoluído intelectualmente com relação à igualdade de gêneros, o assédio, embora velado, é presente. Tal tendência se confirma também no presente estudo, quando podemos verificar comentários abusadores e machistas por parte dos homens em relação a mulheres protagonistas das notícias, chamando-as de “feias” como se esse também fosse um crime, e mandando uma comentarista ir “lavar louça”.

Sobre a questão da identificação por foto obtivemos, em um universo de 346 comentários, um total de 312, ou 91%, de comentários sem foto alguma, enquanto que somente

32, ou 9%, postaram suas fotos verdadeiras, ou com indicativos de serem verdadeiras. O restante dos comentaristas comparece com fotos falsas, alusivas aos *nicknames* adotados ou não. O resultado sugere o maciço desejo de anonimato, onde se supõe maior liberdade para comentar, e onde a responsabilidade sobre as palavras utilizadas parece menos relevante. Pesquisas realizadas sobre anonimato na Internet mostram que a possibilidade de não assumir a verdadeira identidade, embora na prática isso seja difícil de alcançar junto aos portais, pode deixar o comentarista mais à vontade para dizer o que pensa. Herring (2000), em sua pesquisa sobre os comentários de homens e mulheres no CMC, expõe os assédios que desnudam o lado sombrio do anonimato, que em nome de um aspecto lúdico, acaba por reduzir a responsabilidade social, facilitando aos usuários a prática de atos hostis e agressivos. Cho & Kwon (2015, p. 363) citam estudiosos que advogam os papéis construtivos do anonimato como facilitadores de um provável senso de igualdade, reduzindo a pressão normativa sobre a conformidade e incentivando usuários a exercer direitos individuais de liberdade de expressão de maneira mais liberada.

De acordo com várias pesquisas já relacionadas a esta condição de produção os comentaristas se sentem mais à vontade para externar suas opiniões quando não se identificam, e cabe aos moderadores dos veículos permitirem ou não comentários sem identificação. Trata-se de uma questão complexa e sobre a qual público e mídia debatem continuamente. Se, por um lado, muitos profissionais defendem a prerrogativa de obrigar os comentaristas a se identificarem, sob pena de não terem seus comentários publicados, por outro reconhecem que essa medida pode soar como ditatorial, censora e excludente, e admitem o direito do público de exercer sua liberdade de expressão não somente no conteúdo de suas mensagens como também na forma como se apresenta. Embora as pesquisas demonstrem que os jornalistas não estão cedendo o espaço de moderação ao público, mas reforçando sua prerrogativa de *gatekeepers*, esses mesmos profissionais aderem ao direito do público à liberdade de se expressarem, ainda que o espaço de diálogo e interação não favoreça a deliberação entre comentaristas (Chen & Pain, 2016, p.1). De todo o modo a discussão aberta, em si mesma, agrega valor positivo para deliberação, ou seja, como agente de potencial colaboração para uma esfera pública (Ibid., p.2).

No que se refere à interatividade entre os comentaristas e entre comentaristas e o veículo a relação entre o total e os comentários interativos é de somente 23% destes últimos – ou 167 comentários – em um universo de 561 mensagens. O resultado corrobora o que afirma Weber (2014, p. 950), de acordo com sua pesquisa, sobre o fator proximidade como determinante de maior interação entre os comentaristas. Quanto mais próximo se encontra um evento maiores

as chances de interatividade, e quanto mais longínquo é o acontecimento menor a disposição para o debate. A investigação de Weber endossa os resultados da presente pesquisa, indicando menor identificação quanto mais distante está o acontecimento, e consequente menor interatividade sobre o fato. A frequência das notícias também pode ser um indicativo do nível de interatividade: segundo Weber (Ibid., p. 950) no caso de eventos com início e fim determináveis, o nível de participação é maior do que com relação a notícias ou questões inacabadas. Como a maior parte das notícias investigadas tiveram *follow-up*, o nível de interatividade pode estar relacionado a esta circunstância.

Um resultado curioso diz respeito ao nível de agressividade nos comentários. Num universo de 561 postagens a porcentagem foi de 9% de comentários agressivos, ou 56 deles. Embora seja arriscado tentar julgar se esse nível é baixo, alto ou médio, pela natureza da temática arrisca-se a suposição de que a agressividade se exhibe em um nível satisfatório, ainda que presente. Todavia, a suposição de que uma taxa menos relevante de comentários agressivos pudesse implicar um nível de diálogo mais democrático e moderado não se sustenta, uma vez analisados os marcadores de interação e de colaboração para o debate público. O sentido de cidadania, comprometido em meio a um histórico de distanciamento entre a sociedade e os poderes instituídos, parece estar presente no próprio exercício de interação em uma dimensão de relativa liberdade de expressão permitida, e mesmo estimulada, por um dos maiores líderes da comunicação de massa brasileira, agora inserida na dinâmica do ciberespaço.

No que concerne aos comentários ofensivos, ou *flamings*, tem-se uma taxa um pouco maior do que os agressivos: 64, ou 10% das 561 postagens. Há que se enfatizar que a maior parte desses comentários são reações ofensivas feitas muito mais no contexto da interação entre os comentaristas do que no que diz respeito às notícias ou ao portal G1, embora uma parte menor ofenda atores sobre os quais as peças retratam. Cho & Kwon (2015, p. 363), destacam que, na medida em que respostas negativas provocadas por chamadas são comuns, é possível supor que a inflamação nos comentários on-line pode representar um perigo para as possibilidades do exercício democrático-deliberativo em uma virtual esfera pública.

Os comentários com viés político, aqueles que invocam figuras do cenário político ou fazem menção a políticas públicas, apresentaram-se como 13% do total alavancado, ou 84 comentários em uma amostra de 561 mensagens. O resultado sugere a necessidade dos comentaristas de referirem-se a atores da política ainda que a discussão nada tenha a ver, ao menos aparentemente, com o acontecimento focalizado. A presença da política em todos os assuntos levantados pelas peças pode indicar a motivação para o debate ideológico e o exercício

da polarização política presente hoje em notória atividade no cenário político e social brasileiro. Embora não sendo de significativa monta no universo identificado, importa destacar a presença desse viés como um marcador de relevância para uma compreensão maior da complexidade atualmente experimentada no espectro da sociedade brasileira.

Quando chegamos aos comentários que colaboram para o debate público atestamos um nível abaixo do que se poderia imaginar de antemão. O resultado provoca alguma surpresa, em que pesem as últimas décadas de história da redemocratização do regime político brasileiro. Assim, do universo de 561 comentários, somente 26, ou 4% do total, efetivamente debateram, questionaram ou sugeriram ideias e medidas para a melhoria do sistema judiciário e legislativo no que se refere às questões legais e institucionais brasileiras. Considerando-se que a maior parte dos comentários, quando opinativos sobre a situação da violência no país, manifestou o desejo de justiça própria por falta de confiança nas leis e nas instituições políticas, questiona-se o papel da mídia em geral, não somente a digital mas todos os canais de informação, como agentes influenciadores também nas questões mais afetas ao interesse da população e na esfera pública como um todo. Haverá maiores contribuições a dar no sentido de ouvir as queixas das sociedades e repassá-las às autoridades competentes? Ou de fato a mídia ainda está mais preocupada com seus lucros do que com o desenvolvimento político, econômico e social do país a que serve? E como a liberdade de expressão de que dispomos, tendo em vista o regime democrático diligente e em evolução através dos anos, pode ser melhor aproveitada junto à mídia para reverberar as reivindicações de toda uma nação? Haverá ainda como a grande mídia informar com mais neutralidade e abrir seus canais para as vozes populares manifestarem suas insatisfações e demandas? Ou desde já o presente e o futuro da comunicação em massa cederão seu espaço para as redes sociais, os blogs, o exercício dos jornalismo participativo e cidadão como forma de exercer pressão sobre os agentes livremente escolhidos em eleições periódicas para efetivamente atenderem aos anseios das sociedades em suas necessidades regionais e nacionais? Tais questões encontram eco em pesquisas empíricas como a que apresentamos neste estudo, e suscitam a reflexão e a diligência por parte da academia em um movimento sem solução de continuidade.

Relativamente à atividade dos comentaristas em cada peça selecionada tem-se um resultado não conclusivo como presente. Foram 119 as vezes em que um comentarista fez mais de uma postagem, ou 17% dos comentários, o que, em um universo de 561 postagens, não é significativo. Com efeito, tal resultado vislumbra uma motivação um tanto enfraquecida no que

concerne à contribuição para o debate público, ainda que não se possa adotar um parecer de caráter nulo quanto ao quesito.

5.6 Análise qualitativa e suas inferências

5.6.1 Variáveis empíricas – palavras-instrumento e palavras plenas

A partir do levantamento das variáveis de inferência observadas – palavras-instrumento e palavras plenas -, procedeu-se, inicialmente, a uma análise temático-frequencial sintática das amostras (Bardin, 1977, p. 82), que descreveu as unidades de significação potenciais para a concepção das dimensões de atitudes passíveis de inferência. O método de coleta de dados se deu por observação (Bengtsonn, 2016, p.9), sendo a unidade conceitual de análise a amostra de comentários dos leitores do G1 com referência a matérias sobre violência no período de julho de 2019 a março de 2020. O método da análise foi indutivo, partindo das observações feitas para identificar pontos significativos que possam responder às perguntas da pesquisa. Procedeu-se a uma análise das palavras plenas em comparação com as palavras-instrumento, a fim de buscar, nas variáveis de inferência, o reconhecimento do vocabulário de base empregado nos comentários. Assim, totalizou-se a contagem de 12.138 ocorrências – total de palavras -, sendo destas 6.760 palavras plenas, ou 55,69% do total, e 5.378 palavras-instrumento, representando 44,30% do universo de palavras enunciadas.

Das palavras plenas, um total de 3.206 são de substantivos, 1.012 são de adjetivos e 2.542 são verbos, conforme gráfico abaixo:

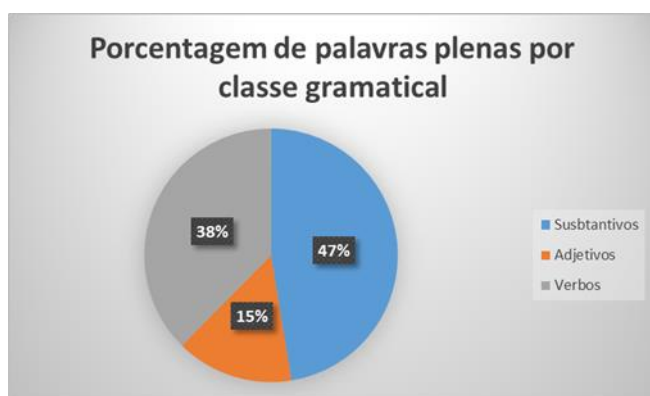


Fig. 10

Com relação ao total de ocorrências tem-se as seguintes porcentagens para as palavras plenas segundo sua classe gramatical:

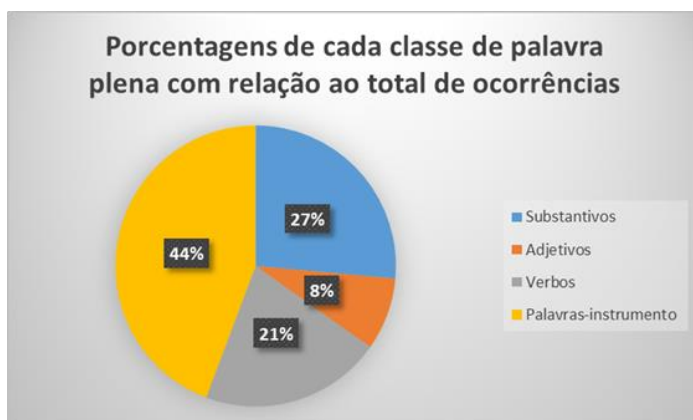


Fig. 11

De todos os substantivos, os mais frequentes, com as respectivas porcentagens, são mostrados no gráfico abaixo:

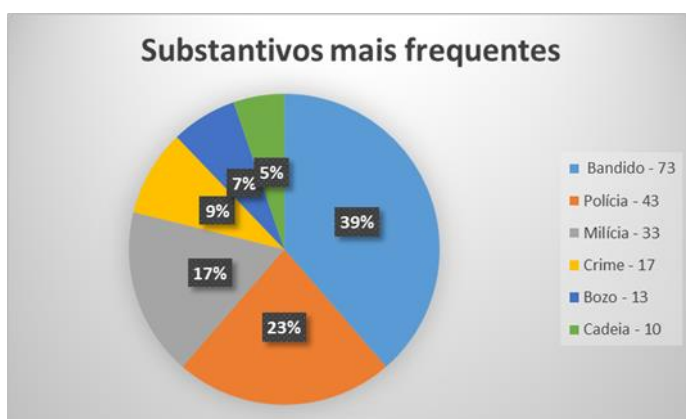


Fig. 12 *Bozo é o apelido dado pelos opositores ao Presidente Bolsonaro

Os adjetivos mais frequentes se inserem no gráfico abaixo, com suas respectivas porcentagens:

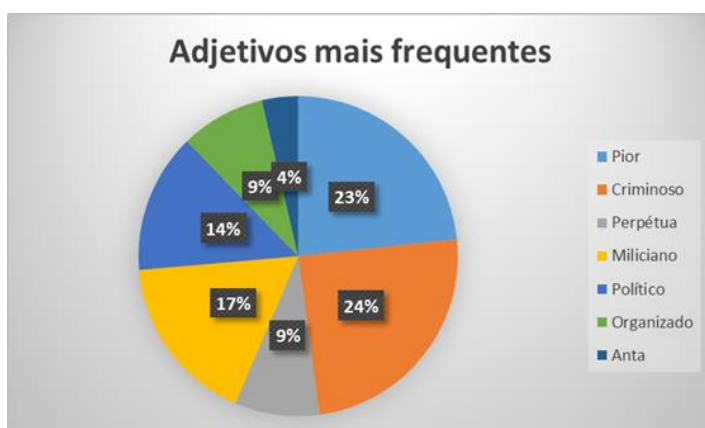


Fig. 13

Os verbos mais frequentes levantados e seu percentual de frequência se inserem no gráfico abaixo:

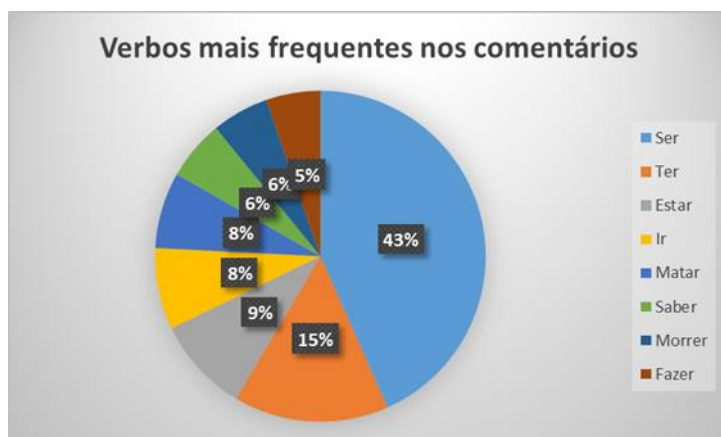


Fig. 14

Com relação às palavras–instrumento as que mais aparecem nos comentários analisados compõem o gráfico a seguir:

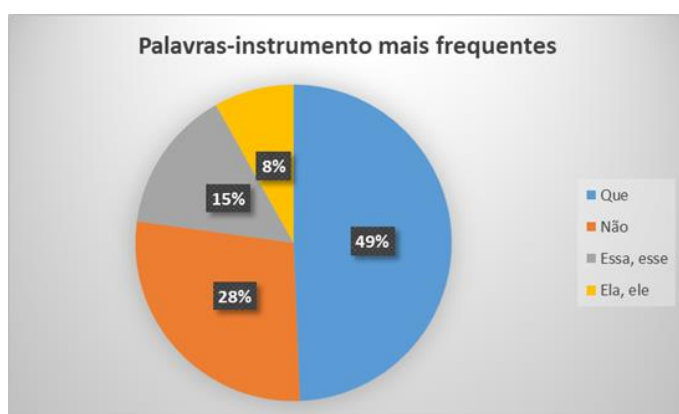


Fig. 15

5.6.2 Do tratamento dos dados para uma análise qualitativa do conteúdo trabalhado

A seguir, e conforme o levantamento das palavras que compõem as narrativas dos comentaristas, procede-se a uma análise léxico-sintática com vistas à análise qualitativa do conteúdo. Assim, a porcentagem maior de palavras plenas do que de palavras-instrumento no universo de ocorrências revela repertório de base variado, não obstante a diferença percentual relativamente pequena, de 56 % para 44%. As palavras-instrumento, ainda que obrigatoriamente tenham que ser repetidas, por suas funções de ligação, não superam as palavras plenas, o que indica riqueza maior de vocabulário diferenciado em relação ao vocabulário básico (Bardin, 1977, p. 85).

Das palavras plenas, o registro de substantivos é o mais rico, seguido dos verbos e dos adjetivos, sendo estes últimos os menos frequentes nos comentários. Entretanto, o fato de os adjetivos serem menos empregados não implica necessariamente ausência de classificações ou opiniões nas narrativas. Nesse sentido merecem destaque os adjetivos que aparecem em maior número, quais sejam, “pior”, “criminoso”, “perpétua”, “miliciano”, “político”, “organizado” e “anta”, todos com sentido negativo e alguns com sentido pejorativo. O emprego maciço de qualificações negativas pode corroborar as hipóteses de descrença nas instituições, acompanhada de pessimismo, ceticismo, sensação de desamparo, desistência de lutar, opção pela alienação social e política, endurecimento e banalização da vida, manifestações essas observadas no conteúdo dos comentários.

No que se refere aos verbos o mais usado é o verbo “ser”, o que obedece a uma certa ordem natural mesmo de textos mais elaborados, como os escritos de Françoise Giroud e os discursos de Charles de Gaulle (Bardin, Ibid., p.87). Sucede-se então os verbos “ter”, “estar” e “ir”, empregados pelos comentaristas em suas interações com os demais e em suas opiniões sobre as providências a tomar para diminuir a violência e combater a criminalidade. Nesse mesmo sentido chama a atenção a alta incidência dos verbos “matar” e “morrer”, dando aos comentários um tom de agressividade e violência que pode ser percebido com clareza.

Com relação às palavras-instrumento tem-se como principal a conjunção integrante “que”, o que é relativamente normal (Bardin, 1977, p. 85). Em seguida aparecem o advérbio “não”, mostrando um tom de negatividade nas narrativas, e os pronomes “essa”, “esse”, “essas”, “esses”, “ela”, “ele”, “elas”, “eles”, onde se observa o distanciamento das posições assumidas pelos comentaristas, em confronto constante com as ações dos personagens das peças pesquisadas. Abaixo elencamos alguns exemplos extraídos das matérias e que ilustram tais observações:

*“...cadê os snipers para abater **essa** cambada...”* Bruno, sem foto.

*“Como se **não** bastasse os problemas que estamos enfrentando, agora ainda temos de nos preocupar em **não** sermos assaltadas, roubadas e estupradas. Só Deus nas nossas vidas mesmo, esse governo só faz M...”* Sirlene Freitas, sem foto

*“**Ela** é a verdadeira assassina...**ela** tem foro, jamais será presa...”* Aparecido Souza, sem foto.

*“**Esses** são os parlamentares eleitos por um povo ignorante. Por **essa** razão o Brasil possui um Congresso que impede o progresso do país.”* Carlos Roberto, sem foto

*“...**não** sei quem é o pior, o bandido do Bozo ou a Globolixo...”* Determinado, sem foto.

*“...ah, **não** tenho pena **não**...”* Fernando Silva, foto fake.

*“Se portavam fuzis, por que **não** foram abatidos?”* Fernando Caninéo, sem foto.

*“A Globo é que os trata como homens, e **não** como bandidos. Pra mim quem porta fuzil é policial ou bandido, **não** vi nenhum policial naquela fuga.”* Raimundo Rodrigues, sem foto.

Dos substantivos apurados tem-se como o mais usado a palavra “bandido”, seguido de “polícia”, “crime”, “milícia”, “Bozo” e “cadeia”. A dialética que se apresenta entre esses vocábulos, com destaque para a dicotomia “polícia” x “bandido”, pode indicar a luta original e histórica do bem contra o mal.

Destaca-se grande incidência dos substantivos acima citados também em comentários que tendem para a polarização político-ideológica presente hoje no Brasil. Nesse contexto observa-se que tais provocações acontecem mesmo em comentários sobre matérias que, a priori, não teriam relação com política. A manifestação provocada por alguns tem como resposta interatividade baseada em motivação mais política do que social, e onde se verifica engajamento significativo. Nessa variável empírica contabilizou-se um total de 97 comentários, em um universo de 561, perfazendo uma porcentagem de 15% do total de comentários analisados. A seguir exemplos desses comentários, surpreendentemente presentes em quase todas as peças analisadas:

“Triste dia para os esquerdistas, CPF de bandido cancelado com sucesso.” Lobo Six, *nickname*, foto de um animal marinho.

“O problema da direita são as besteiras que proferem todos os dias.” Rosimeire Lopes, sem foto.

“O problema da esquerda é que a concorrência é grande nas BRASILEIRINHAS.” Luis Lima.

“Não deu nem tempo dele ativar o modo Adélio Bispo. Hahahahaha, Grande Dia! Bandido no caixão, alegria no meu coração.” Tiago Duarte, sem foto.

“Presidente miliciano também no caixão?” Denise Alexandre, com foto que parece ser verdadeira.

“Denise cheiradora de mortadela.” Marcia Pereira, sem foto.

Com relação à interatividade e à moderação entre os comentaristas, o diálogo é fugaz e rarefeito, com poucas interações de concordância e muitas intervenções de confronto, caracterizando poucas possibilidades de consenso, presença de polarização de ideias e maior tendência a seguir o impulso pela competição em direção ao estabelecimento de uma verdade imposta arbitrariamente, ao invés da tentativa de um diálogo aberto à diversidade de pontos de vista. Observa-se que a presença de *trolls* provoca interação desviada do tema central da matéria para conversas paralelas, formando entraves à plena interação entre os comentaristas para uma discussão mais consistente a ser aproveitada para o debate público. Em termos de engajamento, pelo exposto, este se estabelece mais no campo da discussão negativa do que na inclinação para o diálogo democrático. A seguir exemplificamos dois grupos de comentários de interação, o primeiro com relação ao tema central da peça e o segundo grupo de interação por provocação de *troll*:

“Medida sensata, visto que são PESSOAS com baixa periculosidade e que já estavam prestes a sair porque já pagaram...” Fábio Paiva, sem foto.

“Põe tudo na tua casa.” Filipe Giordan, sem foto.

“Fábio fui um dos que saiu...” Antonio Luiz, sem foto.

“Mais uma demonstração de intolerância da sociedade. Olha, gente, ninguém rouba porque quer...um garoto de 18 anos pode virar um cereal quiller.” Poncio Pilatos, troll, sem foto.

“Cereal quiller, meu amigo, você também é vítima do sistema, ahahaha.” Vitor Campolina, com foto que parece ser verdadeira.

“Parei de ler no jente...” Alexandre Cunha, sem foto.

Os comentários com atributos de misoginia, xenofobia e preconceito são minoria, mas não deixam de aparecer. São 17 as narrativas levantadas nesse sentido, e denotam clara prática de machismo e preconceito que, embora menos frequente em um universo maciçamente masculino, existe e importa registrá-la. Os comentários nesse sentido aparecem mais em peças cujos personagens são femininos, ou em que um dos comentaristas seja mulher, a exemplo das mensagens abaixo:

“Tem que pegar 2 anos pelo cinismo nas entrevistas, mais 2 pelas falsas lágrimas, mais 5 por ganhar dinheiro adotando crianças, mais 15 por ser feia.” Lohel, sem foto.

“Sam, vai lavar louça. ” Robson Ss, sem foto.

Em seguida, e de acordo com os códigos e a categorização efetuados em cada peça, observou-se o descrédito em relação às instituições no que se refere ao combate à violência e a soluções para a redução da criminalidade, destacando-se o pessimismo e a desilusão quanto à melhoria da situação da segurança pública no Brasil. Nesse contexto foram contabilizados 58 comentários, pouco mais de 10% das narrativas, a exemplo dos dois colhidos abaixo:

“Dou 24 horas para serem liberados e tudo isso graças aos bandidos do congresso e dos togados. Devemos agradecer ao bandido luladrão por tudo isso afinal a justiça dos tribunais superiores nada mais são do que a justiça particular dele. ” Klaus Abner, sem foto.

“O judiciário brasileiro é mesmo uma piada, uma piada de mau gosto!!! Já é inaceitável essas saídas durante o ano, agora liberou geral? Soltaram os criminosos na rua, realmente no brasil não se pode contar com a justiça. ” Carlos Santos, sem foto.

Em decorrência da desacreditação em relação às instituições públicas observou-se quantidade significativa de comentários favoráveis à justiça com as próprias mãos, evidenciando a falta de confiança nos agentes públicos e a busca por soluções imediatistas, equivocadas e irracionais. Tais expressões, ainda que possam, em um primeiro momento, parecer cruéis, indicam a utilização de um canal de mídia como meio para a expressão de sentimento de impotência quanto à solução dos problemas de segurança pelos quais passam os brasileiros. Nesse sentido foram codificados 72 comentários, ou 12,83% do total, cujos exemplos seguem-se abaixo:

“Tem que colocar todos os assassinos no paredão e fuzilar um a um. ” José Miranda, sem foto.

“Gosto de ver o sangue criminoso no chão. ” Apolo, foto fake (uma arara)

“Mata umas pragas dessas”. Ben Hur, sem foto.

Os comentários mais articulados no sentido de colaborar para o debate público são poucos, somente 26 em um cenário de 561 comentários, sobressaindo muito mais as sugestões de justiça com as próprias mãos do que a disposição para se aprofundar no conhecimento da complexidade humana e se dispor para o debate e o esforço para deliberar, com sinceridade, respeito e reciprocidade, ideias e práticas possíveis no sentido de reduzir a violência e fomentar a segurança para todos os estratos da sociedade. Seguem abaixo dois exemplos de comentários mais próximos do que se poderia chamar de contribuição para uma esfera pública virtual:

“Vivemos em uma sociedade empobrecida de modo geral: não temos um projeto de vida social e cada governante eleito busca soluções imediatistas, o atual, um tresloucado, está preocupado somente com sua família. Peço a Deus que ilumine as mentes daqueles que dependemos para traçar o futuro das novas gerações. ” Brasuca, sem foto

“Vocês olham pelo imediatismo. Se estes caras já iriam sair de qualquer forma, o que é melhor, sair sem infecção, ou sair infectando todo mundo? Sem contar a oneração do estado, e quando falo estado é o seu, é o meu bolso (...) quem tá saindo agora são os ‘ladrões de galinha’, réus primários, pessoas já com saúde debilitada. ” Tarso Franchis, com foto que parece verdadeira (ele com uma criança).

Outros parâmetros sujeitos à formulação de variáveis de inferência disseram respeito às condições de produção das mensagens, e que envolvem as variáveis psicológicas, sociológicas, culturais e relativas ao contexto de produção dos comentários. Nesse sentido destacam-se na estrutura das publicações:

- Criação de personagens

Nomes inverídicos, invocação de heróis e outros tipos de personagens são uma característica de alguns comentaristas do G1, e que despertam o interesse da pesquisa. Embora não represente a maior parcela dos comentaristas, excedem as mulheres, e trazem comentários engraçados, irônicos e provocativos. Nem sempre são trolls, como nem sempre os trolls aparecem como personagens construídos, mas levantam a interação entre os comentaristas de acordo com suas entradas muitas vezes polêmicas. A personagem “Sam”, por exemplo, se apresenta com uma foto de mulher bonita, comenta de forma a estimular os que a ela se seguem e sente-se à vontade para manifestar suas opiniões quanto às medidas que devem ser tomadas para conter o crime. Outros personagens seguem a mesma linha, exibindo grande criatividade e motivando a interação entre os comentaristas, o que sugere ser a liberdade de se apresentar, além da liberdade de expressão, um atributo democrático e útil para a abertura de um espaço de deliberação.

- Trolls

Assim foram definidos por jornalistas aqueles comentaristas que fazem comentários ultrajantes e/ou constroem seus comentários com palavrões (Wolfgang, 2018, p.9). Embora os personagens aqui identificados como *trolls* não usem palavras de baixo calão a pesquisa os reconhece por sua forma de escrever provocativa, com vários erros de ortografia visivelmente propositais, e com conteúdo controverso nos comentários, visando chamar atenção, seja

negativa ou positivamente, suscitar a discórdia entre os demais comentaristas e se contrapor a um possível consenso. Os *trolls* não são maioria no corpus da pesquisa, mas são responsáveis por grande parte da interação atestada entre comentaristas de algumas matérias, o que sugere prejuízo para as possibilidades de interação visando motivação e engajamento em um debate produtivo para um contexto de esfera pública.

5.6.3 Marcadores construídos

No que se refere às categorias identificadas com relação aos preexistentes códigos, a pesquisa classificou, como variáveis sociológicas e psicológicas dos indivíduos a partir de seus comentários os seguintes marcadores de inferência: sentimentos de desesperança, abandono, desistência, revolta, ceticismo e pessimismo, e as consequentes reações de vingança, chacota, ironia, provocação e alienação, endurecimento e banalização da vida.

Em resposta à hipótese de serem os comentários sobre violência no G1 colaboradores no sentido da formação de uma esfera pública virtual, não se vislumbrou tal dimensão. As opiniões, ideias e sugestões entendidas como aproveitáveis em tal sentido aparecem em uma porcentagem bem inferior ao contexto pesquisado, da. No que concerne à moderação e a deliberação na interatividade analisada entre os comentaristas e dos comentaristas para com o portal, verificou-se um número bem maior de comentários individuais, sem diálogo mútuo ou com o portal, o que também demonstra a dificuldade de aplicação da teoria habermasiana deliberativa no âmbito do corpus da pesquisa.

Cabe salientar, no entanto, que os resultados apurados como marcadores construídos a partir das variáveis empíricas sugerem a imprescindibilidade de se observar essas mensagens com um olhar mais aberto no sentido de buscar uma melhor compreensão dos fenômenos sociológicos aparentes nessa esfera e difundidos por meio do ciberespaço. Apesar de serem os comentários sobre notícias de violência tidos por jornalistas já pesquisados nos EUA como difíceis no que se refere à aplicação de políticas de moderação que sejam bem aceitas pelos leitores (Wolfgang, 2018, p. 11), e menos ainda como colaboradores para o estabelecimento de uma esfera pública virtual, consideramos a importância da continuidade das pesquisas sobre os comentários on-line em todo o seu espectro de participação política. Nesse sentido, entende-se ser a mídia virtual, hoje, um campo aberto para a manifestação dos anseios das sociedades em suas vertentes políticas, econômicas e sociais, demandando a investigação contínua sobre as formas de participação dos segmentos sociais através dos canais digitais.

6 Considerações Finais

Este estudo buscou investigar aspectos relativos à comunicação virtual contemporânea, tendo como recorte a análise dos comentários on-line publicados em um portal de notícias pertencente a um grande conglomerado do jornalismo como é o Grupo Globo de Comunicação. O corpus da pesquisa versou sobre os comentários dos leitores do portal G1, na seção de Cidades-Violência, debruçando-se sobre as narrativas empreendidas pelos leitores em relação aos fatos de violência e criminalidade noticiados pelo site.

As questões levantadas como hipóteses a serem confirmadas ou infirmadas disseram respeito ao modo de interação e moderação entre os comentaristas, de acordo com a teoria democrático-deliberativa preconizada por Habermas, e a consequente possibilidade de consideração da seção de comentários on-line focalizada como um participante de uma construção do espaço virtual como possível agente de influência, pressão e participação efetiva por meio de disposição de poder para tomada de decisão no âmbito de uma esfera pública que parte do ambiente digital para a prática política.

Antes de abordar, mais especificamente, os resultados da pesquisa objeto deste estudo, importa abordar um pouco da questão da esfera pública e das condições para sua implantação e exercício pleno como modo de participação das sociedades em discussões e decisões que as afetam direta e indiretamente. As controvérsias sobre o tema da esfera pública atravessam gerações e condições estruturais disponíveis para o seu funcionamento, com pensamentos divergentes enriquecendo a discussão. Enquanto Habermas preconiza a esfera pública como um fórum de discussão constituído, essencialmente, pela racionalidade comunicativa, outras correntes defendem uma visão mais espontânea do debate democrático-deliberativo. Defensores da emoção e da paixão no espaço democrático de discussão encontram eco, contanto que os princípios que regem a prática da comunicação racional e crítica estejam presentes. Tais correntes argumentam que a paixão e a razão estão inexoravelmente ligadas entre si, e que a defesa de pontos de vista não pode estar destituída de afeto, emoção e vontade. Nesse sentido, entende-se o potencial de empatia e os elementos afetivos como indispensáveis para a vitalidade da política democrática.

No que afeta o espaço virtual, é unânime entre pesquisadores a opinião de que o ciberespaço possui em sua essência potencial para o desenvolvimento da democracia e da revitalização da comunicação política, embora, para muitos, as condições possam não ser ainda tão propícias. A elaboração de um espaço amplamente democrático esbarra em diversos

aspectos, sejam eles de natureza política, social ou, de forma significativa, econômicos. Ao mesmo tempo em que os aparelhos que permitem o acesso ao mundo digital são cada vez mais acessíveis para uma ampla fatia da sociedade, observa-se não ser este um espaço comunicativo neutro, mas generosamente estruturado por lideranças hegemônicas de grupos macroeconômicos digitais. Tais grupos operam a partir de tentáculos que, enquanto permitem o ecoar das vozes populares, limitam o universo de suas preferências e necessidades por meio de métricas e algoritmos aplicados a cada público de acordo com os dados voluntariamente fornecidos por uma massa ingênua e ávida por habitar um mundo aparentemente livre.

Não obstante os domínios e barreiras estabelecidos pelos poderosos conglomerados da Informática que hoje estruturam a prática digital, fato é que a comunicação tradicional vem sofrendo mudanças profundas em sua essência e no modo de fazer jornalismo, permitindo o ecoar de vozes antes silenciosas e a manifestação ativa no diálogo democrático e nos processos de tomada de decisão que atingem a plenitude dos estratos sociais contemporâneos. Nesse sentido assiste-se ao surgimento de formas novas de fazer jornalismo, onde o público deixa de ser meramente o receptor da mensagem e atua também como produtor de conteúdo noticioso, ampliando as fronteiras da atividade jornalística e do exercício político do pensamento democrático. Assim observa-se a pujança do jornalismo participativo e a pulverização de blogs, fóruns e conteúdos on-line os mais diversificados, cada um deles funcionando de modo a alcançar e representar interesses de públicos específicos, públicos esses que se unem para formar uma nova ordem representativa nas expressões políticas, ordem essa que ora deve considerar as demandas e valores explicitados em uma comunicação sobremodo heterogênea. Assim é que autores hoje consideram a notícia não mais como um fim em si mesma, mas um “tiro de partida” para a discussão entre leitores.

Com relação à pesquisa desenvolvida neste estudo os resultados aferidos indicam um cenário turvo quanto à moderação e ao espírito de colaboração para o debate público. O percentual maciço de anonimato revela a preferência pela neutralidade em relação à defesa de posições políticas, embora o vocabulário esteja recheado de opiniões e narrativas de cunho sócio-político nas críticas sobre os acontecimentos focalizados. A linguagem eminentemente emocional não dá conta de um ambiente de raciocínio lógico e crítico a respeito das matérias, antes tendo seu embasamento na revolta e na inconformidade com os sistemas políticos vigentes. Todavia, em que pesem os comentários sobre violência serem tidos como pouco úteis para uma análise racional e crítica, a ausência de moderação prévia por parte do veículo, e a manutenção de um diálogo algo reflexivo e sincero no que concerne aos fatos noticiados,

indicam uma via, ainda que tênue, no caminho para o estabelecimento de uma esfera pública virtual. Em algumas matérias os comentaristas são dominados pela presença de *trolls*, o que dá margem a enganos nos intentos reais das mensagens com relação à notícia propriamente dita.

A colaboração para um arcabouço de opiniões, ideias e sugestões entendidas como aproveitáveis para o debate público representa, na investigação presente, uma porcentagem pequena em relação ao total de comentários analisados, evidenciando limitada movimentação na direção de um debate teórico-reflexivo sobre tomadas de decisão para resolução de questões ligadas à problemática da segurança pública e da criminalidade no país.

O baixo índice de comentários interativos indica ainda pouca deliberação na interatividade entre os comentaristas e deles para com o portal. As opiniões são muito mais individuais, caracterizando pouca empatia e interesse em debater politicamente a questão da violência e da segurança pública. O sentimento de decepção e ceticismo com relação às instituições torna mais rara a disposição para o debate. Os comentaristas se concentram muito mais em suas próprias convicções, preferindo e defendendo soluções bárbaras e pouco reflexivas de justiça própria. Investem na criação de personagens que nem sempre são *trolls*, mas mesmo quando não o são fazem as vezes de atores fictícios, adotando uma postura fantasiosa e debochada da realidade. As narrativas, em sua maioria, demonstram a opção pela alienação, em que pese o fato de que a própria motivação para o engajamento em uma seção de comentários já indique, per se, uma pré-disposição para se colocar politicamente.

Assim sendo, e em resposta às hipóteses previamente levantadas pela presente pesquisa, não se vislumbraram grandes possibilidades de diálogo deliberativo nas mensagens trabalhadas, tanto pelo baixo índice de interatividade quanto pela falta de compreensão e interesse no contexto dos próprios comentários interativos. Do mesmo modo não se verificaram em percentual relevante as condições necessárias de reflexividade, sinceridade, respeito e raciocínio lógico necessárias ao estabelecimento de um ambiente crítico-deliberativo. Não obstante a escassa interatividade no sentido de discutir uma problemática tão complexa e importante como a violência urbana, a motivação expressa nas narrativas dos comentaristas demonstra inequívoco engajamento e vontade política de participar, ainda que não se possa estabelecer os comentários analisados como elementos virtuosos de uma esfera pública virtual.

Como já citado no presente estudo, entendeu-se que o exercício de comentar caracteriza um cidadão motivado e engajado a ponto de interferir, de expor seus pontos de vista e seus propósitos, de desafiar, concordar, discordar, acrescentar. Ou seja, a prática da interatividade

encerra a reflexão, o debate público e o exercício da cidadania dentro das dinâmicas representativas da democracia. Nesse contexto o utilizador ultrapassa a passividade e assume a condição de cidadão engajado, interessado e motivado para acrescentar suas teses àquela notícia.

No cômputo geral, pode-se inferir que a manifestação popular expressa o anseio por um jornalismo efetivamente imparcial, livre do comprometimento com agendas políticas e interesses econômicos, que ofereça melhores condições de interação com o público e onde as condições para a produção de uma cobertura mais completa de notícias aceitem a sua inclusão. Nesse sentido observam-se correntes de pensamento adeptas da ideia de que jornalistas estão buscando acomodar as contribuições do público dentro dos espaços que as instituições de mídia controlavam antes, enquanto que outras visões atestam a permanência da mentalidade de que aos jornalistas cabem a guarda da informação, tementes de que interferências externas possam comprometer a qualidade das notícias.

Nesse sistema nervoso o webjornalismo vai se revelando como um exercício profissional que apresenta diferenças em relação à mídia tradicional, levando-se em conta a abertura de oportunidades participativas, mas preservando as condições de produção do jornalismo tradicional como paradigma. A visão moderna parece concordar com a ideia de um público chamado de “destinatário ativo”, que ocupa algum lugar entre receptores passivos e produtores ativos de conteúdo noticioso. A tensão constante entre produtor e aquele que não mais ocupa uma posição de mero receptor amplia as possibilidades de criação de um poder ao qual foi dada a alcunha de “quinto estado”, onde o processo de *gatekeeping* abre espaço, ainda que de forma cautelosa, ao exercício do *gatewatching*.

As ferramentas disponibilizadas pela Web 2.0, concordam autores, oferecem ao internauta canais de comunicação onde ele pode se incluir no debate público e se converter em leitor e co-autor de uma audiência ativa e participativa, conforme um modelo de participação maximalista, onde o controle profissional e a participação popular buscam um modelo mais equilibrado de exercício de cidadania. Nesse sentido entendeu-se, a partir da teoria fundamentada e dos resultados da pesquisa, e não obstante o controle ainda rígido por parte dos grandes grupos de comunicação, que a comunicação no âmbito dos canais digitais vem abrindo espaço para o aumento da motivação e do engajamento no debate público, a fim de pressionar os agentes midiáticos na direção de uma maior participação popular através do espaço virtual.

Dessa forma entende-se a importância da continuidade das pesquisas sobre os comentários on-line, na medida em que a comunicação se faz presente cada vez mais de forma virtual, considerando a vastidão de temas relativos a esta que é a mais importante revolução tecnológica da era contemporânea mundial, e por ser o ciberespaço, hoje, o maior campo de expansão de ideias e discussões acerca das questões apenas à trajetória do homem em sua evolução política, social e econômica moderna.

7 Referências Bibliográficas

- Agre, P. E. *Real-time politics: The Internet and the political process*. 2002, The Information Society, 18, 331. Recuperado de <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01972240290075174>
- Arnstein, S.R. *A Ladder Of Citizen Participation*. 1969, Journal of the American Planning Association, 35: 4, 216 - 224.
- Aroso, I.M.M. - *As redes sociais como ferramentas de jornalismo participativo nos meios de comunicação regionais: um estudo de caso*. 2013. Universidade da Beira Interior, PT.
- Bakker, P. *Mr. Gates Returns Curation, community management and other new roles for journalists*. 2014. Pages 596-606. Recuperado de <http://www.tandfonline.com/loi/rjos20>
- Barber, B. *Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age*. 1984. Berkeley: University of California Press.
- Barber, B. *A Place for Us: How to Make Society Civil and Democracy Strong*. 1998. New York: Hill & Wang.
- Barbrook, R. *Media Freedom: The Contradictions of Communication in the Age of Modernity*. 1995. London and Boulder, CO: Pluto Press.
- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. 1977, Edições 70, Lisboa, Pt.
- Beckett, L. *Superando apenas as visualizações de página: a equação de sete partes do Philly.com para medir o envolvimento on-line*. 2010. Recuperado de <https://www.niemanlab.org/2010/10/getting-beyond-just-pageviews-philly-coms-seven-part-equation-for-measuring-online-engagement/>
- Bengtsson, M. *How to plan and perform a qualitative study using content analysis*. 2016, NursingPlus Open 2, 2016, P. 8-14
- Bomfim, M.N.C & Sampaio, F.F. - *A Web 2.0, suas tecnologias e aplicações educacionais*. 2008. Relatório Técnico – NCE / UFRJ – Rio de Janeiro.
- Borger, M. *Participatory journalism: Rethinking Journalism in the Digital Age?* 2016. Amsterdam: Uitgeverij BoxPress.
- Bowman, S. & Willis, C. *Nosotros, el medio – Cómo las audiencias están modelando el futuro de la noticias y la información*. 2003. Recuperado de http://www.maestrosdelweb.com/images/2010/10/we_media_espanol.pdf
- Brambilla, A.M. *A reconfiguração do jornalismo através do modelo open source*. Recuperado de <http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/reconfig.pdf>
- Brites, M. J.; Silva, M.T. *The Portuguese news industry's perspectives and roles on the making of active citizens: readers' skills to comment on the News*. 2017. CECS, Univ. Minho, Univ. Lusófona do Porto / NOVA FCSH, CIC.Digital E-mail: britesmariajose@gmail.com / marisatorresilva@gmail.com

- Bruns, A. *Gatewatching: Collaborative online News production*. 2005. Peter Lang Inc., International Academic Publishers; New edition.
- Bruns, A.; Jacobs, J. *Uses of blogs*. 2006. Peter Lang: New York, 267 p.
- Bruns, A. *Blogs, Wikipedia, Second Life and beyond: from production to produsage*. 2008. Peter Lang: New York, 418 p.
- Burgelin, O. Structural Analysis on Mass-Communication. In: *Studies of Broadcasting radio and TV*. 1968, Culture Research Institute Nippon, Mosokyoka.
- Canavilhas, J. *Webjornalismo. Considerações gerais sobre jornalismo na web*. 2001. Universidade da Beira Interior, Portugal. Recuperado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornal.pdf>
- Carpentier, N. *Media and Participation: A Site of Ideological-democratic Struggle*. 2011. Intellect, Ltd., UK
- Carpentier, N. *O conceito de participação. Se eles têm acesso e interação, eles participam de fato?* Revista Fronteiras – estudos midiáticos 14(2): 164-177 maio/agosto 2012 © 2012 by Unisinos – doi: 10.4013/fem.2012.142.10
- Carpentier, N. *The concept of participation. If they have access and interact, do they really participate?* 2012. CM, Communication Management Quarterly/Casopis za upravljanje komuniciranjem, 21:13-36
- Castells, M. *A Galáxia Internet - Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade*. 2004. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Chen, G.M.; Pain, P. *Normalizing Online Comments, Journalism Practice*. 2016, DOI: 10.1080/17512786.2016.1205954. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1080/17512786.2016.1205954>
- Cho & Kwon. *The impacts of identity verification and disclosure of social cues on flaming in online user comments journal homepage*. 2015. Recuperado de www.elsevier.com/locate/comphumbeh
- Corrêa, E.S.; Madureira, F. *Jornalista cidadão ou fonte de informação: estudo exploratório do papel do público no jornalismo participativo dos grandes portais brasileiros*. 2010. University of São Paulo, Brasil E-mail: bethsaad@gmail.com, francisco.madureira@gmail.com
- Correia, J.C. *Media e cidadania: Algumas reflexões em torno de duas categorias modernas: consenso e ideologia*. 2001, Universidade da Beira Interior, Portugal.
- Correia, J.C. *Novos jornalismo e vida cívica: limites e possibilidades do «jornalismo deliberativo»*. 2010, Universidade da Beira interior, Portugal. Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/Joao_Correia33/publication/266139800_Novos_Jornalismos_e_Vida_Civica_limites_e_possibilidades_do_jornalismo_deliberativo/links/542681b70cf238c6ea7794c4/

- Correia, J.C. *Netativismo e indignação na esfera pública*. 2016, Revista Mídia e Cotidiano. Artigo Seção Temática Número 9, Niterói, Brasil.
- Couceiro, R. *Jornalismo e cidadãos em interação: Estudo de caso da rubrica “Nós por cá” (SIC)* – Recuperado de <https://revistacomsoc.pt/article/view/1463/1443>
- Couldry, N. ‘*The myth of “us”: digital networks, political change and the production of collectivity*’. 2014. Information, Communication & Society DOI:10.1080/1369118X.2014.979216
- Curran, J. *Mass media and democracy: A reappraisal*. In J. Curran and M. Gurevitch (Eds.), *Mass media and society*. 1991, London: Arnold.
- Dahlberg, L. *The Internet and democratic discourse: Exploring the prospects of on-line deliberative forums extending the public sphere*. 2001. Massey University, New Zealand.
- Dahlberg, L. *Net - Public-sphere research: Beyond the “First Phase”*. 2004, *The Public*, Vol.11 – 2004, 1. 27-44.h~01
- Dahlberg, L. *Net-public sphere research: Beyond the first-phase*. Javnost-The Public, 2004 - Taylor & Francis - Revista do Instituto Europeu de Comunicação e Cultura
- Dahlberg, L. *The Internet, deliberative democracy, and power: Radicalizing the public sphere*. 2007. The University of Queensland, Australia.
- Dahlberg, L. *Re-constructing digital democracy: An outline of ‘four’ positions*. 2011, *New Media and Society* - Sage Journals, USA
- Dahlgren, P. *Civic participation and practices: Beyond ‘deliberative democracy’*. 2006, In: *Researching media, Democracy and Participation - the Intellectual Work of the 2006 European Media and Communication Doctoral Summer School* –Tartu University Press, EE.
- Dahlgren, P. *Media and Political Engagement: Citizens, Communication, and Democracy*. 2009. New York: Cambridge University Press.
- Dahlgren, P. *Web-based Political Participation: Engagement, Emotion, Expression, Efficacy*. 2015, Lund University, Suécia.
- Danelli, C.M. *Interatividade no radiojornalismo e o uso do whatsapp: o caso da Bandnews Fluminense Fm* – 2015, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ
- De Certeau, M. *The Practice of Everyday Life*. 1984. Berkeley: University of California Press.
- Deuze, M. *The web and its journalism: considering the consequences of different types of newsmedia online*. 2003, *New Media and Society*, Sage Publications, UK.
- Dicionário Informal* – Recuperado de www.dicionarioinformal.com.br
- Elster, J. *Introduction*. In: J. Elster (ed.), 1998, *Deliberative Democracy*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 1-18. <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9781139175005.002>

- Enzensberger, H. M. *Elementos para uma Teoria dos Meios de Comunicação*. 1978, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- Feitosa, D.; Alves, K.; Nunes Filho, P. *Conceitos de interatividade e aplicabilidades na TV digital*. 2008, Editora Universitária, Universidade Federal da Paraíba.
- Fernback, J. 1997, 'The Individual within the Collective: Virtual Ideology and the Realization of Collective Principles'. in S.G. Jones (ed.) *Virtual Culture: Identity and Communication in Cybersociety* pp. 36–54. 1997. Thousand Oaks, CA: Sage. Recuperado de https://scholar.google.com.br/scholar?q=Fernback,+J.+1997,+%E2%80%98The+Individual+within+the+Collective:+Virtual+Ideology+and+the+Realization+of+Collective+Principles%E2%80%99&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar
- Fonseca, V.; Lindemann, C. 2007. *Webjornalismo participativo: repensando algumas questões técnicas e teóricas*.
- Fraser, N. *Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy*. 1990. Recuperado de http://carbonfarm.us/amap/fraser_public.pdf
- Givskov, C & Trenz, H-J. *Civic engagement through mainstream online newspapers: Possibilities and shortcomings* - MedieKultur 2014. p. 44-60, Society of Media Researches in Denmark.
- Gonçalves, J.F.F. - *Teoria da Participação Pública na Internet - Theory of Public Participation in the Internet*. 2013. Universidade do Minho, Portugal.
- Graham, T. *Everyday Political Talk in the Internet-Based Public Sphere*. 2015, University of Groningen, NL.
- Graham, T. S. *The Public Sphere Needs You. Deliberating in online forums: New hope for the public sphere?* 2002, The Amsterdam School of Communications Research. Amsterdam, Universiteit van Amsterdam.
- Graham, T.; Witschge, T. *In search of online deliberation: Towards a new method for examining the quality of online discussions*. 2003, Communications 28, 173-204 03412059/2003/0280173 @Walter de Gruyter
- Gramsci, A., *Quaderni del cárcere*. 1977. Volume III, Einaudi.
- Gurevitch, M. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*. 2009. Michael Gurevitch, Stephen Coleman and Jay G. Blumler Old and New Media Relationships—.
- Gviscov, C. & Trenz, H-J. *Civic engagement through mainstream online newspapers: Possibilities and shortcomings*. 2014, In: MedieKultur. Published by SMID | Society of Media researchers In Denmark. | Recuperado de <https://tidsskrift.dk/mediekultur/article/view/16969/15302>
- Habermas, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. 1989, Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- _____. 1994, *Direito e Democracia*. Vol II. 1994, Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- _____. 1998. *Conciencia moral y acción comunicativa*. 1998. Península, Espanha.

- _____. 2003. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003
- _____. 2006, *Political Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research*. *Communication Theory* Vol. 16 (4) 411-426.
- Hall, C. *O problema com a paixão*. 2005. Nova York: Routledge, Recuperado de <https://doi.org/10.4324/9780203952368>
- Heinrich, A. *Network Journalism: Journalistic Practice in Interactive Spheres* (Routledge Research in Journalism). 2011, Routledge.
- Hermida, A. *Mechanisms of Participation How audience options shape the conversation*. In: *Participatory Journalism Guarding Open Gates at Online Newspapers*. 2011, Wiley-Blackwell, USA-UK.
- Herring, S.C. Diferenças de gênero no CMC: achados e implicações. *Boletim CPSR: Inverno de 2000*. Recuperado de <http://cpsr.org/issues/womenintech/herring/>
- Holanda, A. et al. *Metodologias de pesquisa em jornalismo participativo no brasil*. 2008. In: *Interação Mediada por Computador e Jornalismo Participativo nas Redes Digitais*. Luciana Iniczuk & Stefanie Carlan da Silveira. Modelos interativos de publicação jornalística. 2008 <https://www.unibh.br/blog/o-engajamento-politico-do-jovem-pode-mudar-o-brasil-realmente/>
- Hughey, M.W; Daniels, J. *Racist comments at online news sites: a methodological dilemma for discourse analysis*. 2013 - *Media, Culture & Society* - 35(3) 332–347. Recuperado de sagepub.co.uk/journalsPermissions.nav DOI: 10.1177/0163443712472089 - mcs.sagepub.com
- Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 2009, Ed. Objetiva, Rio de Janeiro.
- Janssen, D; Kies, R. *Online Forums and Deliberative Democracy: Hypotheses, Variables and Methodologies*. 2004, E-Democracy Centre, Université de Genève, Switzerland.
- Jenkins, H. *Convergence Culture. Where Old and New Media Collide*. 2006. New York University Press, New York.
- Jenkins, H. *Fans, Bloggers, and Gamers: Exploring Participatory Culture*. 2006. London: New York University Press.
- Jensen, J.L. *Online deliberation and beyond? A time-based and comparative study of Danish political debates online*. 2014. In: *MedieKultur*. Published by SMID | Society of Media researchers In Denmark | Recuperado de <http://tidsskrift.dk/mediekultur/article/view/16327>
- Jimenez, A.G.; Rubio, P. R. (edit). *Aproximacione al periodismo digital*. 2007. Dykinson, Madrid.
- Jönsson, UMA. & Örnebring, H. (2011) *Conteúdo gerado pelo usuário e as notícias: empoderamento dos cidadãos ou ilusão interativa?* *Prática de Jornalismo*. 2010. 5(2) 127-

144. Recuperado de <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17512786.2010.501155>
- Josephson, J. Z. A. *Qualidade da informação e produsage: semiótica, informação e o usuário antropofágico. Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 16, n. 3, p. 270, 2011. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36624>
- Karlsson et al. *Participatory journalism – the (r)evolution that wasn't. Content and user behavior in Sweden 2007–2013*. 2015. In: *Journal of Computer-Mediated Communication*, Sweden.
- Ksiazek, T.B., USA; Limor Peer Yale University, USA; Kevin Lessard Villanova University, USA. *User engagement with online news: Conceptualizing interactivity and exploring the relationship between online news videos and user comments*. 2014. Recuperado de <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444814545073>
- Lévy, P. *Cibercultura*. 1999. São Paulo: Editora 34.
- Lévy, P. *Cibercultura*. 2007. Anthropos, Barcelona.
- Lewis S. C. *The Tension Between Professional Control Open Participation*. *Information, Communication & Society*. 2012. P.15(6) 836-866.
- Lima, L.S.; Moura, S. - A TV Digital interativa e a reconfiguração do processo de produção de notícias. IN: *Mídia, Tecnologia e Linguagem Jornalística*. Emilia Barreto...[et al.], organizadores. 2014. João Pessoa: Editora do CCTA.
- Livingston, S. “*New Media, New Audiences?* ”. 1999. *New Media and Society*, vol. 1 (1), pp. 59-66. P. 11
- Lopez, X.; Otero, M.; Pereira, X.; Gago, M. *El &uevo profesional y las nuevas profesiones*. In: Jiménez, Antonio García e Rubio, Paloma Rupérez (org.). *Aproximaciones al periodismo digital*. 2007. Madrid: Dykinson.
- Mallmann, E.M. *Produsage: produção de conhecimento, democratização da cultura e colaboração mediada por tecnologias em rede*. 2018, *Revista Brasileira de Educação* v. 23 e230073. Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230073.pdf> Acesso em 07.01.20
- Mazzei, I.F. *Participatory journalism in mainstream news outlets: User participation and affordances on GuardianWitness*. 2016. Recuperado de <https://dspace.library.uu.nl/handle/1874/340661>
- McQuail, D. *McQuail's Mass Communication Theory*. 1983. SAGE Publications Ltd., UK.
- Mersey, R.D.; Malthouse. E.C.; Calder, B.J. *Engagement with online media*. 2010. *Journal of Media Business Studies* Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/237046586_Engagement_with_Online_Media
- Mielniczuk, L.; Silveira, S.C. *Interação mediada por computador e jornalismo participativo nas redes digitais*. In: Primo, Alex et al. *Livro da Compós 2008*. Porto Alegre: Sulina, 2008. Recuperado de

https://www.academia.edu/7024557/Intera%C3%A7%C3%A3o_Mediada_por_Computador_e_Jornalismo_Participativo_nas_Redes_Digitais

- Monaghan & Tunney - *Web journalism: a new form of citizenship?* Research output: Book/Report › Book Garrett Monaghan (Editor) Sean Tunney (Editor). 2010. Original language English Place of Publication Eastbourne PublisherSussex Academic Press Number of pages 272 ISBN (Print) 9781845192785 Publication status Published
- Moreno, R. *Citizens and media cultures: hidden behind democratic formality*. 2010. Universidad de Lima, Peru.
- Moretzsohn, Sylvia. "*Citizen Journalism And The Myth Of Redemptive Technology*" 2006. Universidade Federal Fluminense, Brazil 1-18.
- Jiménez, A.G.; Rubio, P.R. (org.). *Reflexiones en torno a uma historia del periodismo digital*. In: Aproximaciones al periodismo digital. 2007. Madrid: Dykinson.
- Pantti, M.; Bakker, P. *Misfortunes, memories and sunsets - Non-professional images in Dutch news media*. Recuperado de https://helda.helsinki.fi/bitstream/handle/10138/230077/Misfortunes_memories_and_sunsets.pdf?sequence=1
- Papacharissi, Z. *The virtual sphere – The Internet as a public sphere*. New media & Society- 2002. SAGE Publications London, Thousand Oaks, CA and New Delhi Vol4(1):9–27 [1461–4448(200202)4:1;9–27;020808
- Papacharissi, Z. *The virtual sphere 2.0: The Internet, the Public Sphere and beyond*. 2009. Chapter submitted to Handbook of Internet Politics Andrew Chadwick, Philip Howard (Eds.)
- Papacharissi, Z. *Affective Publics – Sentiment, Technology, Politics*. 2014, Oxford University Press, Uk.
- Pateman, C. *Participation and Democratic Theory*. 1970, Cambridge, Cambridge University Press.
- Polat, R.K. *The Internet and Political Participation Exploring the Explanatory Links*. 2005, European Journal of Communication.
- Poster, M. *The Internet as a public sphere?* 1995. Wired 3:11 –Recuperado de http://www.wired.com/wired/archive/3.11/poster.if_pr.html
- Primo e Träsel. *Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias* Alex Fernando Teixeira Primo 1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul alex.primo@terra.com.br Marcelo Träsel 2 Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006. Recuperado de <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17416>
- Primo, A. *O aspecto relacional das interações na Web 2.0*. 2007, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Primo, A. *Interação mediada por computador*. 2007. Ed. Sulina, Porto Alegre.

- Primo, A. *Transformações no jornalismo em rede: sobre pessoas comuns, jornalistas e organizações; blogs, Twitter, Facebook e Flipboard*. 2011. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/24309>
- Quandt, T. *Understanding a New Phenomenon: The significance of participatory journalism*. In: *Participatory Journalism Guarding Open Gates at Online Newspapers*. 2011, Wiley-Blackwell, USA-UK.
- Rafaeli, S. & Sudweeks, F. *Networked Interactivity*. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.1997.tb00201.x>
- Räsänen, P. & Antti K. *Linked or divided by the web? Internet use and sociability in four European countries*. *Information & Communication and Society*. 2007. Vol. 10, No. 2. pp. 219-241
- Rasmussen, T. *Two Faces of the Public Sphere. The Significance of Internet Communication in Public Deliberation*. 2007, University of Oslo, Norway.
- Reader, B. *Audience Feedback in News Media*. 2015. Routledge, NY, 2015. Relações Comunicativas.
- Ribeiro, F.F. *A participação dos cidadãos nos média portugueses: estímulos e constrangimentos*. 2013, Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação Especialidade de Sociologia da Comunicação, Universidade do Minho, Portugal.
- Rodrigues, C. *Novas fronteiras do jornalismo: comunicação individual na era global*. Universidade da Beira Interior. 2008. Comunicação apresentada no I Congresso Internacional de Ciberjornalismo, Universidade do Porto, 11 e 12 de Dezembro de 2008: <http://cobciber.wordpress.com/comunicacoes/>
- Ruiz, C.; Masip, P.; Micó, J.L.; Javier, D-N; Domingo, D. *Conversación 2.0. y democracia. Análisis de los comentarios de los lectores en la prensa digital catalana*. 2010, *Comunicación y Sociedad* Vol. XXIII • Núm. 2 • 2010 • 7-39
- Schmitz Weiss, A.; De Macedo Higgins Joyce, V. *Compressed dimensions in digital media occupations: Journalists in transformation*. 2009. Recuperado de <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1464884909106534>
- Schneider, S. M. *Expanding the Public Sphere through Computer-Mediated Communication: Political Discussion about Abortion in a Usenet Newsgroup*. 1997, Political Science. Massachusetts, Massachusetts Institute of Technology.
- Schultz, T. *'Interactive Options in Online Journalism: A Content Analysis of 100 U.S. Newspapers'* *Journal of Computer-Mediated Communication*. 2006. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.1999.tb00331.x>
- Shirky, C. *Here Comes Everybody – The power of organizing without organizations*. 2008. Penguin Group, EUA.
- Shoemaker, P. & Vos, T – *Teoria do Gatekeeping: Seleção e construção da notícia*. 2011. Penso, São Paulo.
- Silva, M. *O que é interatividade?* 1998. Recuperado de <<http://www.senac.br/informativo/bts/242/boltec242d.htm>>. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro.

- Silva, M.T. *The new media ecology and citizen debates in online newspapers: Challenges and starting points*. 2013. 10.13140/RG.2.1.5075.4088.
- Silva, M.T. *What do users have to say about online news comments? Readers' accounts and expectations of public debate and online moderation: a case study*. 2015, *Participation – Journal of Audience and Reception Studies*, Volume 12, Issue 2, November, 2015.
- Silva, M. T; Brites, M. J. *The Portuguese news industry's perspectives and roles on the making of active citizens: Readers' skills to comment on the news*. 2017. *Estudos em Comunicação/Communication Studies*. 1. 10.20287/ec. n25.v1. a 08.
- Silva, S. P. da - *TV digital, democracia e interatividade*. 2008. In: *Mídias sociais e interatividade* (org. Pedro Nunes). Editora Universitária, Universidade Federal da Paraíba.
- Silveira, Stefanie C. da. *Os cenários de interação do jornal online na web 2.0: mudança ou manutenção do processo comunicacional?* Artigo apresentado no XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – 2009. INTERCOM, Curitiba.
- Singer, J.B. *Stepping back from the gate: Online Newspaper Editors and the Co-Production of Content in Campaign*. 2006, University of London Institutional Repository, UK.
- Singer J.B. *Quality Control: Perceived effects of user-generated content on newsroom norms, values and routines*. 2010, *Journalism Practice* 4(2): 127-142.
- Singer, J.B; Hermida, A; Domingo, D; Heinonen, A; Paulussen, S; Quandt, T; Reich, Z; Vujnovic, M. *Participatory Journalism: Guarding Open Gates at Online Newspapers*. 2011: A John Wiley & Sons, Ltd., Publication, UK.
- Stroud, N.J.; Van Duyn, E.; Peacock, C. *New Commenters and New Comment Readers*. 2016, Engaging News Project. Recuperado de <https://mediaengagement.org/wp-content/uploads/2016/03/ENP-News-Commenters-and-Comment-Readers1.pdf>
- Sunstein, C. R. *Republic.com*, Princeton. 2002, Princeton University Press, EUA.
- Tipografos.net. *Blogosfera, o mundo dos blogs*. Disponível em tipografos.net/internet/blogosfera.html . Acesso em 21.09.19.
- Traquina, N. *Teorias do Jornalismo Volume I – Porque as notícias são como são*. 2005. Insular, 2 ed. Florianópolis.
- Vimieiro, A.C. *O legado dos estudos culturais para as pesquisas de cultura digital: Uma introdução aos conceitos de cultura participativa, produtividade textual e produsage*. In: *Comunicação em Ambiente Digital*. 2012. Org: Prado, J.A.B. & Satuf, I.
- Vittadini, N. *Comunicar con los Nuevos Media*. In: Bettetini, G.; Colombo, F. 1995, *Las Nuevas Tecnologías de la Comunicación*. Barcelona.
- Weber, A. *Afinal, o que é interatividade?* Recuperado de <http://revistapontocom.org.br/edicoes-antiores-artigos/afinal-o-que-e-interatividade>. 2011.
- Weber, C. T. - *Gatekeeper e gatwatching – repensando a função de selecionador no webjornalismo1*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da

Comunicação XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Novo Hamburgo – RS 17 a 19 de maio de 2010. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

- Weber, P. *Discussions in the comments section: Factors influencing participation and interactivity in online newspapers' reader comments*. New Media Society 2014 16: 941 originally published online 8 July 2013. Recuperado de <http://nms.sagepub.com/content/16/6/941>
- White, D.M. *Journalism Quarterly*. 2012. Recuperado de <http://www.aejmc.org/home/wp-content/uploads/2012/09/Journalism-Quarterly-1950-White-383-90.pdf>
- Williams, L. *If I Didn't Build it, They Wouldn't Come: Citizen Journalism is Discovered (Alive) in Watertown*. 2005. Pressthink, MA. Recuperado de : http://journalism.nyu.edu/pubzone/weblogs/pressthink/2005/11/14/lw_h2tn.html
- Winkler, R. *Deliberation on the Internet: Talkboard discussions on the UK Parliamentary Elections*. 2002, London, UK.
- Wolfgang, J. D. *Cleaning up the "Fedit Swanp"*. 2017. Digital Journalism, DOI: 10.1080/21670811.2017.1343090 To link to this article: <http://dx.doi.org/10.1080/21670811.2017.1343090>
- Wolfgang, J.D. *Taming the 'trolls': How journalists negotiate the boundaries of journalism and online comments*. 2018, Journalism 1–18, Recuperado de gepub.co.uk/journalsPermissions.nav DOI: 10.1177/0163443712472089 mcs.sagepub.com
- Wright, Scott. *Politics as usual? Revolution, normalization and a new agenda for online deliberation*. 2011, New Media Society, published online 5 August 2011. Recuperado de <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1461444811410679>
